

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GERCIMAR MARTINS CABRAL COSTA

História da expansão do ensino superior em Goiás e a gênese do
curso de Administração de Empresas em Quirinópolis, 1990–
2005

Uberlândia, MG
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GERCIMAR MARTINS CABRAL COSTA

HISTÓRIA DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS E A GÊNESE
DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS EM QUIRINÓPOLIS, 1990–
2005

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Educação da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito à obtenção do título de
Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: História e Historiografia da
Educação

Orientadora: Prof^a Dra. Sônia Maria dos Santos

Uberlândia, MG
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C837h
2022 Costa, Gercimar Martins Cabral, 1993-
História da expansão do ensino superior em Goiás e a gênese do curso de Administração de Empresas em Quirinópolis, 1990–2005 [recurso eletrônico] / Gercimar Martins Cabral Costa. - 2022.

Orientadora: Sônia Maria dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7004>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Santos, Sônia Maria dos, , (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número, PPGED				
Data:	Vinte de maio de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	08:00	Hora de encerramento:	11:30
Matrícula do Discente:	12012EDU022				
Nome do Discente:	GERCIMAR MARTINS CABRAL COSTA				
Título do Trabalho:	"História da Expansão do Ensino Superior em Goiás e a Gênese do Curso de Administração de Empresas em Quirinópolis, 1990-2005"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Historia e perspectivas da formação de professores da educação básica"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Regina Celi Frechiani Bitte - UFES; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Sônia Maria dos Santos - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Sônia Maria dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Celi Frechiani Bitte, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/06/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos, Usuário Externo**, em 14/06/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3615064** e o código CRC **C77AADE8**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela força recebida para buscar constantemente aprender e reaprender nesse universo.

Em segundo lugar, a mim mesmo, que por vários momentos pensei em desistir, mas os objetivos eram além de muitas opiniões recebidas durante a jornada.

Agradeço ao grande amigo Prof. Dr. Gilson Xavier de Azevedo, professor que tive a honra de ter durante as minhas duas graduações (Administração e Pedagogia), professor e orientador na Especialização realizada da Universidade Estadual de Goiás, campus Sudoeste – Quirinópolis, bem como o incentivo a galgar novos caminhos na educação e a busca pelo mestrado.

A amiga e Prof^a. Ma. Maria da Felicidade Alves Urzedo, que tanto incentivou e sempre mandava uma mensagem perguntando como estava o andamento do curso e incentivando a nunca desistir, pois lá na frente seria uma conquista que proporcionaria a realização de novos sonhos.

Agradeço a minha segunda orientadora do Mestrado, a Prof^a Dr^a. Sônia Maria dos Santos, a qual me recebeu após a troca de orientadora, e contribuiu no delineamento do novo objeto de pesquisa dessa dissertação.

A Prof^a. Dr^a. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, coordenadora da Linha de Pesquisa, a qual sempre esteve junto nessa caminhada, incentivando e orientando para a conclusão deste curso.

Aos Avaliadores da Banca Examinadora, Profa. Dra. Regina Celi Frechiani Bitte e Prof. Dr. Armindo Quillici Neto, que contribuíram com sugestões de melhorias que muito somaram para novos ajustes após a qualificação.

Aos Docentes do PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU – Universidade Federal de Uberlândia na caminhada que proporcionou uma nova visão para com o campo da ciência da educação.

A equipe gestora da Faculdade Quirinópolis por propiciar o acesso a todas as informações que contém no excerto deste trabalho.

*“O professor deve adotar o papel de facilitador,
não de provedor de conteúdo”.*

Lev Vygotsky

RESUMO

O objetivo da dissertação é refletir sobre o processo de expansão do Ensino Superior de Administração no Brasil e a interiorização do Curso no Sudoeste do Estado de Goiás no período de 1990-2005, período que compreende a profundas transformações nas esferas políticas, econômicas e sociais do país. Este trabalho tem vinculação com a linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação e visa analisar o contexto da origem e a interiorização do ensino de Administração de Empresa no país. O percurso metodológico trata-se de uma pesquisa histórico-educacional pertinaz à história das instituições educacionais, de natureza documental, a qual busca evidenciar a importância do Curso de Administração de Empresas e construir uma compreensão histórica da difusão do ensino superior em Goiás com foco no século XXI. O universo pesquisado inclui a expansão e interiorização de faculdades no município de Quirinópolis, em especial a análise da Faculdade Quirinópolis, como primeira faculdade privada sediada na cidade de Quirinópolis, no Sudoeste do Estado de Goiás. O processo metodológico foi estruturado com a perspectiva de compreender a conjuntura histórica do ensino superior no Brasil, a expansão e interiorização do ensino superior, como base, foi utilizado de referências teóricas contidos em livros, artigos, leis, decretos, sites e documentos da instituição objeto da pesquisa. Os resultados da pesquisa apresentam a expansão do curso de Administração, evidenciam a demanda local pelo Curso em seus dezessete anos de oferta na referida Instituição (iniciado em 2005). Conclui-se que a expansão e interiorização do ensino superior possibilita uma maior integração, em especial de jovens ao sair do ensino médio e ingressar na graduação.

Palavras-chave: Ensino Superior; difusão; cursos; interior goiano; Quirinópolis.

ABSTRACT

The objective of the dissertation is to reflect on the process of expansion of Higher Education of Administration in Brazil and the internalization of the Course in the Southwest of the State of Goiás in the period of 1990-2005, a period that comprises profound transformations in the political, economic and social spheres of the parents. This work is linked to the line of research in History and Historiography of Education and aims to analyze the context of the origin and internalization of the teaching of Business Administration in the country. The methodological course is a historical-educational research relevant to the history of educational institutions, of a documentary nature, which seeks to highlight the importance of the Business Administration Course and build a historical understanding of the diffusion of higher education in Goiás with a focus on the XXI century. The researched universe includes the expansion and interiorization of colleges in the city of Quirinópolis, especially the analysis of Faculdade Quirinópolis, as the first private college based in the city of Quirinópolis, in the southwest of the State of Goiás. The methodological process was structured with the perspective of understanding the historical conjuncture of higher education in Brazil, the expansion and interiorization of higher education, as a basis, it was used theoretical references contained in books, articles, laws, decrees, websites and documents of the institution. research object. The research results show the expansion of the Business Administration course, highlighting the local demand for the Course in its seventeen years of offer in that Institution (started in 2005). It is concluded that the expansion and internalization of higher education allows for greater integration, especially for young people leaving high school and entering graduation.

Keywords: University education; diffusion; courses; interior of Goiás; Quirinópolis.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Evolução de matrículas em cursos de graduação	28
TABELA 2. Evolução de Instituições de ensino superior	29
TABELA 3. Estado de Goiás: Matrículas em cursos de Educação Superior e o percentual de crescimento – 1995 – 2005	38
TABELA 4. Crescimento de Instituições de Ensino Superior em Goiás, 1995–2005	38
TABELA 5. Dados populacionais do município de Quirinópolis, 1940–2000	45
TABELA 6. Evolução do IDHM Educação do Brasil, Goiás e Quirinópolis, 1991–2000	49
TABELA 7. Matrículas em educação superior na graduação presencial — população na faixa etária 18–24 anos, Brasil, 1995–2005	50
TABELA 8. Evolução do percentual de matrículas – Brasil – 2001-2005	50
TABELA 9: Cursos de Administração criados na década de 1950	68
TABELA 10: Crescimento de Oferta do Curso de Administração no Brasil	72
TABELA 11: Cursos de Administração criados em Goiás no período de 2000-2005	73
TABELA 12: Cursos de Administração criados em Goiás no período de 2000-2005 por IES	74
TABELA 13: Ênfases do Curso de Administração da Faculdade Quirinópolis – FAQUI	76
TABELA 14: Quantidade de Vagas/Ingressantes 2005	77
TABELA 15: Quadro Docente do Curso de Administração em 2005	77
TABELA 16: Quantidade de Ingressantes 2005 e Concluintes 2008	78
TABELA 17: Quantidade de Concluintes no período de 2005-2021	80

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Família de João Crisóstomo	41
FIGURA 2: Capela Freguesia de N. Sra. D'Abadia	42
FIGURA 3: Bandeira de Quirinópolis com a data da elevação à categoria de cidade	43
FIGURA 4: Comemoração da Emancipação do Município em 22 de janeiro de 1944	43
FIGURA 5: Grupo Escolar Ricardo Campos	44
FIGURA 6: Cidade de Quirinópolis na década de 1940	45
FIGURA 7. Hidrovia Parnaíba-Tietê-Paraná em São Simão/GO	46
FIGURA 8. Usina São Francisco em Quirinópolis, GO	47
FIGURA 9. Usina Boa Vista em Quirinópolis/GO	48
FIGURA 10. Localização do município de Quirinópolis, GO	51
FIGURA 11: Primeira fachada da Sede da Faculdade Quirinópolis	53
FIGURA 12. Mapa da área de abrangência da Faculdade Quirinópolis	60
FIGURA 13: Dobradura do quadrado e o Símbolo do Sistema CFA/CRA	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Instituições de educação superior em Goiás por ano de criação	35
QUADRO 2. Síntese de Indicadores Educacionais da Graduação, 1999	49
QUADRO 3. Evolução cronológica de cursos da FAQUI	55
QUADRO 4: Atos Regulatórios do Curso de Administração	81

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Placa de Formandos 2008/02 Administração	79
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cursos de Administração criados no período de 1960-2002	73
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. - Antes de Cristo

ALFA - Faculdade Alves Faria

ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração

CESSGO - Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano

CF – Constituição Federal

COI - Centro de Operações Industriais

DRU - Desvinculação de Receitas da União

EaD - Ensino a Distância

EAESP - Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo

EANES - Faculdade Alfredo Nasser

EBAPE - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

ESAN/SP - Escola Superior de Administração de Negócios

ESCP - Escola Especial de Comércio e Indústria

ESUP - Escola Superior Associada de Goiânia

FABEC BRASIL - Faculdade Brasileira de Educação e Cultura

FABEGO - Faculdade Betel de Goianésia

FACEC - Faculdade Central de Cristalina

FACER - Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba

FAC-LIONS - Faculdade Lions

FAGO - Faculdade de Goiás

FANAP - Faculdade Nossa Senhora Aparecida

FAQUI - Faculdade Quirinópolis

FAR - Faculdade Almeida Rodrigues

FASAM - Faculdade Sul Americana

FASUG - Faculdade do Sudoeste Goiano

FASUG - Faculdade do Sudoeste Goiano

FAT - Faculdade Tamandaré

FCO - Faculdade Centro-Oeste

FEA/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

FECHA - Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns
FECLQ - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis
FESURV - Fundação de Ensino Superior de Rio Verde
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIBRA - Faculdade do Instituto Brasil Central
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FLA - Faculdade Latino Americana
FMB - Faculdade Montes Belos
FUNDEB - Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GO – Goiás
IAESup - Instituto Aphoniano de Ensino Superior
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
IESGO - Faculdade Integrada
IESRIVER - Instituto de Ensino Superior de Rio Verde
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MG – Minas Gerais
MW – Megawatt
NSA – Não se Aplica
OVG - Organização das Voluntárias de Goiás
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

ProBem - Programa Universitário do Bem

PROFORMAÇÃO - Programa de Formação de Professores em Exercício

PROINFO - Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC Goiás - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RG - Regimento Geral

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento

SIEG - Sistema Estadual de Geoinformação

SULDAMÉRICA - Faculdade Sul da América

T.G.S. - Teoria Geral de Sistemas

UCG - Universidade Católica de Goiás

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNICAMPS - Faculdade Dinâmica

UniEvangélica - Centro Universitário de Anápolis

UNIFASC - Faculdade Santa Rita de Cássia

UNIP - Universidade Paulista

VHP - Very High Polarization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 CONJUNTURA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	22
1.1 A universidade: origens, desenvolvimento e transformação.....	28
1.2 Elementos históricos da expansão do Ensino Superior.....	29
1.3 Crescimento do Ensino Superior em Goiás	35
2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DE FACULDADES NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS	41
2.1 Primeira Faculdade particular.....	51
2.2 Contextualização Histórica da Faculdade Quirinópolis	53
3 GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA DE QUIRINÓPOLIS: IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO POPULACIONAL E EMPRESARIAL	64
3.1 Primeiros registros do surgimento do curso de Administração.....	65
3.2 Expansão da oferta em Instituições Brasileiras.....	72
3.3 A gênese do curso de Administração de Empresas em Quirinópolis	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

É notório que a educação no Brasil foi privilégio de poucos durante muitos anos. Dos níveis mais elementares ao nível superior, a oferta de escola pública levou quase ao menos oitenta anos após a Proclamação da República para ser chamada de maciça. Isso se pensarmos na escola elementar; porque no ensino superior o tempo seria ainda maior. Evidentemente, estados com economia mais sólida conseguiram fazer desenvolver a educação avançar mais do que noutros. Poderíamos pensar, por exemplo, que São Paulo e Minas Gerais saíram na frente quanto a fazer desenvolver a educação em seus territórios porque detiveram por muito tempo certa supremacia na ocupação de cargos relevantes na política brasileira, como a presidência da República.

Uma consequência da ausência do Estado na consecução de um projeto nacional e uniforme de educação deu margem para que a iniciativa privada propagasse; ou seja, a consequência foi tanto uma população maciçamente analfabeta quanto uma população minimamente alfabetizada sem condições de desdobrar a formação, de forma a acessar o ensino superior, porque os custos eram para poucos. Como diz Schwartzman (2005), no Brasil existem dois problemas na educação superior: o sistema social fechado e elitista, marcados por interesses privados (lucro) e uma universidade pública não só recente, mas ainda limitada por causa dos recursos que recebe.

No que se refere ao desenvolvimento educacional, estados de economia agrária rudimentar (subsistência) como o Goiás da primeira metade do século XX ficaram nas sombras. Encravado no Centro-Oeste, o estado teve sua economia limitada, em grande medida, pela falta de conexão viária com centros consumidores e de exportação do Sudeste; pesava na falta de estradas a extensão do território goiano, de mais de 340 mil quilômetros quadrados.

A situação administrativa ficou tão insustentável e desigual, que o estado foi dividido em 1988, dando origem ao estado do Tocantins. Entre a década de 1930 e a de 1950, o estado passou por mudanças importantes, inclusive na educação de nível superior. Em 1969 já instituições de ensino superior, na capital, Goiânia, e em Anápolis. Mas no decênio seguinte o ensino superior teve poucos êxitos quanto à expansão, no qual foi autorizada a criação de faculdades de Educação, Ciências e Letras do interior; ou seja, em Morrinhos, Gurupi, Iporá, Jussara, Goianésia, Quirinópolis, São Luiz de Montes Belos, Formosa, Luziânia e Santa

Helena de Goiás. Essa interiorização aparece como consequência de aumento em oportunidades e serviços que eram indício de desenvolvimento urbano.

Nos anos 1990, continua a expansão do ensino superior em Goiás; dessa vez, em articulação com políticas do governo federal, sobretudo a partir do ano de 1995. Na década de 2000, a expansão segue tendência nacional, mas agora mais articulada ao setor privado. Assim, observa-se um crescimento período 1995–2005 que acena à economia como fator motivador da expansão do ensino superior em Goiás. Não por acaso, 2005 é o ano de fundação de uma faculdade privada no interior; e é nesse sentido que nos referimos ao município de Quirinópolis. Localizado no Sudoeste, Quirinópolis está a 293 quilômetros de Goiânia e consolida uma evolução positiva de indicadores econômicos e sociais.

Contudo, a cidade de Quirinópolis ainda não dispõe de educação universitária pública. Mais que isso, faz pouco mais de quinze anos que passou a ter uma instituição de ensino superior. Tal condição está nas inquietações primárias que levaram à formulação deste estudo. Enfocamos a expansão e interiorização do ensino de nível superior em Goiás ao procurar compreender o processo histórico subjacente à primeira instituição de ensino superior do município, criada em 2004. Ao tratar deste objeto de estudo, procuramos problematizá-lo segundo estas questões de pesquisa: como município promissor economicamente, qual foi o grau de coerência entre o surgimento da primeira escola superior de Quirinópolis, a economia e as demandas da sociedade? O desenvolvimento fundado na produção de açúcar e álcool no município orientou de alguns modos os cursos superiores, sobretudo o de Administração de Empresas? Que condições de estudo foram ofertadas à sociedade local?

Para delinear compreensões possíveis para tais questões, definimos os objetivos de pesquisa a seguir. No plano geral, a pesquisa aqui apresentada objetivou construir uma compreensão histórica da difusão do ensino superior em Goiás com foco no século XXI. Para cumprir esse objetivo, sua consecução foi projetada mediante o alcance de objetivos específicos a seguir.

- *Situar* Quirinópolis no processo de interiorização do ensino superior em Goiás em relação com o contexto nacional;
- *Caracterizar* a instituição de ensino superior do município em relação ao seu contexto econômico, laboral e social e às demandas da sociedade;
- *Compreender* o ensino privado na conjuntura histórica;

- *Apresentar* uma análise da gênese da graduação em Administração de Empresas em Quirinópolis tendo em vistas as demandas laborais do município.

Para alcançar esses objetivos de pesquisa, propomos uma pesquisa histórico-educacional pertinaz à história das instituições educacionais. Tal vertente ajuda a entender valores e tradições que permeiam as transformações que levaram à consolidação de uma sociedade, uma economia, uma cultura e uma comunidade.

Ao buscar compreender a história da constituição da instituição escolar em nosso país, por meio de pesquisas que se dedicam à investigação sobre os processos e lutas sociais que, em um determinado tempo e lugar, produziram uma determinada escola e, mais ainda, ao propor-se compreender as linhas de força que presidem a estruturação e funcionamento de tais instituições, os historiadores da educação têm ampliado seu diálogo e colaboração com grupos sociais os mais diversos, tais como professores, pais de alunos e demais membros da comunidade escolar (FARIA FILHO, 2003, p. 3).

A pesquisa é de natureza documental. Como abordagem, busca entender facetas da realidade social não quantificáveis porque pressupõem um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes permeadas pela dimensão subjetiva (MINAYO, 1998). Ao investigar os elos entre os modos pelos quais a sociedade produz e garante sua existência material e a educação que ela cria nesses processos, a investigação segue princípios do método materialismo histórico-dialético. Este ajuda a criar condições para, aproximada e sinteticamente, investigar os elos entre os modos pelos quais a sociedade produz e garante sua existência material e a escola que ela cria nesses processos. Tal método pressupõe materializar uma forma de ver “[...] o movimento real da história” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 79). A pesquisa se constrói sobre este *corpus* de fontes: legislação (decretos municipais) e documentos oficiais (atas da Câmara Municipal), dados estatísticos, imprensa, fotografias, documentos da instituição estudada e outros.

O percurso metodológico do excerto é delineado pela pesquisa documental por meio de documentos institucionais fornecidos pela Instituição de Ensino, referência do objeto de pesquisa desta Dissertação, como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPC); Regimento Geral (RG).

Dito isso, a proposição de capítulo 1 para esta dissertação, discorreremos sobre a noção de universidade e de sua difusão no Brasil. Apresenta-se neste contexto a origem, desenvolvimento e transformação da universidade, apresentada por um contexto evolucionário de sua idealização e elementos históricos da expansão do ensino superior. Os

avanços em nível nacional e estadual, bem como o crescimento desta modalidade de ensino no estado de Goiás.

Na proposição de capítulo 2, discorremos sobre a expansão e interiorização da educação superior de Goiás, em específicos de faculdades no município de Quirinópolis, de forma a apresentar a primeira faculdade particular e a contextualização histórica da Faculdade Quirinópolis.

No capítulo 3, é abordado a gênese do curso de Administração de Empresas tendo a relação entre o contexto geral e o particular, bem como dados de criação e início da oferta do curso para a comunidade de Quirinópolis.

Vale ressaltar que este trabalho tem como objeto de pesquisa à análise do contexto histórico de interiorização do ensino superior no estado de Goiás no período de 1990-2005, ano de início do curso de Administração na cidade de Quirinópolis, perfazendo a contribuição para futuras análises do desenvolvimento deste curso na Faculdade Quirinópolis, bem como para a cidade de Quirinópolis e região na formação de profissionais na área de gestão.

1 CONJUNTURA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino é base legal e de direito de todo cidadão, nesta seara, parte-se desde a educação básica, até o nível superior, como direito do cidadão e dever do estado. Neste contexto, neste primeiro capítulo endossa a importância de compreender a origem do contexto de ensino superior, bem como avanços fundamentais para os aspectos expansionistas e sua interiorização. É compreendido que a educação visa diminuir desigualdades sociais e, principalmente, a formação de um cidadão mais crítico, reflexivo e ativo. Todavia, é notório observar que a educação por tempos foi um “benefício” da elite, que ao passar dos anos se estendeu para a formação da classe operária no intuito da preparação de mão de obra. Neste viés, o ensino não vem apenas com o objetivo de proporcionar uma igualdade ou conhecimento a toda população, mas sim em preparar as pessoas para atender a demanda crescente da economia nos setores privados, por meio da expansão de um sistema educacional.

Tobias (1972, p. 168-169) se posiciona frente ao ensino superior no Brasil de forma a afirmar que:

Enquanto o ensino superior da Europa, dos Estados Unidos, da América Espanhola e do Canadá constituía-se de Universidades, plantadas por sobre o tronco de Faculdade de Filosofia ou do ‘College’, o ensino superior brasileiro nascia e estruturava-se, à base de Faculdades Isoladas, isto é, a base de escolas, de nível superior, com aulas prematuramente de formação profissional, do primeiro ao último dia de aula...

Segundo Dias Sobrinho (2005, p. 30) a universidade “é um espaço social em que os sujeitos sociais se formam e se constituem por intermédio de suas ações e experiências com o saber e com os outros”, ou seja, um espaço para a construção de novos saberes, inteligências e personalidades.

Cunha (2007) evidencia que em 1538 fundava-se a primeira universidade nas colônias espanholas da América no continente americano, todavia efêmera, e em 1553 inaugura no México a segunda universidade americana, está por sua vez longeva. Posteriormente, novas instituições nasciam no Peru, Chile e Argentina, enquanto no Brasil ainda não se tinha nenhum registro.

Segundo Carvalho (1968, p. 72), “[...] um argumento frequentemente repetido é o de que Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de modo que mantivesse a colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes”. Analisava-

se que a coroa portuguesa fornecia algumas bolsas para brasileiros realizarem estudos em Coimbra, todavia ainda restringiam que este estudo fosse realizado diretamente no Brasil.

Após praticamente três séculos, Cunha (2007) apresenta argumentos do processo de reestruturação e da ampliação do ensino superior no Brasil, de forma a saber:

A reestruturação e ampliação do ensino superior no Brasil, a partir de 1808, fizeram que os estudos de Matemática, Física, Química, Biologia e Mineralogia se deslocassem dos cursos de Filosofia, controlados pela igreja, para cursos médicos e para a Academia Militar, e, muito mais tarde para a Escola Politécnica, que dela se separou [...] O ensino superior atual nasceu, assim, com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste. A independência política, em 1822, veio apenas acrescentar mais dois cursos, de direito, ao rol dos já existentes, seguindo a mesma lógica de promover a formação dos burocratas na medida em que eles se faziam necessários. (CUNHA, 2007, p. 64; 71).

Para Dias Sobrinho (2005, p. 65) o modelo de universidade “constituem as relações dos professores e estudantes com o saber, com a sociedade, com as profissões”, fato que de acordo com Maciel, Lima e Gimenez (2016), a educação era um objeto para controlar a população, ou seja, até mesmo no século XIX o modelo de ensino entre as classes eram diferenciados, no qual a aristocracia receberia um ensino mais intelectual, enquanto a classe baixa (operária) receberia uma educação com o objetivo de prepará-los para o trabalho.

Consoante ao disposto é notório observar que se tinha uma política criada “não para atender às necessidades de ampliação do conhecimento da sociedade, mas um bem cultural oferecido a grupos específicos e privilegiados e que, em nenhuma hipótese, visou a constituir um espaço de investigação científica e de produção de conhecimento” (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016, p. 764).

Nesta seara, outro ponto da história da educação a se analisar é de que:

A história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem considerar-se sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. A história de nossa sociedade é marcada pelo elitismo e pela exclusão, com implicações semelhantes em nossa educação e conseqüentemente no ensino superior. Do período colonial, passando pelo Império até a Primeira República, os projetos e iniciativas no campo do ensino superior evidenciaram esses dois traços: um ensino voltado para as elites, para aqueles que podiam pagar e uma série de obstáculos e mecanismos que excluíam a maior parte da população do acesso ao nível superior (MELO; SANTOS; ANDRADE, 2009, p. 10).

Segundo Cunha (2007) no período que se caracterizou a Proclamação da República, em 1889, até o momento da Revolução de 1930, é que surgiram as primeiras universidades de ensino superior no país, sendo nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Neste contexto, Boaventura (2009, p. 89) corrobora com a afirmação e salienta que: “Enfim, com a primeira

República apareceram as tão esperadas universidades, no Rio de Janeiro (1920) e em Minas Gerais (1927)”.

A universidade é um fenômeno muito recente na história educacional brasileira. Tem menos de um século. Iniciou, precisamente, em 1920. Todavia, a luta pela busca da primeira universidade é muito antiga, começou na Colônia, atravessou todo o Império, de 1822 a 1889, alcançou a República, que se instalou em 1889. A forma universitária da educação superior só se efetivou nas comemorações da independência, em 1920 (BOAVENTURA, 2009, p. 78).

Boaventura (2009, p. 89) salienta ainda que “no final do Império, o quadro da educação superior era muito reduzido e muito pobre, não contando com as estruturas universitárias que organizassem o conhecimento com amplitude e universalização do saber”.

Compreende-se alguns aspectos que fundamentam os movimentos sociais de 1920 como fatores em favor da educação pública, em especial do sistema de educação superior, o qual resultou posteriormente no que se caracterizou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹.

Após a Segunda Guerra Mundial, Dias Sobrinho (2005) salienta para a observação de avanços no ensino superior no país, que promulgavam um potencial de expansão deste nível de ensino.

A educação superior ganhou um grande alento após a Segunda Guerra Mundial, nos países industrializados, primeiramente nos Estados Unidos, depois na Europa, quando sua expansão e seu prestígio se tornaram maiores e mais significativos que os da educação primária. Juntamente com esse alento, vieram algumas transformações, sempre ligadas às mudanças na vida social e econômica. Um dos aspectos de maior evidência foi o crescimento de matrícula em nível de graduação e de pós-graduação. Nas principais universidades europeias e dos Estados Unidos se passou a exigir o título de doutorado para o exercício do magistério superior e das pesquisas (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 65).

A década de 1960 ficou marcada por uma demanda de crescimento de educação superior em praticamente todo o mundo, não sendo diferente no Brasil, principalmente pela federalização² que estava em andamento e contribuía para maior adesão de jovens das camadas de classe média (SILVA, 2008).

¹ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, e no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19851/31. (BRASIL, 1931)

² Lei nº 1.254, de 1950, que tratava da “federalização” de estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, pelos municípios e por particulares.

É notório observar uma crescente expansão a partir do final da década de 1960, mais especificamente em 1968, com a Reforma Universitária, por meio da Lei nº 5.540³, todavia, somente na década de 1980, o campo de educação superior expande no país, tendo como marco fundamental, a Constituição Federal de 1988, a qual instituiu “a autonomia universitária, após vários embates, foi consagrada na Constituição Federal de 1988, que dispôs no artigo 207 que ‘As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e pedagógica e de gestão financeira e patrimonial’”. (DOURADO, 2008, p. 6).

Consoante a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, sancionada para fixar as normas e funcionamento do ensino superior, bem como a sua articulação, evidencia o objetivo central deste nível de ensino, que o atribui “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”, conforme escrito em seu Art. 1º.

Nesta seara, Vieira (2009, p. 32) salienta que “as leis oferecem um registro ímpar de ideias e valores que circulam em determinada época”, portanto, o processo educativo ao que se refere a respectiva Lei, é transcender de uma desigualdade à igualdade, em que este processo se caracterize como uma democracia, do ponto atual, para o que se deseja. (SAVIANI, 1991).

No que tange as Políticas Educacionais, é importante analisar o contexto do recorte desde trabalho, que sedimenta no período de 1990-2005, perpassando pelos Governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), FHC (1995-2003) e Lula (2003-2011).

No que tange ao governo de Collor (1990-1992), foi um período em que se discutia sobre a redemocratização e um novo paradigma na educação, todavia tendo o governo sido mantido por uma assessoria de políticos conservadores, da qual este período de impregnou por um contexto de muito discurso, mas pouca ação. (ARELARO, 2000; FRANÇA, 2005).

Durante o referido governo, algumas contribuições no aspecto educacional são evidenciadas pelos seguintes documentos: Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990); Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991 - 1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991).

³ Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

No governo de Itamar Franco (1992-1994), evidencia o Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003, que presumia deliberar acerca das políticas educacionais para a educação básica, tendo como ênfase o ensino fundamental.

Todavia, este foi um plano que basicamente não surtiu efeito, praticamente não saiu do papel. Saviani (1999) aborda que o referido plano foi formulado para atender uma conformidade de condições internacionais, cujo objetivo era o de obtenção de financiamento internacional para a educação.

No governo seguinte, de FHC (1995-2003), França (2005) salienta que os eixos políticos de Fernando Henrique Cardoso era de universalizar arrecadação e repasse mínimo para as escolas.

Em uma das propostas desse governo, o documento “Mãos à obra Brasil” (1994), visava a descentralização de decisões e implicava em uma revisão das atribuições do governo, o qual refletiu sobre novas formas e parcerias entre o estado e a sociedade, neste documento, figurava a educação como uma das cinco prioridades do governo.

Em 1996, por meio da Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996 aprovada pelo Congresso, é alterado alguns artigos acerca da educação, os quais estavam presentes na Constituição de 1988, e visa:

[...] permitir a intervenção da União nos Estados, caso estes não apliquem o valor mínimo exigido por lei (Art. 34); rever o dever do Estado na oferta de ensino fundamental para os que a ele não tiverem acesso em idade própria e de ensino médio (Art. 208); definir as responsabilidades das diferentes esferas do Poder Público em relação à oferta de ensino (Art. 211); detalhar os recursos aplicados pela União na erradicação do analfabetismo e na manutenção do ensino fundamental (Art. 212); e, prever a criação de um fundo de natureza contábil para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização de seu magistério (ADCT, Art. 60).

Neste ano em tela, foram aprovadas duas importantes Leis, de forma a efetivar reformas na educação: Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998.

Todavia, Guimarães (2004, p. 194) analisa que o FUNDEF não foi um projeto tão salvador como pareceu, e afirma:

Independentemente da forma diferenciada como Estados e municípios atualmente se relacionam com o Fundef, é inequívoco, para muitos pesquisadores, que este relacionamento, para a maioria dos casos já estudados e descritos, definiu-se muito mais pelo caráter confiscatório que o Fundef adquiriu do que por qualquer veleidade ou crença por parte dos administradores quanto à melhoria da educação

Para França (2005), a emenda nº 14/96, transformada na Lei 9.424/96, que instituiu o FUNDEF comprovava a desobrigação do Estado no que tange a esfera federal para com o ensino fundamental e desta forma corroborava para a erradicação do analfabetismo, ao se propor que não se aumentassem os gastos com educação, mas que fossem apenas redistribuídos.

Rodriguez (2001, p. 49) afirma ter o FUNDEF sido uma “descentralização selvagem”, tendo essa, sido feita de modo inadequado, ou seja, sem um real planejamento, ou mesmo ter elencado prioridades de forma clara, pelo fator de diversos municípios não estarem preparados de forma administrativa e pedagógica.

Vieira e Farias (2007) salientam que na gestão FHC, pode-se destacar que alguns programas tornaram-se fortalecidos, consolidados e ampliados, como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO); e o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO).

No que tange ao governo Lula (2003-2011), é marcado por uma continuidade das reformas iniciadas por Collor, primando por um modelo do Estado mínimo neoliberal, de forma a observar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual segundo Saviani (2009, p. 6):

Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica, situam-se o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Plano de Metas do PDE – IDEB, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guia das Tecnologias Educacionais”, “Educacenso”, “Mais Educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. Com o acréscimo de três novas ações (“Conteúdos Educacionais”, “Livre do Analfabetismo” e “PDE Escola”), em 2009 acedem a 15 ações que incidem globalmente sobre a educação básica.

Para Oliveira (2009, p. 198), é possível observar que:

O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado, no campo educacional, muito mais por permanências que rupturas em relação ao governo anterior. Tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu – FHC – mudou os rumos da educação brasileira do nível básico ao superior, restava a esse governo re-reformar a educação

ou conservar e manter as iniciativas anteriores. A opção parece ter sido pelo segundo caminho.

Os primeiros quatro anos de mandato de Lula podem ser caracterizados, no que se refere à educação básica, pela ausência de políticas regulares e de ação firme no sentido de contrapor-se ao movimento de reformas iniciado no governo anterior.

Foi somente no último ano do primeiro mandato que, por meio da Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006, atribuindo nova redação ao parágrafo 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Nesta seara, compreende-se que a educação tem tido avanços no período de análise (1990-2005), mesmo com troca de governos, aspectos são evidenciados por meio de criação de novas Leis, Emendas e Projetos, com o objetivo de reformar a educação, propondo avanços na qualidade da oferta educacional.

1.1 A universidade: origens, desenvolvimento e transformação

É importante compreendermos as origens que perpassam na história da educação, bem como o desenvolvimento e transformação para o avanço do ensino e principalmente, a expansão e interiorização do ensino superior pelos estados, em especial, no estado de Goiás.

Neste tópico, de forma a compreender a origem da Universidade, perpassamos por abordagens de autores como Durkheim (1995), Haskins (1965), Ruegg (1992) e Hao (2004), de forma a apresentar ao leitor aspectos conceituais de seu surgimento e importância para o contexto da pesquisa.

Durkheim (1995) e Haskins (1965) abordam em suas teorias que a universidade surgiu mais no final do século XI, início do século XII, e o termo universidade vem neste viés de origem Europeia, em que Ruegg (1992) afirma que em Bolonha ou Paris poderia ser considerada a base da universidade mais antiga, e, depois tendo se espalhado por outras partes do continente Europeu.

Haskins (1965) apresentava um contexto de que em Paris, antes mesmos do que se constituía como universidade estruturada de fato, a cidade já era reconhecida por ser um grande centro cultural em toda a Europa, bem como educacional, promovendo que várias pessoas pudessem se transferir para a cidade na busca desse contexto educacional.

Para Ruegg (1992) no período da Idade Média, era emergente a valorização da carreira acadêmica, o que proporcionava um aumento na demanda pela educação de nível superior, e

que despertava um forte interesse por parte dos Papas, levando aos interesses da Igreja a oportunidade de assumir esta frente.

Haskins (1965) nos revela que mais no final do período medieval tinha-se criado pelo menos oitenta universidades, sendo de grande interesse por parte das autoridades laicas e religiosas a expansão do ensino superior.

Em pleno século XXI, é importante salientar que as transformações acontecem em escala global, não mais restringindo a um continente, hierarquia ou grupo. A universidade se tornou aberta, para proporcionar a cada continente e nação a possibilidade de criar um sistema educacional baseado em metodologias já conhecidas e adaptadas.

Para Hao (2004) as transformações acontecem de forma contínua, de forma que os sistemas educacionais em praticamente todo o mundo passam a buscar se adequar a novas funções, de forma que não apenas um conteúdo, mas que professores e alunos tenham suas práticas redefinidas.

Com esta compreensão histórica de seu surgimento, compreendemos a importância das universidades em nosso tempo atual e a sua importância em expandir-se o nível superior, para que o ensino possa chegar a todas as pessoas, neste viés, passamos a analisar e compreender alguns elementos históricos dessa expansão.

1.2 Elementos históricos da expansão do Ensino Superior

Esta seção apresenta um contexto histórico da expansão do ensino superior no Brasil. Assim, a discussão expressa a seguir gira em torno de pesquisas e reflexões acerca de publicações, sendo o ponto de apoio a análise de livros, artigos, dissertações e teses que apresentam o contexto histórico da evolução da implementação do ensino superior no país.

Compreender a trajetória do ensino superior, em especial, no estado de Goiás, mais especificamente no Sudoeste do estado, pressupõe-se uma visão no tocante aos benefícios, valores, ideias, bem como visões de mundo a se proporcionar para o público que estará inserido nesta nova seara, a de nível superior.

A delimitação do campo de investigação caracteriza-se segundo Pereira e Forachi (1970) como uma base fundamental para ser bem-sucedida, a estruturação e delimitação rigorosa do campo que se pretende investigar é, se não a mais importante, condição para uma boa análise científica.

O ensino superior teve uma forte influência de expansão a partir dos anos 1985, com um movimento democratizante com a ampliação de cursos, vagas e novas matrículas, tanto no que tange ao ensino presencial, quanto ao modelo de ensino a distância. É possível observar na tabela a seguir o período da década de 1980 em que a educação inicia, apresenta uma queda em meados da década e retoma o seu crescimento.

TABELA 1. Evolução de matrículas em cursos de graduação

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS
1980	1.377.286
1985	1.367.609
1989	1.518.904

FONTE: MEC/INEP

TABELA 2. Evolução de Instituições de ensino superior

ANO	TOTAL DE IES
1980	882
1985	859
1989	902

FONTE: MEC/INEP

É importante analisar nestas duas tabelas o início, meados e final da década de 1980, em que reduz a quantidade de matrículas, analisadas também pela redução do número de instituições que ofereciam o nível superior de ensino, bem como a retomada no final da década com o aumento de matrículas, obviamente oriundos do aumento do quantitativo de instituições ofertantes dessa modalidade de ensino.

Todavia, pode-se compreender estes dados da década de 1980 em virtude de ter sido marcada por uma forte crise econômica nos países da América Latina, oriunda de questões internacionais, principalmente pelo conflito do petróleo, a dívida externa e forte elevação de taxas de juros, o que levou a uma redução do crescimento econômico do país.

A Constituição Federal de 1988 visando alterar este cenário, apresentou no art. 6º que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Consoante as políticas públicas educacionais expressas pela LDB 9.394/1996 reestrutura a educação brasileira, a qual segundo Dourado (2010, p. 125) se “consolida em ampla identidade com o movimento das políticas educacionais no período: forte expansão e privatização”, conforme estabelecido no art. 45 da Lei “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

A partir de 1990, efetivaram, no Brasil, tanto a ‘abertura democrática’ quanto os ajustes da economia no contexto da mundialização do capital. Especialmente a partir dos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) efetuaram-se ajustes estruturais e fiscais e reformas orientadas para o mercado. Assim, a partir de 1995, ocorreram as principais mudanças que conduziram à reconfiguração das esferas públicas e privadas no âmbito do Estado, assim como da educação superior, que não pararam de se aprofundar até os dias atuais (MANCEBO, 2010, p, 38).

Com a reforma da educação superior iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), identifica-se um marco com o objetivo de:

[...] (i) constituir um sólido marco regulatório para a educação superior no país; (ii) assegurar a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição, tanto para o setor privado quanto para o setor público, preconizando um sistema de financiamento consistente e responsável para o parque universitário federal; e (iii) consolidar responsabilidade social da educação superior mediante princípios normativos e assistência estudantil (BRASIL, 2006).

Segundo Cury (1997), o forte objetivo da União destacava-se no de instituir um modelo de processo permanente, o qual iria avaliar as instituições, de forma a proporcionar um aperfeiçoamento e melhoria na qualidade da educação a ser ofertada no país.

Conforme apresenta Sampaio (2011):

Além do movimento em direção à organização universitária, constatam-se outros, como a desconcentração regional, a interiorização das matrículas e a diversificação da oferta de cursos. Na primeira metade da década de 1990, as matrículas privadas cresceram mais nas regiões Norte e Centro-Oeste e diminuíram no Sudeste e no Sul. Nestas regiões, o setor privado cresceu mais no interior do que nas capitais e isso ocorreu tanto por meio da criação de novos estabelecimentos como mediante a abertura de novos cursos/carreiras em instituições já consolidadas. Também nesse período, e a despeito de um mercado incerto, verifica-se um crescimento acelerado do número de cursos, por meio de um fenômeno que designei “fragmentação de carreiras”, ou seja, a transformação de uma habilitação e/ou disciplina em carreira independente. A estratégia foi mais frequente em mercados saturados, como os das regiões Sudeste e Sul, e atingiu, sobretudo, as áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Comunicação e Administração. A fragmentação das carreiras é um movimento orientado pelo e para o mercado com os objetivos de ampliar e diversificar a clientela, responder a demandas por ensino superior e engendrar outras. (SAMPAIO, 2011, p. 31)

É notório observar que a LDB/96 impulsionou a expansão de ensino privado no país, remodelando o cenário e rumos que a educação superior estava pautada, todavia, este cenário evidencia a ampliação de novos cursos e instituições, com faculdade, centros universitários e universidades.

Baldino (1991, p. 36) salienta para a compreensão de que as instituições de nível superior no Brasil “têm sido meramente agências cartoriais de formação de recursos humanos”, complementando ainda que esse “crescimento excessivo das IES decorre de uma estratégia empresarial para atrair estudantes – trabalhadores para cursos noturnos”.

Segundo Bittar, Oliveira e Lemos (2011, p. 124-125), “a ampliação, a modernização, a integração econômica e as transformações econômicas produtivas vêm criando uma maior demanda por educação superior”, de forma que desperta um interesse em empresário da área para investir não só em suas regiões, mas em todo o país.

Ristoff e Giolo (2006) o período pós-LDB/96 proporciona um ajuste no sistema educacional com base nos princípios do mercado, o qual eleva uma demanda do acesso à educação.

Essa demanda era o que faltava para que a iniciativa privada vislumbrasse, na educação, uma excelente oportunidade de negócio. Instituições com fins lucrativos, ágeis e competitivas, disseminaram-se pelos quadrantes do Brasil, obrigando toda a rede privada a se mobilizar na mesma direção. O resultado disso foi, [...], um fenômeno que pode ser resumido no trinômio: expansão-diversificação-privatização. A política educacional sentia-se plenamente justificada com a resposta dada pela iniciativa privada na oferta da educação superior, de modo que não viam razões para expandir a rede pública (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 20).

Cabe observar a afirmação de Lesbaupin e Mineiro (2002, p. 46) que “[...] a universidade ‘tinha de ir’ para o mercado [...]”, ou seja, criar um projeto de privatização de ensino, neste viés, seria como se o ensino público se torna-se inviável sob uma pressão do governo, tendo ainda, os próprios professores universitários tido que trabalhar e divulgar pesquisas sobre as universidades de forma a demonstrar no que tange a qualidade do ensino ofertado pelas universidades públicas.

Neste contexto, endossa-se um marco em consonância com a meta definida no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Lei nº 10.172⁴), a qual tinha como objetivos e prioridades: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. No que tange ao Ensino Superior, era analisado uma crescente demanda dos egressos do ensino médio, o qual apresentou um crescimento de 9% entre o ano de 1997 e 1998 (Lei nº 10.172, de 2001).

Segundo o PNE (BRASIL, 2002, *on-line*):

⁴ Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

A participação do ensino privado no nível superior aumentou sobretudo na década de 70, como decorrência de uma pressão de demanda a partir da "questão dos excedentes". Nos últimos vinte anos, o setor privado tem oferecido pouco menos de dois terços das vagas na educação superior. De 1994 para cá, o número de alunos subiu 36,1% nas instituições privadas, bem acima das públicas. Nestas, o crescimento foi de 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais, e 27,6% nas municipais.

Neste viés, é notório compreender novas oportunidades de crescimento, principalmente para o setor privado, o qual tenderia a ter uma parcela significativamente maior da demanda no nível superior. Desta forma, este estudo busca investigar como essa expansão se caracterizou no cenário estadual.

O crescimento do setor educacional se caracteriza pela visão de muitos empresários a um modelo tecnocrático-empresarial, teoricamente competitivo, desta forma, Dourado, Oliveira e Catani (2003) salientam um processo advindo da crise do capitalismo, o qual tem forte embasamento em um modelo de gerar capital financeiro pelas organizações, neste cenário, com a comercialização do processo educacional.

Segundo Vieira (2017), no período de 1995 a 2014, foi possível observar uma ampliação expressiva do número de matrículas de 347,15% no setor privado e nas IES públicas um aumento de 134,58%, bem como a criação de novas instituições de ensino superior, período este, o qual o sistema de ensino superior pode se expandir de forma substancial.

Para Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017, p. 465), “a expansão dos níveis de ensino do país, principalmente no ensino superior e na pós-graduação deveriam ser de enorme interesse para a renovação da política regional”.

Com este cenário, Benko e Pecqueur (2001, p. 33) apresenta o fato histórico de que “a partir dos anos 1970, observa-se um fenômeno de globalização intenso”, ou seja, um fator da mundialização da economia vivenciada nos últimos anos.

Nesta seara, nos anos 80, pode-se observar que:

[...] os estudos se multiplicaram sob diferentes formas em torno da economia territorial. Basta evocar algumas palavras-chave como desenvolvimento local, meio inovador, distrito industrial, sistema produtivo localizado, ou pensar em novas teorizações em torno dos custos das transações, redes, governança, convenções, instituições, pós-fordismo (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 39).

Dourado (2001, p. 63) diz:

Essas alterações passaram a exigir novos padrões de qualificação para o trabalho, justificando as políticas de expansão e interiorização de serviços. Nesse sentido,

destacam-se os serviços educacionais, particularmente a oferta do ensino superior, vista como emblema de modernização e progresso.

Ainda de acordo com Dourado (2001), a década de 80 caracteriza iniciativas de políticas de expansão e a interiorização do ensino superior, o qual seria implementado com o objetivo da necessidade de potencializar o desenvolvimento regional do estado de Goiás, em cidade as quais eram consideradas como polos econômicos de maior destaque.

Consoante ao disposto, Vieira (2017, p. 280-281), ao concentrar suas análises acerca da evolução do ensino superior examina as externalidades geradas pelas IES, bem como demonstra dois impactos gerados pelas mesmas:

[...] no sentido de examinar as externalidades geradas pelas IES para as regiões nas quais se encontram instaladas, visando identificar, sobretudo, os mecanismos de transmissão, a natureza, o alcance e os principais impactos derivados das atividades de tais estabelecimentos de ensino e de pesquisa científica e tecnológica. O primeiro concerne aos fluxos financeiros e monetários originados pelos dispêndios diretos das IES, envolvendo tanto o consumo de seus estudantes e profissionais (administrativos, técnicos e professores) quanto os gastos de custeio e de investimento efetuados na aquisição de bens e serviços, gerando “encadeamentos para trás” (*backward linkages*), que influenciariam a demanda efetiva local, com desdobramentos para as famílias, governo e empresas. Outra categoria de impacto deriva das atividades finalísticas das IES — produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico — mediante o ensino e a pesquisa, gerando “encadeamentos para frente” (*forward linkages*), que podem transformar estruturalmente as bases econômicas e produtivas da região.

No governo FHC, algumas medidas foram fundamentais para o aumento da educação superior no país, como a Lei 10.168/2000 que instituiu o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, no objetivo de criação de parcerias entre as universidades e o setor privado, a Lei 10.260/2001, com a criação do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies⁵), e a Lei 10.172/2001, que aprovou o PNE.

Os governos de direita e esquerda de países de toda parte promoveram políticas de mercantilização e privatização das estruturas sociais. Nas universidades, foram introduzidas mudanças significativas na legislação na organização, na administração e nas relações sociais e de trabalho de seus atores. Segundo alguns autores, essas mudanças configuram o fenômeno do quase-mercado em educação, uma estratégia de convergência neoliberal e neoconservadora que atenua as fronteiras entre o público e o privado (AFONSO, 2000, p. 115).

Todavia, ao final do governo Fernando Henrique Cardoso é notório observar que Oliveira (2011, p. 327) afirma:

[...] a educação no Brasil vivia um processo fragmentado de gestão, contendo uma profusão de programas sociais e educativos que buscavam atender a públicos

⁵ O FIES é uma bolsa de incentivo a facilitar o acesso e custeio dos estudantes no Ensino Privado, porém um programa de bolsas reembolsáveis, no qual o estudante após a conclusão de seu curso, retorna o financiamento recebido ao governo.

focalizados, revelando grande dispersão de políticas temporárias que se afirmavam mais como políticas de governo do que de Estado.

Pode-se compreender neste viés que a educação se caracteriza como algo que estava fragmentado ou disperso, de forma a não colaborar para um processo ao qual se criaria uma cooperação e integração entre o sistema de ensino e a sociedade como um todo.

Com a mudança de governo, Carvalho (2011) afirma que Luiz Inácio Lula da Silva tinha como objetivo manter o crescimento do sistema educacional instituído por Fernando Henrique Cardoso, todavia, promoveu alterações nas políticas vigentes e primava por manter o modelo de diferenciação institucional já criada. Neste governo, dentre propostas e metas para o desenvolvimento da educação superior, nota-se o objetivo de

[...] ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (BRASIL, 2002, p. 49).

Neste viés, nota-se uma reestruturação para ampliar a demanda do ensino público, e oferecer acesso a educação para todas as classes sociais do país, todavia, nem mesmo no final do segundo mandato, essas metas foram materializadas, pois, o crescimento das matrículas nas IES públicas esteve inclusive abaixo do que havia sido alcançado no último mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 151) “[...] entre os anos de 1995 e 2010, a expansão de matrículas tem maior expressão no setor privado, com crescimento de 347,15%, ao mesmo tempo em que o crescimento de matrículas nas IES públicas aumenta apenas 134,58%”.

1.3 Crescimento do Ensino Superior em Goiás

A expansão da educação superior de Goiás, como em outros estados, tem forte ligação com as políticas públicas desencadeadas durante governos anteriores a promulgarem o crescimento do setor (BALDINO, 1991). O Estado de Goiás teve grande inserção no mercado nacional com o início da Estrada de Ferro Goiás, que se constituiu em um marco ao estado “ao proporcionar melhores condições para o escoamento da produção agrícola e o transporte do gado e sua inserção no mercado econômico nacional” (MORAES, 2002, p. 29).

Localizado na Região Centro-Oeste do País, o Estado de Goiás contempla uma malha de 340.086,698 quilômetros quadrados, área essa que o coloca como sendo o sétimo maior

estado da federação brasileira após a sua divisão no ano de 1988 do atual Estado de Tocantins, e composto por 246 municípios. Com a política do governo Vargas a partir da década de 1930, segundo Oliveira (2007, p. 228) “à ocupação do território Goiano como uma prioridade nacional, inserida num projeto que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do estado de Goiás, principalmente as regiões sul e sudoeste”.

Segundo Baldino (1991, p. 16), podemos compreender que:

[...] tratar-se de estratégias dos governos militares para responderem às crescentes pressões das camadas médias relativamente à necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior, cognominado pelos tecnocratas da educação como política de ampliação das oportunidades educacionais.

Goiás teve ainda mais avanço “como marco entre o presente e o passado” (CHAUL, 1997, p. 22), ao transferir a Capital do estado para a cidade de Goiânia, construída no ano de 1937. Mesmo com as crises do início da década de 40, o estado passou por um aceleração na oferta de demanda para diversos serviços, dentre eles, no que tange o setor da educação superior.

À medida que Goiânia – a nova capital do Estado – vai se constituindo e configurando como um novo centro urbano–comercial, no plano de sua infraestrutura, a educação superior se faz presente. Afinal, essa área, praticamente estável por mais de três décadas, sofre impulsos consideráveis que não somente lhe trouxeram ampliação como também diversificação [...] novas iniciativas emergem (BALDINO, 1991, p. 66).

Segundo Estevam (2004, p. 125), “a construção de Goiânia, o projeto de colonização, o surto migratório, a infraestrutura dos transportes e a implantação de Brasília fortaleceram o grau de articulação da região com o centro dinâmico do País”.

A tabela a seguir apresenta uma abordagem histórica das Instituições de Ensino Superior no Estado de Goiás criadas antes de 1960.

QUADRO 1. Instituições de educação superior em Goiás por ano de criação

ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
1903	Academia de Direito de Goiás	Pública/Estadual
1916	Escola de Direito de Goiás	Privada
1921	Faculdade de Direito de Goiás	Pública/Estadual
1922	Escola de Farmácia	Confessional
1923	Escola de Odontologia	Confessional
1944	Escola de Enfermagem	Confessional
1947	Faculdade de Farmácia e Odontologia	Confessional
1949	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Confessional
1950	Faculdade de Ciências Econômicas	Confessional
1952	Escola Goiana de Belas-Artes e Arquitetura	Confessional
1957	Escola de Serviço Social	Confessional
1959	Faculdade de Direito	Confessional
1960	Faculdade de Medicina	Pública/Federal

1960	Escola de Engenharia	Pública/Federal
------	----------------------	-----------------

FONTE: dados de Baldino (1991) — elaboração: Gercimar Martins, 2021

No estado, mais especificamente no ano de 1944, o processo de expansão do ensino superior se faz com a criação pela Sociedade São Vicente de Paulo, da Escola de Enfermagem (1944) e posteriormente em 1947, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Já em 1948, segundo Borges (2007, p. 7) durante o Congresso Eucarístico em Goiânia, “deu-se a partir da resolução de fundar uma Universidade Católica”, a Universidade do Brasil Central (UBC), o que não se materializou.

Já na década de 1950, conforme Baldino (1991, p. 10), houve criação de “sete faculdades, sendo quatro públicas (três mantidas pelo Estado e uma pela Federação do Comércio do Estado) e três particulares (mantidas pela Igreja Católica)”.

No processo de expansão, e com o objetivo da criação de uma universidade no estado, Baldino (1991, p. 10) afirma que “existia uma mentalidade interiorana em Goiás, que não deixava vislumbrar a possibilidade de duas universidades no Centro-Oeste”.

Em suma, a luta travada pela criação das duas universidades em Goiás resultou de dois projetos distintos: de um lado a defesa do ensino público e laico, representado pela Maçonaria e, do outro, o ensino particular e confessional, em nome da liberdade do ensino, defendido pela Igreja Católica. Na verdade, duas tendências evidenciadas no plano nacional nesse momento histórico do País. Depreende-se que as duas universidades de Goiás nasceram de processos conflitantes e não como parceiras (BALDINO, 1991, p. 13).

Neste embate de caráter público e privado é que foram criadas duas universidades, sendo a Universidade Católica de Goiás⁶ (UCG) em 1959, constituída de caráter privado, e no ano seguinte, 1960, a Universidade Federal de Goiás⁷, esta, de caráter público.

No ano de 1969, Baldino (1991) afirma que o estado contava com seis Instituições de Ensino Superior, destas, três localizadas na capital: Universidade de Goyaz (privada), Universidade Federal de Goiás (pública) e Escola Superior de Educação Física (pública). As outras três na cidade de Anápolis: Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (pública),

⁶A Universidade Católica de Goiás (UCG) foi a primeira universidade criada no estado de Goiás, fundada no ano de 1959, por iniciativa do arcebispo de Goiânia Dom Fernando Gomes dos Santos, tendo expressivo apoio do governo federal. Inicialmente, foi denominada de Universidade do Brasil Central, depois de Universidade de Goiás e, em seguida, de Universidade Católica de Goiás (SANTOS, 2010). Hoje, conhecida como Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

⁷ A Universidade Federal de Goiás (UFG) foi fundada pelo agrupamento de cinco escolas superiores existentes na cidade de Goiânia, sendo elas: Faculdade de Direito de Goiás, Faculdade de Medicina de Goiás, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, Escola de Engenharia do Brasil Central e Conservatório Goiano de Música (BALDINO, 1991).

Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (pública) e Faculdade de Direito de Anápolis (privada).

Baldino (1991) destaca que na década de 1970 a expansão do ensino superior não obteve grandes êxitos, tendo seu principal marco na década seguinte. Todavia, destaca na década de 70 a criação da primeira instituição de ensino superior municipal, a qual estava ligada à Fundação Municipal de Rio Verde, inicialmente denominada de Fundação de Ensino Superior de Rio Verde – FESURV, criada pelas Leis Municipais ns. 1.221/73 e 1.313/74.

No que refere-se ao ensino superior, este sistema expandiu-se significativamente na década de 1980 em Goiás. Até 1979, o Estado dispunha de apenas duas universidades, a UFG e a UCG, e de nove estabelecimentos de ensino superior isolados (cinco privados, três estaduais e um municipal) (DOURADO, 2001, p. 66).

Na década de 1980 o estado passa por grandes transformações econômicas e sociais, as quais ocasionam em um “[...] processo gradual de desenvolvimento e investimento em infraestrutura no coração do país, permitindo escoamento de produção e a aceleração do processo de industrialização” (MAGALHÃES, 2009, p. 43).

A dinâmica social oriunda do crescimento demográfico e a crescente urbanização permeiam, portanto, as alterações políticas, culturais e socioeconômicas, interferindo nas políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, resultando na reconfiguração do ensino superior em todo o Estado (MAGALHÃES, 2009, p. 55).

Baldino (1991, p. 21) afirma que:

A maior Expansão do Ensino Superior em Goiás registrou-se na década de 80 via faculdades isoladas estaduais e municipais, pouquíssimas instituições explicitamente particulares, significativa predominância de cursos nas áreas de ciências humanas.

Segundo Oliveira, Dourado e Amaral (2006, p. 26), com a “[...] política de criação, pelo Governo do Estado, de faculdades por meio do regime jurídico autárquico”, o estado de Goiás vivencia um amplo movimento de expansão da educação de nível superior, com o qual se teve a criação de fundações municipais e instituições isoladas.

Baldino (1991, p. 24) afirma que:

A relevância do período 83/87 inserido na década de 80 decorre do fato da indicação de tratar-se do maior rush expansionista ocorrido no ensino superior goiano. Tal fenômeno tem sido, até agora, explicado de um lado, mediante o discurso institucional do progresso, da interiorização da ciência e da cultura, da fixação da juventude em sua terra de origem, de outro, mediante o que se convencionou chamar criticamente de expansão desordenada.

A interiorização do ensino superior aparece como:

[...] consequência inevitável da ampliação de oportunidades e serviços, apresentando-se como fator de consolidação e desenvolvimento de cidades

interioranas [...] e efetivou-se sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional (DOURADO, 2001, p. 24).

Segundo Baldino (1991, p. 131):

A Expansão do Ensino Superior em Goiás, enquanto manifestação ocorrida na década de 80, na realidade, se efetiva após 1983 num intenso processo de interiorização de instituições isoladas embora já no final da década/início do ano 90 ocorra a instalação da Universidade Estadual de Anápolis. As medidas se desdobram através de várias iniciativas e naturezas. a) do Poder Público Estadual ao criar e instalar instituições isoladas (autarquias) de nível superior sob a forma de Faculdade de Educação, Ciências e Letras nas cidades mais populosas e significativas do ponto de vista econômico, social e político; b) do Poder Público Municipal ao criar Fundações Municipais de Ensino Superior e instalando faculdades a elas jurisdicionadas; c) da Iniciativa Privada ao criar instituições de ensino superior e as instalando. No ano de 1985, a Assembleia legislativa do Estado de Goiás autorizou a criação de dez faculdades de Educação, Ciências e Letras em cidades do interior de Goiás que se encontravam “em franco desenvolvimento”: Morrinhos, Gurupi, Iporá, Jussara, Goianésia, Quirinópolis, São Luiz de Montes Belos, Formosa, Luziânia e Santa Helena de Goiás (BALDINO, 1991, p. 120).

Segundo Ristoff e Giolo (2006) a década de 1990 prevalece a continuidade do processo expansionista do ensino superior goiano, o qual passou a se articular mais com as políticas educacionais do governo federal, sendo o marco de maior crescimento a partir do ano de 1995.

No novo milênio, anos 2001, a expansão do ensino superior teve continuidade como uma tendência nacional, de forma mais articulada no setor privado, o qual também se manteve em crescimento no estado de Goiás, sendo que em 2003, as instituições públicas correspondiam a 22,22% enquanto as instituições de ensino privadas detinham de 77,78% do ensino no estado (ROSA; GONÇALVES, 2018).

No cenário de economia e envolvimento do ensino superior, observa-se o seu crescimento entre o período de 1995 a 2005, ano de criação de uma faculdade privada no interior do estado, a Faculdade Quirinópolis, na cidade de Quirinópolis.

TABELA 3. Estado de Goiás: Matrículas em cursos de Educação Superior e o percentual de crescimento – 1995 – 2005

ANO	MATRÍCULAS	% DE CRESCIMENTO
1995	40.640	0,0
2000	72.769	79,1
2005	149.034	104,8

FONTE: Instituto Mauro Borges

Durante o período analisado, observa-se um aumento no período de 10 anos que passam de 40.640 em 1995 para 149.034 matrículas no ano de 2005. Um percentual total de 183,9% no respectivo período.

Na tabela a seguir, observa-se o crescimento do número de instituições de ensino superior no estado, o qual evoluiu de 35 para 66, ou seja, 88,6%.

TABELA 4. Crescimento de Instituições de Ensino Superior em Goiás, 1995–2005

ANO	INSTITUIÇÕES	% DE CRESCIMENTO
1995	35	0,0
2000	35	0,0
2005	66	88,6

FONTE: Instituto Mauro Borges

É importante observar que no período de 1995 a 2000, não teve crescimento no número de novas instituições de ensino superior, todavia, no mesmo período seguinte, esse índice quase dobrou, observado também os dados da tabela 3, no qual no mesmo período teve um aumento de 104,8% de novas matrículas, neste caso, advindas dessa fase de criação de novas IES.

No governo Fernando Henrique Cardoso, Dourado (2011) afirma que a sua gestão pautou-se no viés de implementar por meio do MEC um processo mais amplo de realizar a reforma da educação nacional, com a adoção de uma política a qual evidenciaria a constituição de um sistema o qual seria utilizado para avaliação da educação.

Para Schwartzman (2005), no Brasil existem dois problemas no que tange a educação superior, primeiro por ser um país com um sistema fechado e elitista, no qual se encontra em grande espaço de interesses privados, e outro, pelo fato de que as universidades públicas recebem recursos que em determinados casos, dificultam o investimento em novos projetos. Abrindo possibilidades assim, para novas ofertas do mercado, todavia, novos projetos de incentivos governamentais que beneficiam o âmbito privado com recursos públicos.

O PROUNI (Programa Universidade para Todos) é um exemplo já criado no governo Lula, o qual utiliza-se da reserva de vagas em instituições de ensino privadas, em troca de isenções fiscais. Este fato promulga a continuidade da orientação do governo Fernando Henrique Cardoso, evidenciado na redução do orçamento destino ao MEC à DRU (desvinculação de Receitas da União), que na verdade, seria a utilização de recursos da educação para outros fins (PEREIRA, 2017).

2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DE FACULDADES NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS

Nesta seção faremos um estudo acerca da expansão e interiorização do ensino de nível superior no estado de Goiás. Trata-se de um estudo da expansão do ensino de forma geral, cujo propósito é compreender a lógica de expansão da educação superior no estado de Goiás nos últimos anos com a implantação da primeira instituição de ensino, até o objeto de pesquisa no ano de 2004, com a criação de uma instituição de ensino superior privada no município.

O município de Quirinópolis encontra-se localizado na microrregião do Sudoeste de Goiás, seus municípios limítrofes são Bom Jesus de Goiás, Castelândia, Rio Verde, Cachoeira Alta, Paranaiguara e Gouvelândia, além do município mineiro de Santa Vitória. Além da sede municipal, o município possui o povoado de Denislópolis, localizado a uma distância de 18 km da cidade. A cidade de Quirinópolis está localizada a uma distância de 293 km de Goiânia, capital do Estado.

Inicialmente, salientamos a importância de trazer um aspecto histórico acerca da cidade de Quirinópolis, para o leitor compreender e conhecer a sua origem, primeiros desbravadores, a sua emancipação, deixando de ser distrito da cidade vizinha, Rio Verde, como o início do contexto escolar, evidenciado pela criação da primeira escola no município.

A história de Quirinópolis data de meados do século XIX, quando esta parte do sudoeste goiano ainda era desabitada. A chegada dos primeiros desbravadores ocorreu no ano de 1832, quando João Crisóstomo de Oliveira partiu com sua família e um grande número de escravos de Ouro Preto (MG) e fixou residência instalando uma grande fazenda na região entre o Córrego Água Limpa e o Rio São Francisco, tomando posse de vasta extensão de terras (QUIRINÓPOLIS, 2021).

FIGURA 1: Família de João Crisóstomo



Fonte: Acervo Midia TV (2012)⁸

Em razão da excelência das terras agricultáveis e da grande beleza natural. O sonho dos primeiros ocupantes dessas terras, localizadas na Região Sudoeste do Estado, uma das mais produtivas, se consolida a cada dia, como confirmado pela evolução de indicadores econômicos e sociais, e também pela determinação da administração local, em priorizar suas ações em prol do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida.

Em 1843, José Vicente de Lima e José Ferreira de Jesus doaram uma faixa de terra à Igreja Católica, originando o povoado de Abadia do Paranaíba, recebendo posteriormente o nome de Nossa Senhora D'Abadia. No ano de 1879 (29 de Julho), foi elevada à categoria de Freguesia, com o nome de Nossa Senhora D'Abadia ou Capelinha (nome do atual bairro do local) (QUIRINÓPOLIS, 2021).

⁸ Acervo contido no Vídeo História de Quirinópolis. Disponível em: <https://youtu.be/RD4GzQhb6CM>

FIGURA 2: Capela Freguesia de N. Sra. D'Abadia



Fonte: Acervo Midia TV (2012)⁹

A primeira capela construída foi abandonada aos poucos por localizar-se em área de baixada. Em 1910, foi demolida por José Quirino Cardoso (daí Quirinópolis), que construiu uma nova Igreja, a atual Velha Matriz, recebendo o auxílio do povoado na época.

A freguesia de Nossa Senhora tornou-se distrito de Rio Verde, em 10 de Julho de 1894, e em 24 de Fevereiro de 1931, recebeu o nome de Quirinópolis, em homenagem a José Quirino. Finalmente em 31 de Dezembro de 1943, foi elevada à categoria de cidade, desmembrando-se do Município de Rio Verde, cuja emancipação ocorreu no dia 22 de Janeiro de 1944 (QUIRINÓPOLIS, 2021).

⁹ Acervo contido no Vídeo História de Quirinópolis. Disponível em: <https://youtu.be/RD4GzQhb6CM>

FIGURA 3: Bandeira de Quirinópolis com a data da elevação à categoria de cidade



Fonte: Acervo Prefeitura de Quirinópolis/GO

Com o lema LEITE E MEL, criou-se a bandeira da cidade de Quirinópolis, a qual leva-o até os dias atuais. No mês seguinte, foi realizado a comemoração de Emancipação do Município, o qual contou com a Banda Municipal 22 de Janeiro (data da emancipação), Banda esta, que caminha junto a cultura da cidade até hoje.

Figura 4: Comemoração da Emancipação do Município em 22 de janeiro de 1944



Fonte: Acervo Prefeitura de Quirinópolis/GO

O Grupo Escolar Ricardo Campos foi inaugurado na década de 1930, antes, Urzedo (2007) salienta que as aulas no município eram ministradas por professores particulares em suas próprias residências.

FIGURA 5: Grupo Escolar Ricardo Campos¹⁰



Fonte: Acervo Ronan Alves Lopes

A cidade de Quirinópolis, por ainda não ter uma malha rodoviária que a conecta-se com as principais cidades a fez desenvolver a passos lentos no seu contexto urbano, o qual podemos observar na tabela a seguir.

¹⁰ Grupo Escolar Ricardo Campos construído nos anos de 1930. Na foto em destaque o prefeito Sr. Hélio Leão (1951-1954) e o ex-prefeito Sr. Garibaldi Teixeira (1947-1951).

FIGURA 6: Cidade de Quirinópolis na década de 1940



Fonte: Acervo Midia TV (2012)¹¹

TABELA 5. Dados populacionais do município de Quirinópolis, 1940–2000

ANO	POPULAÇÃO	URBANA	RURAL
1940	13.216	1.471	11.745
1950	18.387	2.604	15.783
1960	25.644	3.239	22.405
1970	37.922	12.649	25.273
1980	36.279	22.766	13.513
1990	34.276	27.301	6.975
2000	36.512	29.655	6.857

FONTE: dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000) — elaboração: Gercimar Martins

Como diz Santos (2011, p. 98-99), a população urbana deriva de “famílias que não se identificavam com a vida rural” ou que “desenvolviavam atividades comerciais, assistenciais ou educativas”, e ainda de pessoas que “migraram para a região” em período que antecedeu a emancipação política de Quirinópolis. Nos últimos anos da década de 1960, iniciou-se a migração campo–cidade, graças a investimentos na mecanização das atividades agrícolas, assim como começaram ciclos de mudança na renda familiar, empresarial e municipal.

A partir do início da década de 1970, começa a estruturar uma infraestrutura mínima na cidade de Quirinópolis, para oferecer e fortalecer a contrapartida logística

¹¹ Acervo contido no Vídeo História de Quirinópolis. Disponível em: <https://youtu.be/RD4GzQhb6CM>

necessária ao desenvolvimento das atividades agrícolas, superando o status de simples depositária de mão de obra desempregada e hospedeira da população rural nos finais de semana. A cidade de Quirinópolis passa a interagir com outros centros dinâmicos do País e a oferecer suporte tecnológico ao desenvolvimento das atividades agrícolas, fortalecendo a demanda de produtos industrializados através do comércio local (SANTOS, 2011, p. 100).

FIGURA 7. Hidrovia Parnaíba-Tietê-Paraná em São Simão/GO



FONTE: Quirinópolis (2021, *on-line*)

Vantagens competitivas como a proximidade ao Porto de São Simão, da Hidrovia Parnaíba-Tietê-Paraná, aliadas à boa infraestrutura econômica existente, com rodovias pavimentadas e estradas vicinais em bom estado de conservação, saneamento básico e energia elétrica abundante, conferem a Quirinópolis, destaque para que se torne cada vez mais atrativa a novos investimentos, e se mantenha, no grupo dos municípios mais competitivos de Goiás.

Localização privilegiada na Região Sudoeste de Goiás, o município está interligado às principais regiões do país por rodovias pavimentadas através da GO-164 que liga à BR-452 e a GO-206 que liga à BR-364 e a todos os principais centros consumidores das regiões Centro-Oeste e Sudeste. A proximidade com o município de São Simão, distante apenas 85 quilômetros, onde se localiza o início da Hidrovia do Parnaíba-Tietê-Paraná, é fator de grande importância, por facilitar escoamento da produção agrícola.

Quirinópolis impulsionou seu desenvolvimento a partir do surgimento de usinas produtoras de açúcar e álcool. Os impactos gerados na economia local, pelos investimentos no setor sucroenergético, refletiram diretamente nos setores econômicos, mudando substancialmente seu perfil, fortalecendo sobremaneira o setor comercial e de serviços, gerando diversos empregos diretos e indiretos.

A Usina São Francisco, em operação desde abril de 2007, gera atualmente 1.500 empregos diretos e 1.200 empregos indiretos. O investimento realizado pela empresa foi de R\$ 310 milhões, o que elevou a absorção de mão-de-obra a 2.500 empregos diretos, já em

2008, com perspectiva de expansão. Utilizando processos produtivos totalmente automatizados para produzir açúcar VHP de alta qualidade, álcool anidro e hidratado, a empresa teve como meta produzir 2 milhões e 32 mil sacos de 50 quilos de açúcar e 63 milhões e 250 mil litros de álcool. Dotada de uma matriz energética muito bem equilibrada, será uma forte exportadora de energia elétrica, em eficiente processo de cogeração a partir do bagaço de cana.

FIGURA 8. Usina São Francisco em Quirinópolis, GO



FONTE: Quirinópolis (2011)

Inaugurada em 2008, a Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO), é uma das mais modernas usinas do mundo, dotada da mais avançada tecnologia para produção de etanol. Seu layout foi projetado para permitir expansões futuras e a duplicação de sua capacidade inicial de processamento de cana, com investimentos previstos da ordem de R\$ 550 milhões para nos primeiros três anos, sua perspectiva de moagem é de 1 milhão de toneladas e produção de 94,6 mil metros cúbicos de álcool. A princípio a indústria só produzirá álcool hidratado e sua produção era destinada ao mercado interno e externo, principalmente o Japão.

Primeira usina brasileira a combinar colheita 100% mecanizada (sem queima) e acionamento elétrico das moendas, mais versátil do que as convencionais, a Boa Vista está implantada em área de 1,7 milhão de metros quadrados, tem 23 mil metros quadrados de área construída e grande integração com o desenvolvimento sustentável da comunidade de Quirinópolis e região.

Um dos destaques da unidade é o COI (Centro de Operações Industriais), uma sala de comando ligada 24 horas por dia apresentando o status em tempo real de todos os processos em andamento na indústria. Dali são gerenciadas operações como extração e tratamento do caldo de cana, fermentação, destilação, armazenagem, geração de vapor, geração de energia elétrica e ar comprimido, tratamento de água e efluentes, entre outras.

Com suas caldeiras de alta pressão, a Usina Boa Vista, atualmente Nova Fronteira Bioenergia, tem a capacidade de gerar 65 MW, vendendo um excedente de 41 MW. A empresa conta com cerca de 1.600 colaboradores, dos quais 170 atuam na indústria, e está aumentando gradativamente sua moagem, e já superou a 3,4 milhões de toneladas de cana por safra.

FIGURA 9. Usina Boa Vista em Quirinópolis/GO



FONTE: Quirinópolis (2011)

A crescente demanda por serviços no setor sucroenergético no Estado de Goiás levou ao governo municipal a empreender um novo distrito industrial e em articulação com os interesses sociais e empresariais está fomentando a criação de um polo de industriais de manutenção para usinas sucroenergéticas do Estado de Goiás e Estados circunvizinhos nos moldes do que tem a Cidade de Sertãozinho no Estado de São Paulo. Sua população segundo o Senso IBGE 2010 contava com 43.243 habitantes, o que teve orientado as ações do governo

municipal, no sentido de investir continuamente em infraestrutura. Os investimentos proporcionaram melhoria na qualidade de vida da população e representam um grande diferencial para a cidade, que é uma das mais bem providas de vários serviços urbanos.

O IDH-M-Educação, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 2000, conferiu ao município índice de 0,445 (classificação elevado), igual ao valor do Estado e acima do valor para o Brasil, segundo o SEPLAN.

TABELA 6. Evolução do IDHM Educação do Brasil, Goiás e Quirinópolis, 1991–2000

LUGAR	1991	2000
Brasil	0.279	0.456
Goiás	0.273	0.439
Quirinópolis	0.251	0.445

FONTE: dados de Atlas Brasil (2020, *on-line*)

A cidade de Quirinópolis, localizada no Sudoeste do Estado, recebeu sua primeira faculdade no ano de 1986, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis/FECLQ.¹²

A UEG, uma prioridade do governo estadual, foi sendo estruturada por meio de um projeto de interiorização da educação superior visando responder às demandas da sociedade goiana, com o objetivo de alavancar o crescimento e desenvolvimento do Estado de Goiás, bem como assegurar aos estudantes o direito de acesso e permanência na educação superior pública e gratuita (FREITAS; PROVENSI, 2006, p. 14).

QUADRO 2. Síntese de Indicadores Educacionais da Graduação, 1999

INDICADORES	1999
Quantidade de cursos	6
Vagas ofertadas	240
Candidatos inscritos/vestibular	563
Candidatos por vaga	563
Ingressantes	240
Matrículas	776
Concluintes	110

Fonte: UEG (2017)

Retomando uma análise a nível nacional de matrículas em percentual, observa-se um grande crescimento no setor privado (presencial e a distância), o que instiga uma nova demanda de crescimento e visão da instalação de uma nova instituição de ensino no interior do estado de Goiás.

¹² Criada pelo Decreto nº 2.550, de 16/01/1986, conforme autorização legislativa consubstanciada na lei nº 9.777, de 10/09/1985. Atualmente UEG – Universidade Estadual de Goiás. Criada por meio de uma grande reforma originada na gestão do Governador Marconi Perillo, amparada por estudos técnicos concretizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A FECLQ funcionou como autarquia jurisdicionada à Secretaria da Educação até o dia 16 de abril de 1999.

Um marco importante é apresentado por Gomes e Moraes (2012) ao apresentar o percentual da população entre 18 e 24 anos que ingressaram no ensino superior, nas graduações presenciais.

TABELA 7. Matrículas em educação superior na graduação presencial — população na faixa etária 18–24 anos, Brasil, 1995–2005

ANO	POPULAÇÃO 18 A 24 ANOS	MATRÍCULA EM GRADUAÇÃO PRESENCIAL	% POPULAÇÃO MATRICULADA
1995	18.737.006	1.759.703	9,3
1996	19.491.000	1.868.529	9,6
1997	19.634.957	1.945.615	9,9
1998	20.350.699	2.125.958	10,4
1999	20.977.857	2.369.945	11,3
2000	23.364.185	2.694.245	11,5
2001	22.940.218	3.030.754	13,2
2002	23.098.462	3.479.913	15,1
2003	23.371.702	3.887.022	16,6
2004	24.072.318	4.163.733	17,3
2005	24.405.518	4.453.156	18,2

FONTE: Gomes e Moraes (2012, p. 181)

Também é possível observar no quadro a seguir a evolução do percentual de matrículas no país no período de 2001 a 2005, o que demonstra uma evolução constante pelo ingresso no nível superior.

TABELA 8. Evolução do percentual de matrículas – Brasil – 2001-2005

ANO	MATRÍCULAS EM PERCENTUAL		
	Total	Pública	Privada
2001	3.036.113	31,1	68,9
2002	3.520.627	30,8	69,2
2003	3.936.933	29,9	70,1
2004	4.223.344	28,8	71,2
2005	4.567.798	27,3	72,7

FONTE: Brasil (2010)

Conforme explicitado no quadro acima, entre o período de 2001 a 2005 nota-se uma crescente demanda no número de matrículas no país, e conseqüentemente, observa-se a redução constante do percentual de ingressantes em instituições públicas, e a demanda crescente para as instituições privadas.

2.1 Primeira Faculdade particular

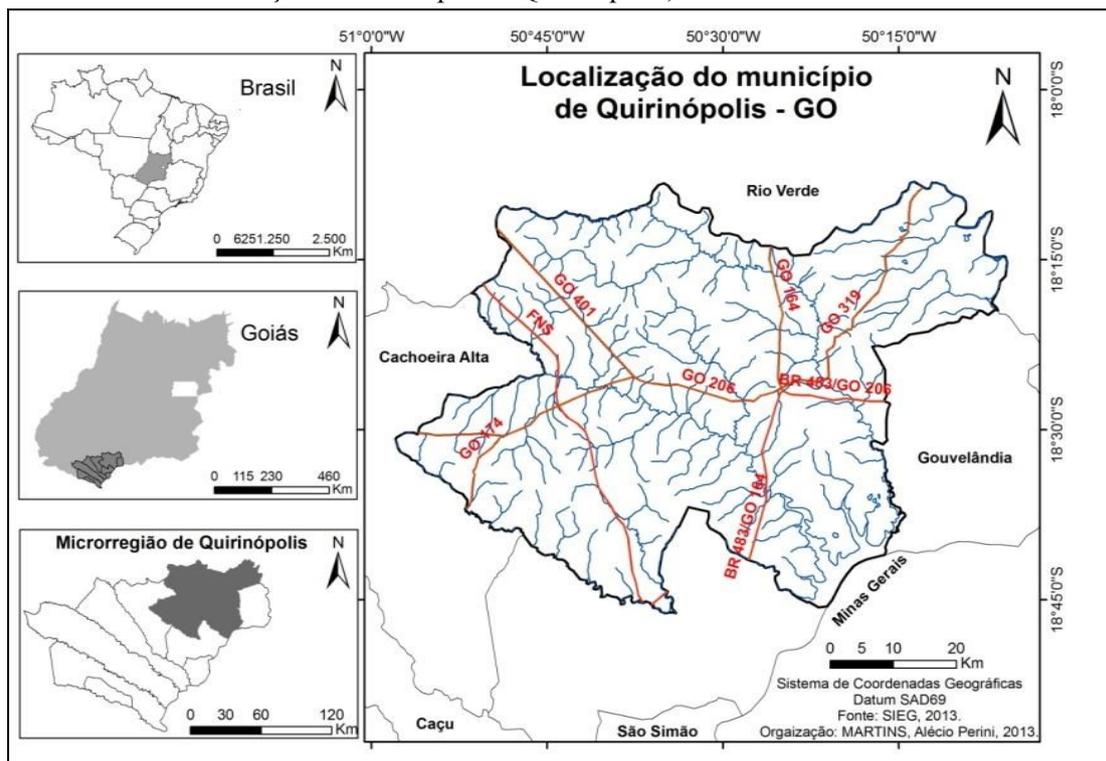
Este tópico destina-se a apresentar a criação da primeira faculdade particular na cidade de Quirinópolis, Goiás. Os textos ora apresentados a seguir foram extraídos parcialmente de

documentos institucionais da própria IES, bem como comentados consoante ao contexto local em que a Faculdade está inserida.

No ano de 2004, no anseio de trazer uma nova Instituição de Ensino Superior para a cidade de Quirinópolis, uma parceria formada pelos empresários Sr. Valter de Paulo, proprietário da Faculdade Padrão de Goiânia e Prof^a Anésia Ferreira dos Santos, com o objetivo de trazer cursos superiores para esta cidade. Nascia assim, a Faculdade Quirinópolis (FAQUI).

Localizado ao Sudoeste do Estado de Goiás, o Município de Quirinópolis, sede da Faculdade Quirinópolis- FAQUI, possui uma área territorial de 3.780,17 km², está a uma altitude média de 540m, tem sua posição geográfica determinada pelas coordenadas: 18°26'52" de latitude Sul e 50°27'07" de longitude Oeste (SIEG, 2013).

FIGURA 10. Localização do município de Quirinópolis, GO



FONTE: dados de SIEG (2013)

Sua área territorial representa 1.1115 % da área do Estado, 0.2362 % da área da Região Centro-Oeste e 0.0445 % da área do Brasil. Do total de sua área, 7, 8955 km² estão em perímetro urbano. 84, 42 % de sua população vive em área urbana, sendo que 15,58% vivem na zona rural (CMN¹³).

¹³ Conselho Monetário Nacional.

A Faculdade Quirinópolis - FAQUI, iniciou suas atividades com a parceria firmada entre a Mantenedora Associação de Educação e Cultura de Goiás Ltda., com sede na cidade de Aparecida de Goiânia, Goiás. Por meio da Portaria MEC Nº 4.272 de 21 de dezembro de 2004, foi credenciada e na mesma data, pela Portaria MEC Nº 4.311 de 31 de dezembro de 2004 foi autorizado o seu primeiro Curso de Bacharelado em Administração, com ênfase em Marketing, Análise de Sistema e Administração de Empresas.

A partir de 2005 a FAQUI iniciou suas atividades acadêmicas para atender a necessidade de tantos jovens que por motivos diversos, dificilmente teriam como ingressar no Ensino Superior em um grande centro urbano. A ampliação da oferta de cursos se deu a partir de agosto 2006, com a autorização do Curso de Direito; em agosto de 2007 o Curso de Enfermagem e em março de 2010 o Curso Superior Tecnológico de Gestão Ambiental.

A partir de então, a mantida FAQUI foi ganhando expressão, demanda e autonomia, até que em 2010 sua Diretora Geral, Anésia Ferreira dos Santos, desfez a antiga sociedade e criou uma Mantenedora própria para a mantida, o Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano (CESSGO), constituiu como pessoa jurídica de cunho privado com fins lucrativos, CNPJ nº 12.395.280/0001-63, com sede na Avenida Quirino Cândido de Moraes, nº 38-C, Centro, Quirinópolis-GO.

A Instituição tem por área de atuação o Estado de Goiás, nela, o Sudoeste Goiano e nele, a Microrregião de Quirinópolis, que atua para a compreensão dos problemas nacionais e contribui para o desenvolvimento sustentável da nação.

2.2 Contextualização Histórica da Faculdade Quirinópolis

Este tópico tem como fonte de análises, os documentos institucionais da Faculdade, sendo eles: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, vigência 2019-2023 (2019); Projeto Pedagógico do Curso de Administração – PPC (2016); Regimento Interno (2019); bem como o Livro - Quirinópolis: mãos e olhares diferentes (URZEDO, 2010).

O Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano Ltda., mantenedora da Faculdade Quirinópolis, tem sua história relacionada com a história profissional de sua idealizadora. Em meados de 1960, Anésia Ferreira dos Santos, (D. Anésia) foi nomeada pelo Estado por meio de concurso público, desde então passa por inúmeras experiências de docência e gestão em instituições públicas o que a encorajou a construir a sua própria Instituição. (PDI, 2019).

No arcabouço histórico do PDI (2019) a Professora Anésia começa a colocar seu projeto em prática em maio de 1995, quando da construção do Colégio São José. Os sonhos da Dona Anésia não pararam apenas com a fundação deste colégio, ela queria servir a comunidade ainda mais. Assim, surgiu a Faculdade Quirinópolis em 2005.

FIGURA 11: Primeira fachada da Sede da Faculdade Quirinópolis



Fonte: URZEDO (2010, p. 515).

A Faculdade Quirinópolis, empresa mantida pelo Centro de Ensino do Sudoeste Goiano Ltda., pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, CNPJ nº 12.395.280/0001-63, com sede na Avenida Quirino Cândido de Moraes, nº 38-D, Centro. Iniciou suas atividades em 02 de fevereiro de 2005, na cidade de Quirinópolis, inicialmente com uma parceria firmada com a Mantenedora Associação de Educação e Cultura de Goiás Ltda., com sede na cidade de Aparecida de Goiânia, Goiás, tendo como dirigente geral a professora Anésia Ferreira dos Santos, sua fundadora com uma imensa experiência no campo pedagógico e de gestão de instituição escolar no município.

A Faculdade Quirinópolis foi concebida com o objetivo de elevar o nível cultural e profissional da região, ministrando o ensino nos seus vários níveis de conhecimento, investindo em extensão e para ministrar cursos de graduação, pós-graduação, bem como cursos de extensão, especialização, atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional (PDI, 2019).

Com experiência comprovada no campo educacional, a Faculdade Quirinópolis, elaborou uma proposta pedagógica, atendendo as exigências do Ministério de Educação e Conselho Nacional de Educação, em consonância com a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e em conformidade com a expectativa e demanda regional, buscando qualificar a população local, interessada em uma melhor preparação para atender as atuais exigências do mundo contemporâneo.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior nesta região, motivaram a proposição dos dirigentes da Mantenedora da Faculdade Quirinópolis a pleitear, junto ao Ministério da Educação (MEC), o credenciamento da Faculdade Quirinópolis, a qual foi credenciada em dezembro de 2004, através da Portaria Ministerial nº 4.272 de 21/12/2004, posteriormente foi Recredenciada por força da Portaria nº 1.666 de 28/11/2011. Em 2016, a Faculdade Quirinópolis passou por nova avaliação de renovação de credenciamento por força da Portaria 1.283 de 05/10/2017.

O primeiro Curso foi Administração, autorizado através da portaria 4.311 de 21/12/2004 que autorizava o funcionamento de Administração com ênfase em Marketing, Análise de Sistemas e Administração de Empresas. O Curso de Administração de Empresas se fundiu com o de Marketing, no atual Curso de Administração, em pleno funcionamento na Graduação.

Com vistas a oferta de novos cursos para a cidade de Quirinópolis e região, os mantenedores continuaram ao estudo do mercado para pleitearem novas autorizações junto ao Ministério da Educação, e o aumento da sua oferta.

Em agosto de 2006, teve início o Curso de Direito, autorizado por força da portaria 1.274 de 10/07/2006, o qual tornou-se o carro chefe da instituição até os dias atuais. No segundo semestre de 2007 foi autorizado o Curso de Enfermagem pela Portaria nº 620 de 05/07/2007. Em março de 2010 inicia-se o curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Portaria nº 56 de 29/03/2010. Este Curso teve sua última turma formada em dezembro de 2015.

No início de setembro de 2010, passou pelo processo de mudança de sua Mantenedora, constituída no próprio município, com visão voltada para o empreendedorismo e maior compromisso na qualidade do ensino, acreditando que a mudança era necessária e ao mesmo tempo positiva em busca de inovação atendendo as expectativas dos acadêmicos, sociedade e colaboradores.

Em 2011 foi autorizado o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, Portaria nº 41 de 19/01/2011, que não chegou a funcionar por falta de demanda. Em 2015 iniciou-se o Curso de Agronomia, autorizado em junho de 2015, por força da Portaria nº 490, de 26/06/2015. Em 2016 foram autorizados os Cursos de Ciências contábeis, por força da portaria 563 de 27/09/2016, e Biomedicina pela portaria 564 de 27/09/2016. O ano de 2017 marcou-se pela autorização de três novos cursos, sendo o de Nutrição pela portaria 242 de 30/03/2017, Engenharia Civil pela portaria 674 de 04/07/2017 e, Psicologia pela portaria 1.251 de 07/12/2017.

No ano de 2019, foi a autorização do Curso de Farmácia, pela portaria 226 de 29/03/2018. No ano de 2019, a Faculdade Quirinópolis iniciou-se uma nova jornada em pedido de cursos, nesta, na modalidade a distância, a qual foi credenciada para oferta da referida modalidade pela portaria 1.005 de 17/08/2017 e tendo os seus primeiros três cursos superiores EaD, a saber: Administração, pela portaria 337 de 11/07/2019, Pedagogia pela portaria 344 de 12/07/2019 e, Ciências Contábeis pela portaria 377 de 21/08/2019.

Em 2021, um novo curso na modalidade a distância, Sistemas para Internet, foi autorizado por força da Portaria nº 1.222 de 08/11/2021, e no ano seguinte, a autorização do curso de Odontologia por força da portaria nº 445 de 04/02/2022.

QUADRO 3. Evolução cronológica de cursos da FAQUI

	CURSO	NÚMERO DA PORTARIA AUTORIZAÇÃO	NÚMERO DA PORTARIA RECONHECIMENTO	NÚMERO DA ÚLTIMA PORTARIA DE RENOVAÇÃO
1	Administração	4.311 de 21/12/2004	1.355 de 09/09/2010	208 de 07/07/2020
2	Direito	1.274 de 10/07/2006	20 de 12/03/2012	949 de 30/08/2021
3	Enfermagem	620 de 05/07/2007	134 de 27/07/2012	110 de 05/02/2021
4	Gestão Ambiental	56 de 29/03/2010	39 de 14/02/2013	821 de 30/12/2014
5	Tecnologia em Alimentos	41 de 19/01/2011	—	—
6	Agronomia	490 de 26/06/2015	294 de 29/03/2021	—
7	Ciências Contábeis	563 de 27/09/2016	—	—
8	Biomedicina	564 de 27/09/2016	—	—
9	Nutrição	242 de 30/03/2017	—	—
10	Engenharia Civil	674 de 04/07/2017	—	—
11	Psicologia	1251 de 07/12/2017	—	—
12	Farmácia	226 de 29/03/2018	—	—
13	Administração EaD	337 de 11/07/2019	—	—
14	Pedagogia EaD	344 de 12/07/2019	—	—
15	Ciências Contábeis EaD	377 de 21/08/2019	—	—
16	Sistemas para Internet EaD	1.222 de 08/11/2021	—	—
17	Gestão de Turismo	1.801 de 09/12/2021	—	—
18	Odontologia	445 de 04/02/2022	—	—

FONTE: Ministério da Educação (2022)

Paralelamente ao crescimento no número de cursos e alunos, a Faculdade Quirinópolis propiciou a marcante sedimentação de processos acadêmicos diversos. A despeito de uma

estrutura administrativa enxuta e com significativa presença familiar, a dimensão Ensino é tratada de forma profissional por toda a Instituição. Fazem parte da rotina acadêmica os processos de Avaliação Institucional, participação em órgãos colegiados, construção coletiva de conhecimento.

Diante da realidade do mundo contemporâneo, com uma sociedade em constante mudanças, a Faculdade Quirinópolis é chamada a enfrentar eficazmente as novas formas de agir e de pensar, adotando o espírito da argumentação, do embasamento científico e da busca de contínuo aperfeiçoamento como filosofia de trabalho como uma potente alternativa a ser lançada como ferramenta para o desenvolvimento de relações sociais.

Conforme analisado em seu PDI (2019-2023), suas atividades principais são o ensino e a extensão no campo da educação superior. Estende o conhecimento científico e/ou tecnológico, servindo a sociedade com acompanhamento dos avanços dos novos tempos. Mantém parcerias com as Prefeituras Municipais da área de sua atuação para programar os cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento e de atualização, ouvindo também a comunidade e as empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviço, integrando, de fato, com a comunidade e com as Prefeituras Municipais.

Procura semestralmente fazer a avaliação de cada curso quanto ao conceito da comunidade e do alunado e considera os resultados na projeção de melhorias em curto e médio prazo. Mantém harmônico relacionamento democrático com o Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano, buscando sempre o aprimoramento de todos os seus recursos humanos, principalmente do corpo docente. Para isso, faz intercâmbio com as Universidades e Instituição da Região Centro-Oeste, visando o melhor desenvolvimento do ensino, da iniciação científica e de extensão (PDI, 2019).

A Faculdade Quirinópolis é para a localidade um centro educacional, cultural e de promoção social, de forma democrática e participativa. Para tanto, se faz presente em todos os eventos educativos e sociais da região. Articula-se com os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a fim de contribuir objetiva e corretamente para a melhoria da qualidade da educação.

Diante do exposto, ressalta-se que a Faculdade Quirinópolis é uma Instituição de Ensino Superior, com foco na formação de profissionais com perfil adequado para atender as necessidades do mercado de trabalho regional, estadual e nacional e para a formação da cidadania capaz de transformar a sociedade em que vive.

No PDI (2019), ressalta-se que é primordial para a IES assegurar a qualidade aos cursos, desta forma, a Faculdade Quirinópolis conta com uma equipe de professores experientes e com a devida titulação acadêmica entre especialistas, mestres e doutores, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas a comunidade acadêmica.

Mesmo sendo uma Instituição de Ensino Superior ainda jovem, a Faculdade Quirinópolis em muito tem contribuído para o desenvolvimento da Região Sudoeste e do Estado de Goiás. Surge das necessidades do Município e Região, no sentido de fortalecer o desenvolvimento e construir uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e das suas áreas de influência (PDI, 2019).

No PPC do Curso de Administração (2016), é importante salientar a perspectiva fundamenta de que seus dirigentes acreditam que o pressuposto básico no desenvolvimento de uma nação é de que não há educação sem influência social, como tampouco não há sociedade sem educação. Nessa concepção, a finalidade da educação é formar indivíduos capazes de analisar, interpretar e transformar a realidade, visando ao bem pessoal e coletivo. Para isso, desenvolve a criatividade, o espírito crítico, a capacidade para análise e síntese, o autoconhecimento, a socialização, a autonomia e a responsabilidade.

Os Cursos oferecidos pela Faculdade Quirinópolis, mediante seus projetos pedagógicos específicos, estão organizados de modo a propiciar aos profissionais uma formação de conhecimentos e habilidades, capazes de permitir-lhes conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir e, desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso socioambiental em seu contexto sociocultural de atuação. (PPC, 2016).

A política definida pela Instituição para as questões sociais visa promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e modificações na educação e na cultura. A Missão da Instituição inclui preparação para a liderança e o acompanhamento de profundas e densas mudanças induzidas pelo avanço tecnológico e pelas novas concepções de vida dele emergente. A Instituição tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus egressos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus

Cursos, que são úteis e básicos para a elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões de relevância social e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado. Tem política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da Região de Quirinópolis/GO. (PPC, 2016).

A Faculdade Quirinópolis, na leitura do contexto educacional em que está inserido, aponta com clareza que este está caracterizado pela dinâmica e a velocidade cada vez maior das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade moderna. Neste sentido identifica-se, ainda que as transformações globais que caracterizam o mundo moderno, informatização, globalização e sociedade do conhecimento são alguns fatores que estão pressionando o “*status quo*” da vida atual.

Este rápido panorama evidencia a importância e o desafio da educação superior no país. O interesse da sociedade tem aumentado significativamente assim como a existência de forças que impulsionam as mudanças em seu ambiente interno, como legislação avaliação de desempenho e institucional e outros.

Acresce-se a isto as novas nuances políticas que acompanham o processo de globalização, exercendo influência direta no sistema educacional que investe na educação para fins econômicos. As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto, do investimento educativo para a produtividade.

Neste contexto educacional e para tanto, compreende-se que a formação acadêmica oferecida pela Faculdade Quirinópolis com uma concepção teórica e humanística pretende que o egresso harmonize informações técnicas com uma orientação pragmática e hábil a provocar o surgimento de um profissional consciente de que os acontecimentos são dinâmicos e, por isso mesmo, em constante transformação, exigindo-lhe a inabalável destreza de trabalho reflexivo que o habilite à síntese dos instrumentos conceituais, técnicos, metodológicos e práticos compatíveis com a função pública e social que a Instituição desempenha na comunidade.

A Proposta Pedagógica de seus cursos tem um perfil inovador, voltado para a formação humanista, dentro de um posicionamento crítico, visando uma dinâmica evolutiva à luz da consciência dos problemas do tempo e espaço no qual se insere.

Outro fator motivador e justificável dos Cursos da Faculdade Quirinópolis analisado em seu PDI (2019) é a necessidade do mercado que carece de profissionais capazes de dar suporte e subsídios para o desempenho de atividades criativas e empreendedoras que tragam boas alternativas para garantir o desenvolvimento da região, com a finalidade de acompanhar as adversidades advindas do processo social da globalização e da localização do Estado de Goiás, como um polo comercial, industrial e turístico onde oportunidades de trabalho são promissoras e bastante diversificadas.

Nesta perspectiva, os Cursos contribuem também para dar plenitude de operação da Missão da Faculdade Quirinópolis:

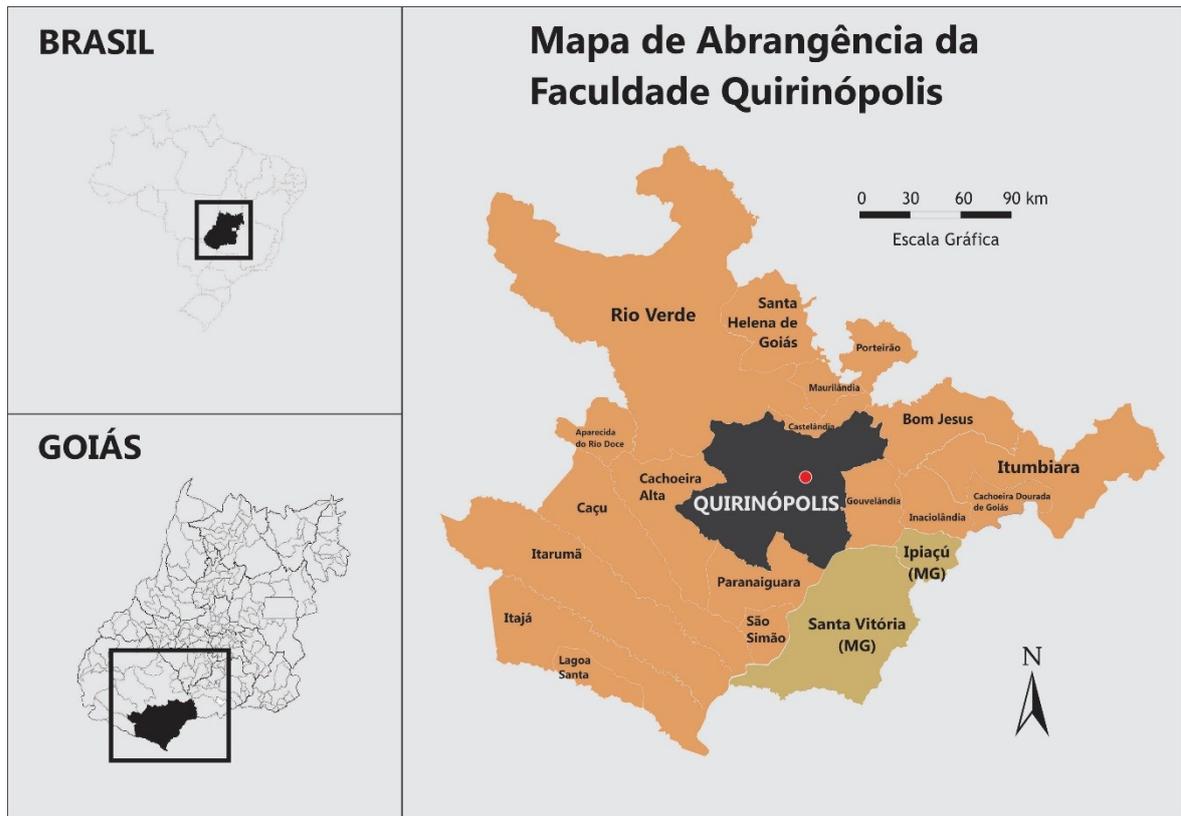
Instituir Centro de Excelência no campo do ensino superior, compromissado com a pesquisa e extensão, com a produção e a disseminação de conhecimentos, especialmente nas áreas de Ciências da Saúde, Humanas e Sociais e Tecnológicas, com foco no Estado de Goiás e na Região de Quirinópolis participando do esforço nacional para a compreensão de seus problemas, visando contribuir para o desenvolvimento autossustentado (FAQUI, 2019).

No PDI (2019), observa-se que em suas atividades de iniciação científica, ensino e extensão, pautam-se com vista ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro dos seus objetivos e em consonância com as Políticas Federais de Educação Superior, no sentido de colocar o saber a serviço da pessoa humana, de tal forma que as implicações éticas e morais das ações acadêmicas, de ensino, e investigação atendam a sua função social, transformando em conhecimento socialmente útil, o conhecimento ensinado.

A Mantenedora ao ratificar seu espaço de inserção regional, da Faculdade Quirinópolis compreende e reforça seu compromisso com o desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Goiás. Para tanto, a primeira diretriz apontada é justamente a consolidação do papel da Instituição na integração e transformação regional. Assim conduz suas ações para efetiva integração desta porção goiana, com o propósito de buscar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida desta população. (PDI, 2019).

Com base em seu PDI (2019), por Integração Regional compreende-se a participação na articulação dos diversos atores sociais da região em torno de eixos de desenvolvimento específico e o reforço da educação, como agente propulsor de mudanças sociais, tecnológicas e ambientais. Dessa forma, a Instituição, articula os diferentes interesses que povoam os municípios da sua área de atuação.

FIGURA 12. Mapa da área de abrangência da Faculdade Quirinópolis



FONTE: Cenário do Município de Quirinópolis

A Faculdade Quirinópolis é a realização de um sonho do povo que ali residia e de seus dirigentes, que via na instalação de uma nova Faculdade a oportunidade de se obter uma conquista de Cursos Superiores fora da área do magistério (oferecidos pela atual UEG – Universidade Estadual de Goiás). Sendo ainda uma instituição jovem, cresceu muito e consolidou-se como Ensino Superior no Sudoeste Goiano. Um dos pontos mais forte desta IES é preparar mão de obra especializada para as Usinas Sucroenergéticas da Região; Órgãos Públicos: Ministério Público, Fórum de Justiça, Delegacia de Polícia; Instituições Bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco HSBC, Cooperativa de Crédito SICOOB e SICRED, outras instituições financeiras; Grandes Indústrias e Empresas desta cidade e região, assim como nos Pequenos e Médios Empreendimentos, nos quais mesmo antes de se formarem, nossos acadêmicos já são procurados para a empregabilidade. (PDI, 2019).

A Faculdade Quirinópolis foi concebida para ministrar Cursos de graduação, pós-graduação, extensão, atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional. Nas avaliações realizadas por órgãos oficiais a Faculdade Quirinópolis tem obtido aprovações com referenciais positivos. (PDI, 2019).

Seu ensino é dirigido para os reais interesses da comunidade, colaborando na criação de condições para o desenvolvimento da região, conectando-se com a expressão socioeconômica e cultural de Goiás e do Brasil.

Nesta seara, seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2019) apresenta que a FAQUI promove o pensar, mostra-se dinâmica, cheia de vida, datada e situada como o próprio homem, na busca de renovação e aperfeiçoamento e na esperança de que todos estejam sonhando juntos. Por isso sua proposta é continuar inserindo novos cursos, para melhor atender Quirinópolis e região.

Neste capítulo, evidenciamos a contextualização da Faculdade Quirinópolis no Sudoeste Goiano, de forma a apresentar a sua idealização e trajetória no município, bem como sua expansão na oferta de novos cursos superiores para a cidade de Quirinópolis e região.

É importante salientarmos que os benefícios trazidos pela Faculdade ao município têm muito a contribuir, bem como expandir a oferta de cursos na região, a IES prima por uma educação de qualidade, conforme apresentado em seus documentos institucionais, mas vale ressaltar o contexto de ser uma empresa privada, a qual oportuniza a oferta de ensino, todavia não atende toda a demanda da população, a qual, parte procura uma Instituição Pública.

No tocante a oferta de cursos, a Faculdade Quirinópolis tem foco no ensino presencial de cursos de Bacharelado, enquanto a Universidade Estadual de Goiás oferta os cursos de Licenciatura no mesmo município.

Tal evidência é importante para compreendermos que a criação de uma Instituição possa resolver suprir toda a demanda local, visto que parte da população de Quirinópolis é de classe média-baixa e não conseguem acesso ao ensino oferecido.

Nesta seara, observa-se que a Instituição de Ensino, objeto de pesquisa, oferta convênios/bolsas por meio dos Programas ProUni¹⁴, OVG/ProBem¹⁵, e Prefeituras Municipais da Região, de forma a possibilitar o ingresso de estudantes que desejam cursar um Bacharelado, mas não possui condições de arcar com as mensalidades. Por tempo, a IES

¹⁴ O Programa Universidade Para Todos (ProUni) foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com objetivo de oferecer bolsas de estudo parciais e integrais em instituições de ensino particulares, para estudantes de baixa renda e sem diploma de nível superior.

¹⁵ O Programa Universitário do Bem (ProBem) representa a oportunidade de acesso à milhares de jovens, em situação de vulnerabilidade social, a bolsas de estudos integrais e parciais para a primeira graduação em Instituições de Ensino Superior privadas ou públicas não gratuitas localizadas no Estado de Goiás.

ofereceu também o FIES¹⁶, mas posteriormente a opção do financiamento não foi mais ofertada, restringindo desta forma, uma outra opção para seus clientes.

Evidenciado os contributos da IES e o primeiro curso superior, iniciado no ano de 2005, o Curso de Administração tem até os dias atuais demanda para a instituição, sendo este, o nosso objeto de pesquisa a ser explorado no próximo capítulo.

¹⁶ O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1999, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

3 GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA DE QUIRINÓPOLIS: IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO POPULACIONAL E EMPRESARIAL

Os fenômenos resultantes da globalização têm contribuído para o avanço da ciência, em especial para o crescimento do campo direcionado ao estudo da Administração de Empresas, base fundamental para gerir organizações empresariais de forma cada vez mais eficiente.

Conforme apresentados por dois autores modernos do campo de estudo da Administração, evidencia-se o conceito de que para Maximiano (2004, p. 34) “a administração é um processo dinâmico de tomar decisões e realizar ações que compreende cinco processos principais interligados: planejamento, organização, liderança (e outros processos da gestão de pessoas), execução e controle”, nesta perspectiva, Silva (2004, p. 6): enfatiza que a “Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais”.

Destarte, Chiavenato (2008, p. 13) salienta que “o planejamento produz estratégias que se baseiam em objetivos e nos procedimentos específicos para alcançá-los. Planejar envolve solução de problemas e tomada de decisões quanto à alternativa para o futuro”. Desta forma, “o controle representa o acompanhamento, monitoração e avaliação do desempenho organizacional para verificar se as ações estão acontecendo de acordo com o que foi planejado, organizado e dirigido” (CHIAVENATO, 2008, p. 14).

O delineamento deste capítulo compreende-se no estudo acerca do curso de Administração de Empresas, sob a luz de um estudo no contexto de sua origem e expansão no País, bem como sua chegada ao estado de Goiás e na cidade de Quirinópolis, localizada no Sudoeste do Estado.

Este estudo visa apresentar a contribuição para o processo de expansão populacional e empresarial para a cidade de Quirinópolis e região, tendo sido este, o primeiro curso de nível superior em Instituição de Ensino Superior privada na cidade em tela.

Neste viés, salienta-se a importância de compreender de forma breve a origem que este curso apresenta, a sua expansão e oferta nas instituições de ensino no Brasil, para compreendermos o momento em que Quirinópolis o recebe, proporcionando assim, uma

compreensão direta, que justifica a análise de sua contribuição para a região do Sudoeste do Estado de Goiás.

3.1 Primeiros registros do surgimento do curso de Administração

A área da Administração é de certa forma, recente no Brasil, datado de 1941, todavia, sua origem traça fatos históricos do campo que hoje é conhecido como Administração, advindo dos povos sumérios¹⁷, que necessitavam de melhorar de forma prática, os seus problemas, data essa, ainda nos anos 5.000 a.C.

Conforme matéria publicada pelo Portal Sitecontabil (2021), nos apresenta uma linha do tempo da Administração, que compreende:

1759 - A primeira instituição a especializar-se no ensino da Contabilidade no mundo foi a Aula do Comércio de Lisboa. Apesar de ter sido fechada em 1844, ela foi responsável por fornecer um modelo para o desenvolvimento de escolas semelhantes patrocinadas pelo governo em toda a Europa.

1819 - É fundada, em Paris, a escola de negócios Escola Especial de Comércio e Indústria. A ESCP Business School ainda é a mais antiga do mundo.

1857 - A Budapest Business School, fundada em Budapeste, na Áustria-Hungria, foi a primeira escola de negócios pública do mundo, bem como a primeira escola de negócios na Europa Central.

1881 - Nos Estados Unidos, a Wharton School da Universidade da Pensilvânia foi a primeira escola de negócios.

1898 - Na costa oeste norte-americana, a Haas School of Business é estabelecida como a Faculdade de Comércio da Universidade da Califórnia e se tornou a primeira escola pública de negócios do país.

1900 - Foi fundada a primeira escola de pós-graduação em negócios nos Estados Unidos, a Tuck School of Business, no Dartmouth College. A escola conferiu o primeiro grau avançado em negócios, especificamente, o Master of Science in Commercial Sciences, antecessor do MBA.

1903 - O engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) sistematiza a disciplina científica da administração de empresas, caracterizada pela ênfase nas tarefas, com o objetivo de aumentar a eficiência ao nível operacional. O modelo ficou conhecido como Taylorismo ou Administração Científica.

1906 - O sociólogo alemão Max Weber apresenta a Teoria da Burocracia na Administração. A partir dela, integrou-se o estudo das organizações ao desenvolvimento histórico-social. Weber introduz uma análise voltada para a estrutura, na qual acreditava que a burocracia, na relação hierarquia social e autoridade, era a organização por excelência.

¹⁷ Os sumérios eram um povo que se estabeleceu na Mesopotâmia a partir de 5000 a.C., ao sul dessa região. Eles foram considerados o primeiro povo a fixar-se de forma sedentária com a fundação de suas cidades. Atribui-se a eles grandes construções e a invenção da primeira forma de escrita da humanidade. (SILVA, 2017).

1911 - É publicado o livro "Princípios de Administração Científica". Na obra, Taylor propõe que administrar uma empresa deve ser tido como uma ciência. O autor defende que o trabalho deve ser racionalizado, e que isso envolve a divisão de funções dos trabalhadores.

1916 - A Teoria Clássica da Administração (ou Fayolismo), idealizada pelo engenheiro francês Henri Fayol, caracteriza-se pela ênfase na estrutura organizacional da visão do homem econômico e pela busca da máxima eficiência organizacional. Também é caracterizada pelo olhar sobre todas as esferas (Operacionais e Gerenciais), bem como na direção de aplicação do topo para baixo (da gerência para a produção).

1932 - Após a grande depressão, com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, os conceitos vigentes passam a ser contestados. As ideias trazidas pela Escola de Relações Humanas criaram novas perspectivas para a Administração, visto que buscavam conhecer as atividades e sentimentos dos trabalhadores e estudar a formação de grupos. A Teoria das Relações Humanas surgiu efetivamente através da Experiência de Hawthorne, realizada numa fábrica no bairro que dá nome à pesquisa, em Chicago, pelo médico e sociólogo australiano Elton Mayo.

1941- No Brasil, é criado o primeiro curso de Administração, na Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN/SP, inspirado no currículo da Graduate School of Business Administration da Universidade de Harvard.

1946 - É fundada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, que ministrava cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, onde eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração.

1947 - Surge a Teoria Estruturalista da Administração, a partir da qual os teóricos procuram interrelacionar as organizações com o seu ambiente externo, que é a sociedade maior, ou seja, a sociedade de organizações, caracterizada pela interdependência entre as organizações. Seus expoentes foram James Thompson, Amitai Etzioni e Peter Blau.

1951 - A Teoria Geral de Sistemas (T.G.S.) nasce com os trabalhos do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, publicados entre 1950 e 1968. Seu principal conceito é o de que o sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função.

1952 - É criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV, no Rio de Janeiro. A primeira turma se formou em 1954.

1953 - A Teoria Sociotécnica (STS) propõe uma série de formas diferentes de alcançar a otimização conjunta. Via de regra, baseiam-se na concepção de variados tipos de organização, nos quais as relações entre elementos sócio-técnicos conduzem ao surgimento de produtividade e bem-estar.

1954 - A Teoria Neoclássica (nomenclatura utilizada somente no Brasil) tem como principal referência Peter Drucker, mas também inclui um grupo amplo de autores como William Newman, Ernest Dale, Ralph Davis, Louis Allen e George Terry. Seus conceitos básicos são: ênfase na prática da Administração; reafirmação relativa das proposições clássicas; ênfase nos princípios gerais de gestão; ênfase nos objetivos e resultados.

1954 - Cria-se a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, vinculada à FGV. Este é o primeiro currículo especializado em Administração, que se tornou referência para os outros cursos surgidos no país.

1957 - A Abordagem Comportamental se desenvolveu nos Estados Unidos, acrescentando novos conceitos e variáveis para a teoria administrativa, principalmente, devido ao desenvolvimento das ciências comportamentais e da Psicologia organizacional.

A partir da década de 1960 – A FGV passa a ministrar cursos de Pós-Graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas.

1962 - Nasce a Teoria do Desenvolvimento Organizacional, com Leland Bradford. Ela se caracteriza por ser um esforço de longo prazo, que visa melhorar processos. Estimula o diagnóstico e a administração da cultura organizacional com a assistência de um consultor e usa tecnologias das ciências comportamentais, incluindo ação e pesquisa.

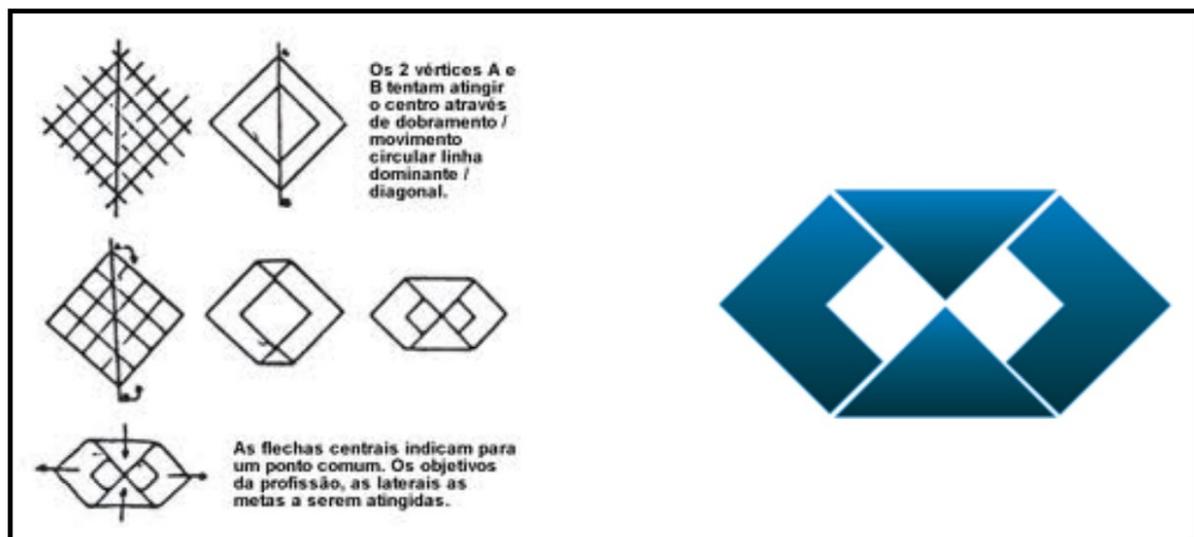
1965 - É regulamentada a profissão de Administrador no Brasil com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

1972 - Teoria da Contingência ou Teoria Contingencial enfatiza que não há nada de absoluto nas organizações ou na teoria administrativa. Tudo é relativo e depende de uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização.

1973 - É criada a ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, a partir da iniciativa dos oito programas de pós-graduação stricto sensu então existentes no Brasil. Em 2003, são 54 os programas associados. Esse crescimento na oferta de mestrados e doutorados no país, no período de 27 anos, forneceu as bases para a institucionalização de uma comunidade acadêmica sólida e profícua.

No ano de 1979, o Conselho Federal de Administração promoveu um concurso nacional para criação do símbolo que o representasse, conforme apresentado na figura a seguir:

FIGURA 13: Dobradura do quadrado e o Símbolo do Sistema CFA/CRA



Fonte: Conselho Federal de Administração (2021)

O símbolo escolhido para identificar a profissão do Administrador tem a seguinte explicação pelos seus autores: "A forma aparece como intermediário entre o espírito e a matéria". Para Goethe o que está dentro (ideia), está também fora (forma) (CFA, 2021).

A partir deste contexto histórico sobre a Administração, é possível compreendermos a sua importância dentro das Organizações, o que promulga o desenvolvimento de pesquisas e análises dos resultados advindos dos profissionais, cuja formação embasa nesta ciência e gestão.

Consoante ao disposto, é importante analisar o contexto da expansão do curso de Administração ofertado por Instituições de Ensino Superior no Brasil, em especial a FGV – Fundação Getúlio Vargas), em que é possível evidenciar em sua missão:

Promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas e privadas; prover a formação, a especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados; constituir-se em centro e documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos; incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tornar o encargo de executá-los, ou prestar-lhe a assistência técnica necessária; concorrer para melhor compreensão dos problemas de administração, proporcionando o seu estado e debate. (COSTA, 1986, p. 35-36).

É importante salientar que a FGV tinha em sua criação, a participação de políticos, bem como empresários e profissionais de universidades de administração norte-americana. Neste contexto, Martins (1989, p. 80) abordava que:

A FGV articulada no interior de um organismo vinculado ao aparelho estatal e tomando como seu patrono a figura do Presidente da República, que durante quase quinze anos, vinha dirigindo o país, a FGV envolveu em sua criação figuras expressivas do campo do poder político e personalidade proeminentes do empresariado nacional.

Segundo Covre (1991, p. 65):

Em 1954, através da Escola Brasileira de Administração de Empresa de São Paulo, a Fundação faz sua primeira incursão no campo de administração de empresa, sob a forma de um curso intensivo e em 1955 realiza seu primeiro curso de graduação, cuja primeira turma se forma em 1958.

No final da década de 50, período este já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a Administração começa a traçar novos caminhos, agora de forma mais promissora, sendo neste governo, a idealização de um caminho para a modernidade, principalmente por meio de seu Plano de Metas, em que Covre (1991, p. 67) salienta ser um forte apelo às ideias de planejamento “jogando simultaneamente com a ideologia nacionalista e uma política econômica do tipo internacionalista”.

Tabela 9: Cursos de Administração criados na década de 1950

Cursos de Administração Criados	Ano de Criação	Estado
Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP da Fundação Getúlio Vargas – FGV	1952	RJ
Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP da Fundação Getúlio Vargas – FGV	1954	SP
Instituto de Administração e Gerência – IAG – da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1954	RJ
Instituto Cearense de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará	1957	CE
Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul	1959	RS
Curso Superior de Administração da Universidade de Recife	1959	PE
Curso de Administração da Universidade Federal da Bahia	1959	BA

Fonte: LIMA (2007, p. 194)

Keinert (1944, p. 44) apresenta a ideia de uma “Administração para o Desenvolvimento”, a qual seria implementada com o forte apoio e cooperação internacional, e que conseqüentemente, as escolas de administração no país seriam frutos desse acordo.

A partir dessa visão, Marcelino (2003, p. 644) reforça que:

O modelo clássico de administração foi praticamente substituído a partir de 1967. Nessa época, consolidava-se o modelo chamado **administração para o desenvolvimento**, voltado fundamentalmente para a expansão da intervenção do estado na vida econômica e social e para a descentralização do setor público.

Segundo Martins (1989, p. 94) “a evolução posterior dos cursos de administração, a partir do final da década de sessenta, ocorreria em grande medida, não mais vinculada a instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada acontecida na sociedade brasileira.

Em 8 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou, de acordo com o Parecer nº 307/66 o currículo mínimo (primeiro) do curso de Administração, o qual contava com uma carga horária de 2.750 horas e habilitava o profissional ao exercício da profissão como Técnico de Administração.

Neste viés, é importante compreendermos que a universidade deverá proporcionar:

uma formação de uma base sólida o bastante para que, em meio às mudanças, o aluno saiba navegar. Devemos preparar os alunos para uma vida de tempestades. E uma das melhores bússolas é o conhecimento dos clássicos – não porque dêem lições imortais, invariáveis [...], mas porque, na sua diversidade, permitem exercitar o espírito com tal liberdade diante das injunções do cotidiano que, mudando este, a mente saiba encontrar um novo nicho, embora tão provisório quanto o anterior. (RIBEIRO, 2003, p. 114).

Destarte, a profissão do Administrador, regulamenta pela promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, em seu Capítulo II, a referida lei trata do campo e da atividade profissional, as quais são descritas em seu Artigo 3 como:

Art. 3º - A atividade profissional do Administrador, como profissão liberal ou não, compreende:

- a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;
- b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de material e financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou aos quais sejam conexos;
- c) exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido.
- d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus departamentos, da Administração pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;
- e) magistério em matérias técnicas do campo da administração e organização.

Para Lacombe e Heilborn (2008, p. 5), o perfil dos graduandos dos Cursos de Administração precisam compreender uma:

Internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional.

Formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

Formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais.

Competência para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações.

Capacidade de atuar em equipes multidisciplinares.

Capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

Para regulamentar a profissão, houve a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Administração, recebendo assim, as seguintes finalidades:

Art. 20 - O Conselho Federal de Administração, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, terá por finalidade:

- a) propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de Administrador;
- c) elaborar o seu regimento;
- d) dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;
- e) examinar, modificar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos Conselhos Regionais de Administração;
- g) votar e alterar o Código de Deontologia Administrativa, bem como zelar pela sua fiel execução, ouvidos os Conselhos Regionais de Administração;
- h) aprovar, anualmente, o orçamento e as contas da Autarquia;
- i) promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do País.

[...]

Art. 39 - Os Conselhos Regionais de Administração, com sede nas capitais dos Estados, Distrito Federal e territórios, terão por finalidade:

- a) dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Administração;
- b) fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador;
- c) organizar e manter o registro dos Administradores;
- d) julgar as infrações e impor as penalidades referidas na Lei número 4.769, de 09 de setembro de 1965, e neste Regulamento;
- e) expedir as carteiras profissionais dos Administradores;
- f) elaborar o seu regimento para exame e aprovação pelo Conselho Federal de Administração;
- g) colaborar com os governos Federal, Estaduais e Municipais, bem assim, com as empresas de economia mista e privadas no âmbito de suas finalidades e no propósito de manter elevado o prestígio profissional dos Administradores.

Neste viés, é importante salientar o início de um período de expansão da oferta de cursos de Administração em Instituições Brasileiras, de forma que será apresentada no próximo tópico o crescimento da oferta no que tange ao período de 1960 a 2006.

3.2 Expansão da oferta em Instituições Brasileiras

A expansão do ensino superior no país se caracterizou pela privatização e principalmente pela concentração de cursos relacionados nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, como pelo fator de interiorização.

Um marco de sua expansão se caracteriza pelo fato das “necessidades criadas pelo crescimento econômico, pelo desenvolvimento de infraestrutura social e pela infraestrutura nascente de transportes, energia e comunicações” (NICOLINI, 2004, p. 7).

Segundo Bertero (2006), o ensino da administração no Brasil teve sua história traçada a partir de 1950, sendo realizado por meio de conteúdos e professores estrangeiros, visto que era uma criação norte-americana, e dessa forma, trazia abordagens daquele país em questão.

A grande expansão do curso acontece na década de 1970, durante o governo militar, em que o fator predominante estava como “função primordial – servir o Capital” (COVRE, 1991, p. 8). Já na década seguinte, e a partir da Constituição de 88, inicia-se um período de interiorização, principalmente pelas faculdades isoladas privadas.

O Governo Vargas, segundo Siqueira (2001), tinha como objetivo promulgar uma reforma da administração, sendo esta um instrumento para gerar mudanças, e Covre (1991, p. 9) afirmava que o administrador seria aquele profissional que:

[...] serviria ao capital de forma moderna, mas também estaria preocupado em servir ao trabalho, não só pela linha da ideologia pós-liberal de possível manipulação da mão-de-obra, mas de real avanço aos interesses dos trabalhadores.

Para Felix (1982, p. 41), é importante observar que “a evolução da Administração e a relevância que ela adquire ocorre, simultaneamente, à expansão do capitalismo, pois a relação entre ambos é reciprocamente determinada”, de forma que “o período da industrialização foi fundamental para o aparecimento da teoria administrativa”. (CHIAVENATO, 1999, p. 33).

Com o desenvolvimento social e econômico da sociedade, em um período de evolução industrial no país, é possível ver a importância e necessidade de mão-de-obra qualificada,

principalmente de um profissional que fosse especializado. Dessa forma, Santos (2002) faz a análise de que:

A partir de meados do século XX registra-se o crescimento de necessidades que respaldam a existência da profissão do administrador, conferindo a esta área do conhecimento humano um papel importante nas sociedades contemporâneas. Tal situação implicou em uma preocupação na promoção do ensino de administração, objetivando a formação de quadros preparados para atuar no mercado de trabalho. (SANTOS, 2002, p. 18-19).

Desta forma, a oferta de novos cursos de administração proporciona um crescimento significativo no país, de forma a observar que o período de 1960-2006 tem expressiva criação e grande aumento da quantidade de cursos, bem como de matrículas.

Tabela 10: Crescimento de Oferta do Curso de Administração no Brasil

ANO	IES	Cursos	Matrículas	Concluintes
1960	31	31	N/I	N/I
1970	164	247	66.829	5.276
1980	247	305	134.742	21.746
1990	320	823	174.330	22.394
2000	821	1.462	338.789	35.658
2006	N/I	3.989	N/I	N/I

Fonte: MEC/INEP - Dados compilados do Conselho Federal de Administração e Conselho Regional de Administração da Bahia.

N/I: Não Informado

Consoante aos dados anteriores, podemos observar a escala de crescimento apresentada no gráfico a seguir, que evidência o grande salto na criação de novos cursos de Administração no país.

Gráfico 1: Cursos de Administração criados no período de 1960-2002



Fonte: LIMA (2007, p. 206).

Nota-se que entre o período de 1990 e 2000, o número de IES teve um aumento de aproximadamente 157%, e o número de cursos de Administração aumentou aproximadamente 78%, e em 2006, um aumento de aproximadamente 173%, chegando a 3.989 cursos em apenas 65 anos.

Na tabela a seguir, é possível observar a evolução da criação de novos cursos de Administração no estado de Goiás no período de 2000-2005:

Tabela 11: Cursos de Administração criados em Goiás no período de 2000-2005

ANO	NOVOS CURSOS
2000	6
2001	8
2002	8
2003	2
2004	10
2005	8

Fonte: MEC/INEP

A seguir, vemos as Instituições de Ensino que receberam Autorização de seus Cursos no período de 2000-2005:

Tabela 12: Cursos de Administração criados em Goiás no período de 2000-2005 por IES

Ano	Instituição	Cidade
2000	Universidade Estadual de Goiás - UEG	Caldas Novas
	Universidade Estadual de Goiás - UEG	Santa Helena de Goiás
	Faculdade Alves Faria - ALFA	Goiânia
	Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica	Anápolis
	Instituto Aphoniano de Ensino Superior – IAESup	Trindade
	Universidade Paulista – UNIP	Goiânia
2001	Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – IESRIVER	Rio Verde
	Faculdade Ávila	Goiânia
	Faculdade Centro-Oeste – FCO	Anápolis
	Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA	Anápolis
	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Goiás	Goiânia
	Faculdade Sul Americana – FASAM	Goiânia
	Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP	Aparecida de Goiânia
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER	Rubiataba	
2002	Faculdade Cambury de Formosa	Formosa
	Faculdade JK	Valparaíso
	Faculdade Almeida Rodrigues – FAR	Rio Verde
	Faculdade Lions – FAC-LIONS	Goiânia
	Faculdade Montes Belos – FMB	São Luiz dos Montes Belos
	Faculdade Alfredo Nasser – EANES	Aparecida de Goiânia
	Faculdade Latino Americana – FLA	Anápolis
	Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG	Pires do Rio

2003	Faculdade Integrada - IESGO	Formosa
	Faculdade Santa Rita de Cássia – UNIFASC	Itumbiara
2004	Escola Superior Associada de Goiânia – ESUP	Goiânia
	Faculdade Central de Cristalina – FACEC	Cristalina
	Faculdade Tamandaré – FAT	Goiânia
	Faculdade Dinâmica – UNICAMPS	Goiânia
	Faculdade de Iporá	Iporá
	Faculdade de Goiás – FAGO	Goiânia
	Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG	Pires do Rio
	Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG	Piracanjuba
	Faculdade Quirinópolis – FAQUI	Quirinópolis
	Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA	Anicuns
2005	Faculdade Betel de Goianésia – FABEGO	Goianésia
	Faculdade Sul da América – SULDAMÉRICA	Aparecida de Goiânia
	Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL	Goiânia
	Universidade Estadual de Goiás – UEG	Goianésia
	Universidade Estadual de Goiás – UEG	Luziânia
	Universidade Estadual de Goiás – UEG	Sanclerlândia
	Universidade Estadual de Goiás – UEG	Silvania
	Universidade Federal de Goiás – UFG	Goiânia

Fonte: MEC/INEP

Observa-se que das 42 Instituições criadas no período de 2000-2005 que oferecem o curso de Administração, 35 desta privadas e 7 públicas.

O ensino de administração estava em forte expansão, o qual se propiciava a suprir a demanda por tecnocratas (NICOLINI, 2003). Para Bresser Pereira (1979, p. 41) “a administração sempre existira, mas agora ela se torna uma tarefa especializada, própria de uma nova classe emergente – a tecnoburocracia”.

Consoante ao exposto no capítulo anterior, a cidade de Quirinópolis recebeu sua primeira Instituição de Ensino Superior privada no ano de 2004, tendo iniciado suas atividades no ano seguinte, inicialmente com o curso de Administração, objeto de estudo deste trabalho.

No quadro anterior observamos a expansão e interiorização do Curso de Administração em Goiás, com grande relevância para a Capital do Estado, Goiânia, bem como para diversas cidades do interior.

No próximo tópico, analisaremos a gênese do curso de Administração ofertado pela Faculdade Quirinópolis – FAQUI, este iniciado no ano de 2005, o qual apresentava três ênfases na sua formação.

3.3 A gênese do curso de Administração de Empresas em Quirinópolis

Neste tópico será apresentado o contexto histórico do curso de Administração da Faculdade Quirinópolis, a partir de análises de documentos institucionais, sendo o PDI, e parte do Acervo da Instituição.

A criação do curso foi contemplada com três ênfases para sua oferta, a qual observa-se na tabela 13 a seguir, o qual subdividia em: Marketing; Análise de Sistemas e, Administração de Empresas, com 200 vagas anuais autorizadas e duração mínima de quatro anos.

Tabela 13: Ênfases do Curso de Administração da Faculdade Quirinópolis - FAQUI

CURSO	ÊNFASE
Administração	Marketing
	Análise de Sistemas
	Administração de Empresas

Fonte: PDI/FAQUI

Vale ressaltar, que conforme documentos institucionais da IES, o Curso de Administração de Empresas se fundiu com o de Marketing, no atual Curso de Administração, em pleno funcionamento na Graduação, antes da conclusão da primeira turma.

A proposta curricular deste curso, com base em seu PPC é de uma abordagem interdisciplinar, no qual apresenta algumas premissas fundamentais:

O currículo pleno em que se evidencia uma abordagem interdisciplinar de disciplinas formativas, técnicas e atividades práticas; um corpo docente habilitado com titulação de especialistas, mestres e doutores, com visão crítica e reflexiva, com projetos integrados no ensino, pesquisa e extensão; direção e órgãos colegiados compostos por nomes de reputação acadêmica, profissional e política, com formação em administração.

O Curso de Administração iniciou suas atividades com a formação de 3 turmas, conforme analisado nos diários acadêmicos, constante do acervo da Faculdade (Anexos 1, 2 e 3).

Tabela 14: Quantidade de Vagas/Ingressantes 2005

Vagas	Turmas	Ingressantes
200	A	59
	B	47
	C	51
TOTAL		157

Fonte: Acervo FAQUI (2021)

Ao consultarmos a obra intitulada Quirinópolis: Mãos e olhares diferentes 1832-2010, organizado pela Professora Mestra Maria da Felicidade Alves Urzedo, encontramos uma seção de capítulos com o tema “História comparada da Educação”, do qual o capítulo LXXII, tem o seguinte título: Faculdade Quirinópolis – Farol que Ilumina, escrito pela fundadora da Instituição, no qual localizamos inclusive o Corpo Docente da primeira turma do Curso de Administração.

Tabela 15: Quadro Docente do Curso de Administração em 2005

Docente	Titulação
Daniela Ferreira Martins	Especialista
Divino Welson Vieira	Especialista
Fabiana Rosa Moraes	Mestre
Fábio Barbosa de Oliveira	Especialista
Francirrênio C. Fernandes	Especialista
Jean Marc Nacife	Especialista
Marlene Aparecida da Silva	Especialista

Maria de Lourdes Diniz	Mestre
Maria Lúcia Alves Teixeira Silva	Especialista

Fonte: URZEDO (2010, p. 516)

No segundo semestre do corrente ano do início da primeira turma, o curso iniciou duas novas turmas, perfazendo assim cinco turmas de Administração, repetindo o sucesso no primeiro semestre de 2006, ao ingressar novos acadêmicos e a abertura de mais duas novas turmas.

Tabela 16: Quantidade de Ingressantes 2005 e Concluintes 2008

Ingressantes/2005	Concluintes/2008
157	59

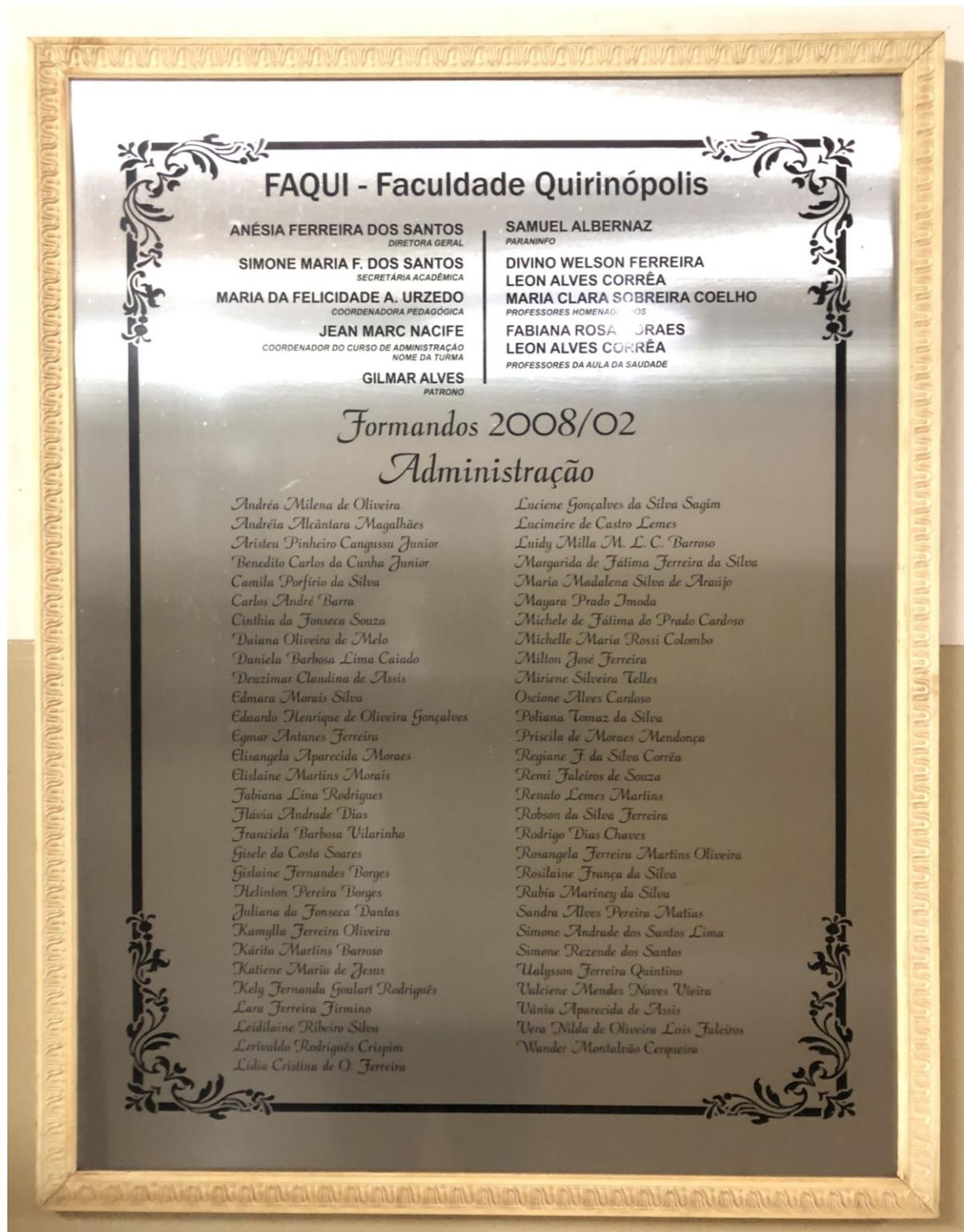
Fonte: Acervo FAQUI (2021)

Nesta tabela é possível fazer uma análise da quantidade de alunos ingressantes no curso de Administração em seu primeiro ano, e a quantidade que formaram no tempo de integralização normal do respectivo Curso. Observa-se que do total de 157 ingressantes, 59 acadêmicos concluíram no prazo mínimo de integralizam do curso, o que compreende a aproximadamente 37,58% do total de ingressantes.

No tocante ao quantitativo de ingressantes/formandos, salienta-se que parte destes abandonaram o curso em sua jornada e outros, formaram nos anos seguintes, os quais apresentavam reprovações, cursando-as posteriormente.

Na imagem a seguir, encontramos no corredor da Faculdade a placa com o nome dos acadêmicos(as) da primeira turma a se formarem em 2008/2.

Foto 1: Placa de Formandos 2008/02 Administração



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Tabela 17: Quantidade de Concluintes no período de 2005-2021

Ano	Concluintes
2005	NSA
2006	NSA
2007	NSA
2008	59
2009	54
2010	37
2011	40
2012	59
2013	34
2014	24
2015	29
2016	48
2017	20
2018	20
2019	11
2020	20
2021	9

Fonte: Acervo FAQUI (2022)
NSA – Não se Aplica

Os três primeiros anos não teve concluintes em virtude de ser a primeira turma, a qual tinha a integralização com o período mínimo de quatro anos, sendo a primeira turma (iniciada em Janeiro de 2005), formada no final de 2008.

No decorrer destes 17 anos de funcionamento do curso de Administração, o mesmo passou por avaliações do INEP/MEC, sendo a primeira de Autorização, a segunda de Reconhecimento de Curso, e as demais de Renovação de Reconhecimento de Curso, totalizando 6 Atos Regulatórios.

Quadro 4: Atos Regulatórios do Curso de Administração

Ato Regulatório	Tipo de documento	Nº do documento	Data do documento	Data de publicação	Prazo de validade
Autorização	Portaria	4.311	-	23/12/2004	Art. 35 Decreto 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2 Decreto 6.303/07)
Reconhecimento de Curso	Portaria	1.355	09/09/2010	13/09/2010	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	523	15/10/2013	17/10/2013	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	705	18/12/2013	19/12/2013	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	270	03/04/2017	04/04/2017	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	208	25/06/2020	07/07/2020	Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Fonte: e-MEC (2022)

É importante observar que o primeiro curso ofertado pela Faculdade Quirinópolis ainda encontra-se recebendo demanda, 17 anos após sua criação, o que demonstra a busca de acadêmicos por uma profissão, com demanda crescente na cidade e região.

Este trabalho teve como objetivo apresentar um cenário histórico no tocante a interiorização do ensino superior no estado de Goiás no período de 1990-2005, ano final, o qual inicia a primeira turma do curso de Administração na Faculdade Quirinópolis. Espera-se com este estudo, a oportunidade de novas pesquisas para análise do caminho que o curso percorre até os dias atuais, bem como a inserção destes profissionais no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa perspectiva teórica este trabalho se mostra relevante por contribuir para o entendimento do campo de estudos do curso de administração. Esta pesquisa teve como objetivo situar a cidade de Quirinópolis no processo de interiorização do ensino superior no estado de Goiás, bem como caracterizar a instituição de ensino superior do município e apresentar uma análise da gênese da graduação em Administração de Empresas em Quirinópolis.

O processo metodológico foi estruturado com a perspectiva de compreender a expansão e interiorização do ensino superior, como base, foi utilizado de referências teóricas contidos em livros, artigos, leis, decretos, sites e documentos da instituição objeto da pesquisa.

No primeiro capítulo, buscamos compreender o contexto histórico da origem das universidades, bem como os elementos que caracterizaram a expansão do ensino superior no Brasil, em especial ao crescimento no estado de Goiás.

Observa-se que a difusão do ensino superior se caracteriza pelo fato de a universidade ser um espaço social que promova novas ações e experiências, neste viés, com a preparação de novos profissionais para o mercado de trabalho. De tal forma, a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 apresentada, foi sancionada para fixar as normas de funcionamento do ensino superior, a sua articulação, e evidenciar o objetivo central deste nível de ensino.

No capítulo dois, objetivou-se trazer o contexto da expansão e interiorização de faculdades no município de Quirinópolis, como a identificação da primeira instituição de ensino superior privada e seu histórico no contexto local.

É realizado um estudo acerca do município de Quirinópolis, o qual encontra-se localizado na microrregião do Sudoeste do estado de Goiás, a 293km da Capital Goiana, tendo seu histórico registrado a partir de meados do século XX, época que a região ainda era desabitada e tem a chegada dos primeiros desbravadores em 1932, iniciando assim, o pequeno vilarejo, distrito de Rio Verde, até o início do século XXI, quando do crescimento da cidade, vinda de empresas de grande porte e a criação da primeira faculdade privada.

O terceiro capítulo propôs-se a apresentar o surgimento do curso de administração, a expansão de sua oferta, até a chegada do primeiro curso na cidade de Quirinópolis, pela Faculdade Quirinópolis.

Profissão ainda recente no país, o curso de administração ganhou destaque ao longo de sua jornada, esta iniciada na década de 50 com a FGV, ainda no governo Getúlio Vargas, presidente que vinha dirigindo o país e era o patrono da Instituição.

Podemos observar que a expansão do curso de administração se deu predominantemente com o fortalecimento dos princípios neoliberais da privatização e mercantilização da educação superior no país a partir da década de 60.

Nesta seara, endossa a contemplação do objetivo proposta e conclui-se que a expansão e interiorização do ensino superior possibilita uma maior integração, em especial de jovens ao sair do ensino médio e ingressar na graduação, todavia, é importante ressaltar que por se compor de na maior parte por instituições de ensino privadas, muitos desses jovens não conseguem ingressar, ou se manter em virtude do custo das mensalidades, o que pode se diminuir com o apoio de entidades governamentais com a oferta de bolsas de estudo, as quais identificamos o ProUni, OVG/ProBem e bolsas ofertadas pelas Prefeituras Municipais.

Esperamos que essa dissertação possa contribuir para o despertar de novas pesquisas e que suscite novas reflexões para novos debates em um contexto mais amplo, fato que a expansão e interiorização é caracteriza por cada localidade, tendo cada município aspectos diferentes que contribuam para um novo resultado dessa expansão, bem como para demanda para atender a realidade de cada curso.

REFERÊNCIAS

- AFONSO A. J. **Avaliação educacional: regulação emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2000.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Os Fundos Públicos no Financiamento da Educação – O Caso FUNDEB: Justiça Social, Equívoco Político ou Estratégia Neoliberal? (Um Ensaio).** 2004. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ATLAS BRASIL. **Ranking.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 9 out. 2021.
- BALDINO, J. M. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80.** Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.
- BERTERO, C. O. **Ensino e Pesquisa em Administração.** São Paulo: Thomson, 2006.
- BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; LEMOS, Jandernaide. Reforma da Educação Superior dos anos 1990 e suas repercussões na região Centro-Oeste. **Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, mai. /ago. 2011, p. 123-137. Disponível em: <http://www.dtp.uem.br/rtpe/volumes/v14n2/10.pdf>. Acesso em: 9 out. 2021.
- BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência.** Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4r>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BORGES, Simone Aparecida. **O ensino superior em Goiás: da Academia de Direito à criação da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás.** In: XXIII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano, de 5 a 7 de novembro de 2007. Jataí, 2007. p. 1-17. Disponível em: <http://www.jatai.ufg.br/ojs/index.php/acp>. Acesso em: 7 out. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Exposição de motivos: projeto de Lei da reforma da educação superior.** E. M. I N° 015 /MEC/MF/MP/MCT. Brasília, 10 abr. 2006.
- BRASIL. **Decreto 19.851.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario [e toma outras providências]. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ**, 15 bar. 1931, “Seção 1” (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior de 2010.** Sinopse do ensino superior. Brasília: Inep, 2011.
- BRESSER PEREIRA. L. C. Economia e Administração: mercado e poder. **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out-dez., 1979.

- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade.** 449 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CARVALHO, J. M. A Escola e seus métodos. In: HOLANDA, S. B.; CAMPOS, P. M. (Org.). **A época colonial.** São Paulo: Difel, 1968.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1997.
- CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração para não - administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos.** São Paulo: Saraiva, 2008.
- Coleção de Leis do Brasil - 1968, Página 152 Vol. 7. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/11/1968, Página 10369. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. 2021 Disponível em: <https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-sobre-a-profissao>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- COSTA, J. G. **Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional.** Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do administrador de empresa.** São Paulo: Cortez, 1991.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporã.** O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Reforma Universitária na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, jul. 1997.
- DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- DOURADO L. F, CATANI, A. M. e OLIVEIRA, J. F. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã e Goiânia: Alternativa, 2003.
- DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior à distância: novos marcos regulatórios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, especial, p. 891–917, out. 2008.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público.** Goiânia: ed. Universidade Federal de Goiás, 2001.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, Naura Carapeto (Org.) **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises.** Brasília: Liber Livro, 2011

- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; FELDEFEBER, Myriam; MARTÍNEZ, Deolidia (Orgs.). **Nueva regulaciones educativas em América Latina**. Universidad y Docência. Peru, UCH: Fondo Editorial, 2010.
- DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2. ed. Goiânia, Ed. Da UCG, 2004.
- FAQUI. PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023).
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Prefácio. In: RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza, SILVA; Elizabeth Farias de. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003b, p. 14–5.
- FELIX, M. F. C. **Administração de Empresa e Administração Escolar – Administração Científica?** Uma análise da proposta do Estado capitalista brasileiro para burocratização do sistema escolar. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas, 1982.
- FRANÇA, Magna. **Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?** Natal: EDUFRN, 2005.
- FREITAS, Sueli Martins de; PROVENSI, Gilmar Luiz. **Relatório de auto-avaliação da Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas – 2006**. Disponível em: <http://www.unucet.ueg.br/novoUnucet/conteudo/autoaval/2006/capa.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.
- GOMES, A. M. MORAES, C. N. Educação Superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de Massa. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p.171-190, jan./mar. 2012.
- GUIMARÃES, José Luiz. Alguns impactos do Fundef: apontamentos e incertezas após sua implantação. In: MARTINS, Angela Maria.; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Silvia Simões (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HAO, Su. Interaction of global politics and higher education. In: ODIN, Jaisbree K.; MANICAS, Peter T. (ed.) **Globalization and higher education**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2004.
- HASKINS, Charles Homer. **The rise of university**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1965.
- INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. **Goiás em Dados**. 2017. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.
- KEINERT, T. M. M. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 34, nº 3, p. 41-48, mai-jun., 1944.
- LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração: princípios e tendências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.
- LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes. 2002

- LIMA, T. C. M. P. **O Ensino Superior de Administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006.** Tese (Doutorado em Educação), 2007.
- MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação Superior. **Revista brasileira de políticas e administração da educação (RBPAAE)**, v. 32, n. 3, p. 759-781, set./dez. 2016.
- MAGALHÃES, Luciana de Castro. **O financiamento da Universidade Estadual de Goiás: o Programa Bolsa Universitária e o custo do aluno.** Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2009.
- MANCEBO, D. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. In: OLIVEIRA, J. F. de.; CATANI, A. M.; SILVA JÚNIOR, J. R. (orgs.). **Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização.** São Paulo: Xamã, 2010.
- MANCEBO, Deise; VALE, Andréa A.; MARTINS, Tânia B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 20, n. 60, p. 31–50, jan.–mar. 2015.
- MARCELINO, Gileno Fernandes. Em Busca da Flexibilidade do Estado: o Desafio das Reformas Planejadas no Brasil, **RAP**, Rio de Janeiro 37(3):641-59, Maio/Jun. 2003.
- MARTINS, C. B. **Ensino Superior Brasileiro: transformações e perspectivas.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MELO, A. L.; SANTOS, E. J. R.; ANDRADE, G. P. Ensino Superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”.** História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas, 2009. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/caderno_resumo.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- MINAYO, Maria C. S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, 80p.
- MONTEIRO NETO, Aristides; BRANDÃO, Carlos Antônio; DE CASTRO; César Nunes. Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI. In MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César N.; BRANDÃO, Carlos A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro: IPEA, p. 429–67, 2017.
- MORAES, Karine Nunes de. **Políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás: a interiorização de cursos na cidade de Goiás e em Rialma.** (UFG). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- NICOLINI, A. Educação: os novos desafios da universidade. **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2003.
- NICOLINI, Alexandre. A trajetória do ensino de administração analisada por um binóculo institucional: lições para um novo caminho. **XXVIII Encontro da ANPAD.** Curitiba/PR, 2004.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBP**AE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>. Acesso em: 04 jan. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de Governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 32, n. 115, p. 323–37, abr.–jun. 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz F.; AMARAL, Nelson Cardoso do. Desafios e Perspectivas de uma Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios**. Brasília: MEC/INEP, 2006.

PEREIRA, Jorge A. S. A “reforma” universitária neoliberal nos governos de FHC e Lula em questão. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 41-54, jan.–jun. 2017.

PEREIRA, L; FORACHI, M. **Educação e Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

QUIRINOPOLIS. Prefeitura. **História** [do município]. Disponível em: <https://quirinopolis.go.gov.br/historia>>. Acesso em: 9 out. 2021.

RIBEIRO, R. J. **A universidade e a vida atual**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Orgs.). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Goiás. Brasília: Inep, 2006.

RODRIGUEZ, Vicente. Financiamento da educação e políticas públicas: o FUNDEF e a política de descentralização. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 21, n. 55, p. 42-57, nov. 2001.

ROSA, Chaiane M.; Gonçalves, Ana M. **A Universidade Federal de Goiás e a expansão do Ensino Superior**, PUC-GO, 2018. Disponível em: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Chaiane-de-Medeiros-Rosa_-Ana-Maria-Gon%c3%a7alves.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

RUEGG, Walter. Themes, In: RIDDER-SYMOENS, Hilde de (ed.). **A history of the university in Europe — university in the Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. V. 1, p. 03-34.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**. ed. 4, out-2011. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

SANTOS, A. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, A. S. **Perfil pretendido do Administrador graduado em algumas instituições da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Administração) Salvador, 2002.

- SANTOS, Cristiano A. **Dimensão política no(a) professor(a) da licenciatura em história das UnUS de Goiás e Morrinhos da UEG (1999–2010)**. Tese (doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.
- SANTOS, Gilberto C. **Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO) 1960 a 2010**. 174 f. Tese (doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano de educação: por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teoria da curvatura da vara**, 25 ed., SP., Cortez, Autores Associados, 1991.
- SAVIANI, Dermeval. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Mimeo, 2005.
- SIEG. **Sistema Estadual de Geoinformação**. 2013. Disponível em: <http://www2.sieg.go.gov.br/post/ver/169639/publicacoes:-geoprocessamento>. Acesso em: 23 out. 2021.
- SILVA, Agnaldo J. **A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo estadual**. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SILVA, Daniel Neves. **Sumérios**. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/historia/sumerios.htm#:~:text=Os%20sum%C3%A9rios%20eram%20um%20povo,forma%20de%20escrita%20da%20humanidade>. Acesso em: 2 abr. 2022.
- SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Thomson, 2004.
- SIQUEIRA, D. S. **Estudo de Avaliação da Expansão de Cursos de Administração na Região Metropolitana de Salvador (1994-2000)**. Dissertação (Mestrado em Administração) Salvador, 2001.
- Sitecontabil. **CARREIRA – Qual a origem do Dia do Administrador?**. Disponível em: https://www.sitecontabil.com.br/noticias_empresariais/ler/carreira---qual-a-origem-do-dia-do-administrador-. Acesso em: 2 abr. 2022.
- THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Research methods in physical activity**. 3. ed. Champaign: HumanKinetics, 1996.
- TOBIAS, J. A. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.
- URZEDO, Maria da Felicidade Alves. **Quirinópolis: mãos e olhares diferentes (1832-2010)**. Kelps, Goiânia, 2010.
- VIEIRA, Danilo J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César N.; BRANDÃO, Carlos A (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 277–305.
- VIEIRA, S. L. FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VIEIRA, Sofia L. Base Legal. **Educação Básica:** política e gestão da escola. Brasília: Líber Livros, 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – Diário Primeira Turma Administração (Turma A – 2005/1)

Faculdade Quirinópolis - FAQU/

Curso de Administração, autorizado pela Portaria Ministerial n° 4.311 de 2004
Av. Quirino Cândido Moraes, n° 36 - D - Centro - Telefax: (64) 651 - 2214
Quirinópolis - GO

DIÁRIO ACADÊMICO

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Turma: A

Curso: Administração

Semestre: 1° Ano: 2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS
CALENÁRIO ACADÊMICO 1.º SEMESTRE/2005

JANEIRO					
S	T	Q	Q	S	S
					1
3	4	5	6	7	8
10	11	12	13	14	15
17	18	19	20	21	22
24	25	26	27	28	29
31					

FEVEREIRO					
S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30

MARÇO					
S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30
31					

ABRIL					
S	T	Q	Q	S	S
				1	2
4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30

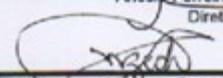
MAIO					
S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7
9	10	11	12	13	14
16	17	18	19	20	21
23	24	25	26	27	28
30	31				

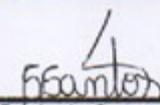
JUNHO					
S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4
6	7	8	9	10	11
13	14	15	16	17	18
20	21	22	23	24	25
27	28	29	30		

JULHO					
S	T	Q	Q	S	S
4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30

JANEIRO	DIA
Feriado ano novo e aniversário da cidade	01 e 22
Processo Seletivo P/2005/1	16
Divulgação do Resultado Processo Seletivo/2005/1	18
Matriculas de Portadores de Diploma de 3º Grau e transferidos	19 a 27
Matriculas dos classificados no Processo Seletivo 2005/1	19 a 27
Planejamento Pedagógico	26 a 31
Processo Seletivo P/2005/2ª etapa	30
DIAS LETIVOS ----->	0
FEVEREIRO	DIA
Divulgação do Resultado Processo Seletivo 2005/2	01
Início das aulas	02
Matriculas dos Classificados no Processo Seletivo 2005/2	02
Requerimento para aproveitamento de disciplina	01 a 12
Requerimento para exclusão e inclusão de disciplinas	01 a 12
Feriado de Carnaval	07 e 09
DIAS LETIVOS ----->	16
MARÇO	DIA
Dia Internacional da mulher	08
Avaliações e Trabalhos Intermediários	11 a 18
Visitas Técnicas	21 a 26
Passão de Cristo	24 e 25
DIAS LETIVOS ----->	21
ABRIL	DIA
Avaliação N - 1	11 a 18
Feriado Inconfidência Mineira	21
Data final de entrega de notas de N - 1 na secretaria	22
Divulgação de N - 1	25
Requerimento de 2ª - chamada de N - 1	25 a 27
Prova de 2ª chamada de N - 1	28 a 04.05
Reunião Geral	14
DIAS LETIVOS ----->	20
MAIO	DIA
Feriado do dia do Trabalhador	01
Data final de entrega de notas de 2ª chamada de N - 1 na secretaria	09
Divulgação 2ª chamada de N - 1	11
Seminário de Administração	a definir data
Avaliações e Trabalhos Intermediários	16 a 20
DIAS LETIVOS ----->	21
JUNHO	DIA
Feriado Corpus Christi	26
Semana de Avaliação de N - 2	27 a 30
Requerimento 2ª chamada de N - 2	30
DIAS LETIVOS ----->	22
JULHO	DIA
Data final de entrega de notas de N - 2 na secretaria	04
Divulgação do resultado de N - 2	06
Avaliação 2ª chamada de N - 2	06
Data final de entrega 2ª chamada N - 2 na secretaria	11
Divulgação da 2ª chamada de N - 2	12
Avaliação de N - 3	13 a 18
Data final de entrega de notas de N - 3 na secretaria	20
Divulgação do resultado final	22
Semana de Planejamento	25 a 29
Processo Seletivo P/2005/2	a definir data
Matriculas alunos veteranos	25 a 27
DIAS LETIVOS ----->	0
TOTAL DE DIAS LETIVOS DO SEMESTRE ----->	100


 Anésia Ferreira dos Santos
 Diretora


 Maria da Felicidade A. Urzedo
 Coordenadora Pedagógica


 Simone Maria Ferreira dos Santos
 Secretária Geral

DIÁRIO ACADÊMICO

Presença - 3/12/2005 à 30/12/2005

Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Nº	Nome	Matrícula	Aut. Secretária	OBS
1	Alcides da Silveira Telles			
2	Alessandra Teixeira Mesquita			
3	Alessandro Vieira da Silva			
4	Ana Lucia de Carvalho Souza			
5	Andria Milena de Oliveira			
6	Benedito Carlos da Cunha Junior			
7	Carla Lemos de Sousa			
8	Carlos André Barra			
9	Chiriza de Fonseca Souza			
10	Claudia Maria Gonçalves			
11	Cristina Miranda Rodrigues			
12	Deiana Oliveira de Melo			
13	Daniela Barbosa Lima			
14	Daniela do Carmo Oliveira Borges			
15	Devide Araujo Moraes			
16	Diogo da Fonseca Borges			
17	Edmara Moraes Silva			
18	Egmar Antunes Ferreira			
19	Elaine Rodrigues de Macêdo			
20	Elisângela Aparecida Moraes			
21	Elisabete Martins Moraes			
22	Elson Martins Correia Filho			
23	Filvia Andrade Dias			
24	Flavio Alves Cabral			
25	Franciele Barbosa Vilarinho			
26	Geane Moraes Barrolos			
27	Gláucia Martins de Freitas			
28	Helton Pereira Borges			
29	Humberto Leonardo Cabral Moura			
30	Inany Barbosa Lima			

Data 03/10/2005

Ass. do Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

DIÁRIO ACADÊMICO

Presença - 3/12/2005 à 30/12/2005

Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Nº	Nome	Matricula	Aut. Secretária	OBS
31	Ivo José de Souza Nielo			
32	Ivonei Rodrigues dos Santos			
33	Jane Rocha Gomes Soares			
34	Jólio Batista Aves de Silva			
35	Jonathas Henrique Araujo Moraes			
36	Jorge Luiz Cunha Teodoro			
37	Juliana de Paula Martins			
38	Jussania Aparecida Ferreira Silva			
39	Kamylla Ferreira Oliveira			
40	Karen Brunis Silva Charves			
41	Katlene Maria de Jesus			
42	Kella Cristina de Freitas Soares			
43	Kely Fernanda Goulart			
44	Lane-Luoc Corêa			
45	Lara Ferreira Firmino			
46	Ledilane Jesus Ribeiro			
47	Lenander da Silva Coêta			
48	Leivaldo Rodrigues Crispim			
49	Lessandro Vieira Mendes			
50	Lígia Cristina de Oliveira Ferreira Soub			
51	Lorlene Ribeiro de Sousa			
52	Lucimeire de Castro Lemes			
53	Marcos Roberto Barreto			
54	Maria Madalena Silva de Araujo			
55	Maxwell José de Oliveira			
56	Rubia Mariny da Silva			
57	Vanessa Freitas Silva			
58	Milna Aparecida de Assis Orlando			
59	Sandra NARCIA SOARES de F. Borges			Remanescida Turma "C."
60				

Data 03/10/2005

Ass. do Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

DIÁRIO ACADÊMICO

N-1

Presença 03.02.2005 a 22.04.2005

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: A Aulas Previstas: 33 Aulas Dadas: 33

DIAS

Nº	Nome	03/02	04/02	05/02	06/02	07/02	08/02	09/02	10/02	11/02	12/02	13/02	14/02	15/02	16/02	17/02	18/02	19/02	20/02	21/02	22/02	23/02	24/02	25/02	26/02	27/02	28/02	29/02	30/02	31/02	Presença	Nº Faltas	Média			
31	Ino José de Souza Neto																																			
32	Isonei Rodrigues dos Santos																																			
33	Jane Rocha Gomes Soares																																			
34	Júlio Batista Alves da Silva																																			
35	Jonethas Heróclides Araújo Moraes																																			
36	Jorge Luiz Cunha Teodoro																																			
37	Julliana de Paiva Martins																																			
38	Jussara Aparecida Ferreira Silva																																			
39	Kamyla Ferreira Oliveira																																			
40	Karen Bruza Silva Chaves																																			
41	Katrine Maria de Jêssica																																			
42	Kelli Cristina de Freitas Soares																																			
43	Kely Fernanda Goulart																																			
44	Lara-Luiz Corrêa																																			
45	Lara Ferreira Frazão																																			
46	Leilaine Jesus Ribeiro																																			
47	Leonard da Silva Costa																																			
48	Leonardo Rodrigues Crispim																																			
49	Leosandro Vilela Mendes																																			
50	Lidia Cristina de Oliveira Ferreira Souto																																			
51	Luiz Roberto de Sousa																																			
52	Lucimere de Castro Lemes																																			
53	Marcelo Roberto Barreto																																			
54	Maria Madalena Silva de Araújo																																			
55	Maxwell José de Oliveira																																			
56	Ruba Marney da Silva																																			
57	Vanessa Freitas Silva																																			
58	Vilma Aparecida de Assis Orlando																																			
59																																				
60																																				

Ass. do Professor(a): Leôcio Barbosa de Sousa

Data 28.04.2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI

N-1

Turma: A

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

DATA	CONTEÚDO
03/02	A administração e suas perspectivas
10/02	Heráldica da Administração
15-15/02	Conteúdo e objeto de estudo de Administração
13/02	O estado atual da TGA
22-22/02	A administração na sociedade moderna
24/02	Perspectiva futura da administração
01-01/03	A atual estrutura da TGA
07-07/03	Antecedentes históricos da Administração
10/03	A influência da filosofia
15-15/03	A influência da Igreja Católica
17/03	A influência da pedagogia militar
22-22/03	Os grandes pensadores do período militar
23-23/03	Como o edonismo afetou as organizações católicas e militares
31/03	O nascimento da indústria
05-05/04	A influência das organizações industriais
07/04	A influência das organizações liberais
11-11/04	A influência das organizações acadêmicas
14/04	Como surgiram as primeiras empresas privadas
15-15/04	A influência das primeiras organizações administrativas
22-22/04	Como a TGA foi influenciada pelas mudanças empresariais da época

Assinatura do Professor: Sélio Barbosa de Oliveira

DATA: 28/04/2005

DIÁRIO ACADÊMICO

N-2

Presença - 3.15.2005 a 30.6.2005

Aulas Dadas: 27

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: A Aulas Previstas: 37

DIAS

Nº	Nome	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	13/05	14/05	15/05	16/05	17/05	18/05	19/05	20/05	21/05	22/05	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	Presença N2	Nº Faltas N2	Média N2
1	Adriane de Almeida Telles	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
2	Alessandra Teixeira Mesquita	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
3	Alexsandro Vieira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
4	Ana Lucia de Carvalho Souza	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
5	Aracelis Milena de Oliveira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
6	Benedito Carlos de Cunha Junior	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
7	Carla Lemos de Sousa	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
8	Carlos André Barre	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
9	Christa da Fonseca Souza	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
10	Claudilda Maria Gonçalves	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
11	Cristina Miranda Rodrigues	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
12	Dailiana Oliveira de Melo	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
13	Daniela Barbosa Lima	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
14	Daniela do Carmo Oliveira Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
15	David de Araújo Moraes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
16	Diego da Fonseca Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
17	Edmaria Moraes Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
18	Egmar Ananias Ferreira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
19	Elaine Rodrigues de Macedo	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
20	Elisângela Aparecida Moraes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
21	Elisiane Martins Moraes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
22	Elson Martins Comilo Filho	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
23	Elvira Andrade Dias	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
24	Filardo Alves Cabral	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
25	Francisla Bis-dos-Vizinhos	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
26	Genaro Moraes Benício	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
27	Grady Martins de Freitas	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
28	Hailson Pereira Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
29	Humberto Leonardo Cabral Moura	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0
30	Inázy Barbosa Lima	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	2,0

Ass. do Professor(a): Sébio Barbosa de Oliveira

Data 30.06.2005

DIÁRIO ACADÊMICO

N-2

Presença - 3/15/2005 a 30/6/2005

Aulas Dadas: 27

Disciplina: Teoria Geral da Administração | Turma: A Aulas Previstas: 27

DIAS

Nº	Nome	30/05	31/05	01/06	02/06	03/06	04/06	05/06	06/06	07/06	08/06	09/06	10/06	11/06	12/06	13/06	14/06	15/06	16/06	17/06	18/06	19/06	20/06	21/06	22/06	23/06	24/06	25/06	26/06	27/06	28/06	29/06	30/06	Presença N2	Nº Faltas N2	Média N2		
31	Ivo José de Souza Neto	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0		
32	Ineray Rodrigues dos Santos	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0	
33	Jane Rocha Gomes Soares	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	13	14	0,3	
34	Joko Batista Alves da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	33	9	0,2	
35	Joselias Henrique Augusto Moraes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	26	1	0,1	
36	Jorge Luiz Cunha Teodoro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0	
37	Juliana de Paula Martins	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	26	1	0,3	
38	Jussiana Aparecida Ferreira Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0	
39	Karylla Ferreira Oliveira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	21	6	0,3	
40	Kasson Baura Silva Chaves	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
41	Katiana Maria de Jesus	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
42	Keilla Cristina de Freitas Soares	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
43	Keylly Fernanda Goulart	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
44	Leane-Luiza Corral	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	26	1	0,3	
45	Leana Ferreira Frazão	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0	
46	Leidiane Jesus Ribeiro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	22	5	0,4	
47	Leonardo de Silva Costa	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
48	Leivaldo Rodrigues Crispim	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
49	Leisavandro Vieira Mendes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	35	2	0,6	
50	Lidia Cristiana da Oliveira Ferreira Souto	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0	
51	Luizena Ribeiro de Souza	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	26	1	0,2	
52	Lucimara de Castro Lemos	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
53	Marcos Roberto Barreto	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
54	Marcos Medianeira Silva de Araújo	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
55	Márcio José de Oliveira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
56	Rubia Marney da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	0	27	0,0	
57	Vanessa Freitas Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
58	Vivian Aparecida de Aguiar Otaviano	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
59	Wandio Augusto Sousa de Sá Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	0,3	
60																																						

Ass. do Professor(a): Sálvio Barbosa de Oliveira

Data 30/06/2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI

N-2

Turma: A

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

DATA	CONTEÚDO
03-03/05	Para onde vai a TGA
05/05	A era da informação mudança e incerteza
10-30/05	A influência da tecnologia da informação
12/05	Os tipos clássicos da Era da Informação
13-17/05	Soluções inovadoras
19/05	William porham
24-24/05	Qualidade total
31-31/05	Benjamin franklin
02/06	Benjamin franklin
03-03/06	A nova forma de organização
09/06	O homem na organização /
14-14/06	Teoria X
15/06	Teoria Y
21-21/06	Teoria Z
22/06	A administração como ciência
23/06	Teoria de competências
27-27/06	O processo empresarial
30/06	Estados de conhecimento e capital intelectual

[Handwritten signature]

Assinatura do Professor: Silvia Barbara de Oliveira

DATA: 30 / 06 / 2005

Relatório de Notas

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: A Aulas Previstas: 60 Aulas Dadas: 60 Professor(a): Fábio Barbosa de Oliveira

Nº Ordem	Avaliações de N-1				Média N-1	Avaliações de N-2				Média N-2	Média N-3	Total de Faltas	Média Final	Resultado Final
	1ª	2ª	3ª	4ª		1ª	2ª	3ª	4ª					
1	4,5	5,0			4,5	5,0				4,5		4	4,0	Aprovado
2	4,5	2,5			3,5	5,0				4,5		3	3,5	Aprovado
3	4,5				4,5	4,0				4,5		3	3,5	Aprovado
4	4,5	4,0			4,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
5	5,0	3,0			4,0	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
6	4,5	3,5			4,0	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
7	4,5	5,0			4,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
8	5,0	2,5			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
9	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
10	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
11	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
12	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
13	5,0	4,0			4,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
14	5,0	3,0			4,0	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
15	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
16	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
17	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
18	5,0	3,5			4,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
19												4	3,0	Aprovado
20	4,5	4,0			4,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
21	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
22	5,0	3,0			4,0	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
23	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
24	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
25	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
26	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
27	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
28	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
29	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado
30	4,5	3,0			3,5	5,0				4,5		3	4,0	Aprovado

DATA: 20/07/2005 Ass. do Professor(a): Fábio Barbosa de Oliveira

Maria da Penha de Almeida Utrato
Coord. Pedagógica

Relatório de Notas

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: A Aulas Previstas: 60 Aulas Dadas: 60

Professor(a): Fábio Barbosa de Oliveira

Nº Ordem	Avaliações de N-1			Média N-1	Avaliações de N-2				Média N-2	Média N-3	Total de Falhas	Média Final	Resultado Final
	1ª	2ª	3ª		4ª	1ª	2ª	3ª					
31	4,5	2,7		3,2	3,0	6,5			9,5	-	4	8,3	Aprovado
32	5,0	2,7		6,7	3,0	4,5			3,5	-	4,3	7,1	Aprovado
33	4,5			4,5	3,0	6,3			9,3	-	1,6	8,7	Aprovado
34	5,0	3,3		9,3	3,0	4,5			8,5	-	2,9	7,3	Aprovado
35	4,5	4,5		7,5	3,0	4,2			7,2	-	1	8,0	Aprovado
36	4,5	3,0		2,7	3,0	4,4			7,4	-	1	8,0	Aprovado
37	4,5	4,2		4,5	3,0	4,4			9,3	-	4,3	9,5	Aprovado
38					3,0	6,3			7,3	-	1,3	7,5	Aprovado
39	5,0	4,7		9,7	3,0	4,3			7,3	-	2	7,1	Aprovado
40					3,0	5,4			7,4	-	1,1	8,0	Aprovado
41	4,5	3,7		6,5	3,0	4,9			7,9	-	6	7,3	Aprovado
42	4,5	5,0		3,2	3,0	4,9			8,5	-	3,7	8,4	Aprovado
43	4,5	3,7		3,2	3,0	5,5			7,4	-	5	8,9	Aprovado
44	4,0	4,0		4,5	3,0	5,4			6,9	-	5,3	8,9	Aprovado
45	4,5			4,5	3,0	5,2			8,2	-	4,8	9,5	Aprovado
46	4,5			4,5	3,0	5,0			7,4	-	5	8,9	Aprovado
47	4,5	5,0		9,5	3,0	4,4			6,9	-	5,3	8,9	Aprovado
48	5,0	4,5		9,5	3,0	4,4			8,2	-	4,8	9,5	Aprovado
49	5,0	4,0		9,0	3,0	5,2			7,0	-	2,0	8,0	Aprovado
50	4,5	4,5			3,0	5,0			8,0	-	3,6	8,4	Aprovado
51					3,0	5,0			7,9	-	3	8,7	Aprovado
52	4,5	2,5		2,7	3,0	3,0			6,0	-	2,0	7,7	Aprovado
53	4,5	4,2		8,0	3,0	6,0			7,0	-	2,0	8,0	Aprovado
54	5,0	3,0		8,0	3,0	4,0			8,0	-	3,6	8,4	Aprovado
55	4,5	4,0		7,5	3,0	5,0			8,0	-	3,6	8,4	Aprovado
56	4,5	3,0		4,5	3,0	5,0			7,9	-	3	8,7	Aprovado
57	4,5			8,0	3,0	5,0			9,0	-	3	8,7	Aprovado
58	4,5	3,5		3,0	3,0	6,0			7,4	-	3	8,7	Aprovado
59	4,5				3,0	6,0			7,4	-	3	8,7	Aprovado
60													

DATA: 20/07/2005 Ass. do Professor(a): Fábio Barbosa de Oliveira

Maria da Penha Alves Urzulo
Coord. Pedagógica

ANEXO 2 - Diário Primeira Turma Administração (Turma B – 2005/1)

Faculdade Quirinópolis - FAQU/

Curso de Administração, autorizado pela Portaria Ministerial nº 4.311 de 2004
Av. Quirino Cândido Moraes, nº 38 - D - Centro - Telefax: (64) 651 - 2214
Quirinópolis - GO

DIÁRIO ACADÊMICO

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Turma: B

Curso: Administração

Semestre: 1º Ano: 2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS
CALENÁRIO ACADÊMICO 1.º SEMESTRE/2005

JANEIRO						
S	T	Q	Q	S	S	
						1
3	4	5	6	7	8	
10	11	12	13	14	15	
17	18	19	20	21	22	
24	25	26	27	28	29	
31						

FEVEREIRO						
S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	
7	8	9	10	11	12	
14	15	16	17	18	19	
21	22	23	24	25	26	
28						

MARÇO						
S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	
7	8	9	10	11	12	
14	15	16	17	18	19	
21	22	23	24	25	26	
28	29	30	31			

ABRIL						
S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	
4	5	6	7	8	9	
11	12	13	14	15	16	
18	19	20	21	22	23	
25	26	27	28	29	30	

MAIO						
S	T	Q	Q	S	S	
2	3	4	5	6	7	
9	10	11	12	13	14	
16	17	18	19	20	21	
23	24	25	26	27	28	
30	31					

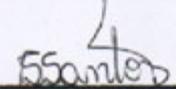
JUNHO						
S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	
6	7	8	9	10	11	
13	14	15	16	17	18	
20	21	22	23	24	25	
27	28	29	30			

JULHO						
S	T	Q	Q	S	S	
						1
4	5	6	7	8	9	
11	12	13	14	15	16	
18	19	20	21	22	23	
25	26	27	28	29	30	

JANEIRO	DIA
Feriado ano novo e aniversário da cidade	01 e 22
Processo Seletivo P/2005/1	16
Divulgação do Resultado Processo Seletivo/2005/1	18
Matriculas de Portadores de Diploma de 3º Grau e transferidos	19 a 27
Matriculas dos classificados no Processo Seletivo 2005/1	19 a 27
Planejamento Pedagógico	26 a 31
Processo Seletivo P/2005/2ª etapa	30
DIAS LETIVOS ----->	0
FEVEREIRO	DIA
Divulgação do Resultado Processo Seletivo 2005/2	01
Início das aulas	02
Matricula dos Classificados no Processo Seletivo 2005/2	02
Requerimento para aproveitamento de disciplina	01 a 12
Requerimento para exclusão e inclusão de disciplinas	01 a 12
Feriado de Carnaval	07 a 09
DIAS LETIVOS ----->	16
MARÇO	DIA
Dia Internacional da mulher	08
Avaliações e Trabalhos Intermediários	11 a 18
Visitas Técnicas	21 a 26
Páscoa de Cristo	24 e 25
DIAS LETIVOS ----->	21
ABRIL	DIA
Avaliação N - 1	11 a 18
Feriado Inconfidência Mineira	21
Data final de entrega de notas de N - 1 na secretaria	22
Divulgação de N - 1	25
Requerimento de 2ª chamada de N - 1	25 a 27
Prova de 2ª chamada de N - 1	28 a 04.05
Reunião Geral	14
DIAS LETIVOS ----->	20
MAIO	DIA
Feriado do dia do Trabalhador	01
Data final de entrega de notas de 2ª chamada de N - 1 na secretaria	09
Divulgação 2ª chamada de N - 1	11
I Seminário de Administração	a definir data
Avaliações e Trabalhos Intermediários	16 a 20
DIAS LETIVOS ----->	21
JUNHO	DIA
Feriado Corpus Christi	26
Semana de Avaliação de N - 2	27 a 30
Requerimento 2ª chamada de N - 2	30
DIAS LETIVOS ----->	22
JULHO	DIA
Data final de entrega de notas de N - 2 na secretaria	04
Divulgação de resultado de N - 2	08
Avaliação 2ª chamada de N - 2	08
Data final de entrega 2ª chamada N - 2 na secretaria	11
Divulgação da 2ª chamada de N - 2	12
Avaliação de N - 3	13 a 18
Data final de entrega de notas de N - 3 na secretaria	20
Divulgação do resultado final	22
Semana de Planejamento	25 a 29
Processo Seletivo P/2005/2	a definir data
Matriculas alunos veteranos	25 a 27
DIAS LETIVOS ----->	0
TOTAL DE DIAS LETIVOS DO SEMESTRE ----->	100


Anália Ferreira dos Santos
Diretora


Maria da Felicidade A. Urzedo
Coordenadora Pedagógica


Simone Maria Ferreira dos Santos
Secretária Geral

DIÁRIO ACADÊMICO

Presença - 3.12.2005 a 30.12.2005

Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Nº	Nome	Matrícula	Aut. Secretaria	OBS
1	Ana Paula da Silva Rezende			
2	Andre Alcântara de Souza			
3	Ariston Pinheiro Canguçu Junior			
4	Bruno Moreira Borges			
5	Carolina Theodoro Cabral			
6	Castiano Lemos da Souza			
7	Dania Rosey da Silva			
8	Eduardo Henrique de Oliveira Gonçalves			
9	Evertton Martins de Oliveira			
10	Gasle da Costa Soares			
11	Guadalupe Nazarena			
12	Goldino Fernandes Borges			
13	Herman Oliveira Zancanella			
14	Jakeline de Freitas Ramos			
15	Júicy Laurindo Soares			
16	Juliana da Fomeca Duarte			
17	Juliana Esther Silva Martins			
18	Leidiane Ribeiro Silva			
19	Luciene Gonçalves da Silva Sagina			
20	Luis Antônio Ribeiro			
21	Luis Felipe Vilarinho Costa			
22	Marcelles Medeiros Fernandes			
23	Marcelles Rodowilho Lemos Junior			
24	Margarida de Fátima Ferreira da Silva			
25	Marta Aparecida Cabral			
26	Miris Aparecida da Silva			
27	Marizeth de Oliveira Dias			
28	Marliete Ferreira de Freitas			
29	Mayara Prado			
30	Michelle de Fátima do Prado Cardoso			

Data 03.10.2.2005

Ass. do Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

DIÁRIO ACADÊMICO

Presença - 3 / 12 / 2005 à 30 / 12 / 2005

Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Nº	Nome	Matrícula	Aut. Secretaria	OBS
31	Michele Maria Rossi Colombo			
32	Milton José Ferreira			
33	Miriane da Silveira Telles			
34	Murilo Ferreira da Silva			
35	Natália Rodrigues Ribeiro			
36	Nathalya Fernanda Ferreira da Rocha			
37	Omar Duarte Silva Neto			
38	Ronaldo Lemes Martins			
39	Rodrigo Dias Chaves			
40	Rosângela Maria Pereira Maciel			
41	Rosilândia de Sousa			
42	Shirley da Silva Pardo			
43	Ulysson Ferreira Quintano			
44	Valkone Mendes Neves Vieira			
45	Walter Montalvão Cerqueira			
46	Washington Barbosa Pereira			
47	Wesley Andrade Dias			
48				
49				
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				

Apresentamento de Crédito

Data 03 / 10 / 2005

Ass. do Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

DIÁRIO ACADÊMICO

N-1

Presença - 3 / 28 / 2005 a 28 / 4 / 2005

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: B Aulas Previstas: 33 Aulas Dadas: 33

DIAS

Nº	Nome	08/02	09/02	10/02	11/02	12/02	13/02	14/02	15/02	16/02	17/02	18/02	19/02	20/02	21/02	22/02	23/02	24/02	25/02	26/02	27/02	28/02	29/02	30/02	Presença N1	Nº Faltas N1	Média N1		
1	Ana Paula da Silva Rezende	33	1	9,2	
2	Andre Alcantara de Souza	33	0	9,4
3	Arydes Pruberto Chagas Junior	F	F	F	25	8	8,6	
4	Bruno Moreira Borges	25	5	8,0	
5	Carolina Theodoro Cabral	33	5	8,9	
6	Camilla Lemos de Souza	33	1	8,2	
7	Denis Roney da Silva	36	1	9,3	
8	Eduardo Henrique de Oliveira Gonçalves	30	3	8,5	
9	Emerson Martin de Oliveira	32	4	8,7	
10	Gláucia Costa Soares	32	4	8,5	
11	Gláucia Nacarara	32	1	8,5	
12	Guilaine Fernandes Borges	33	1	8,0	
13	Herman Oliveira Zancanella	34	11	8,5	
14	Jakeline de Freitas Ramos	31	2	8,7	
15	Jilicy Lucrécio Soares	F	18	15	8,0	
16	Juliana da Fonseca Duarte	29	4	8,5	
17	Juliana Esther Silva Martins	33	1	8,5	
18	Leidiane Ribeiro Silva	32	1	8,0	
19	Luciano Gonçalves da Silva Sagün	34	9	8,3	
20	Luiz Antônio Ribeiro	F	F	F	24	9	8,3	
21	Luiz Felipe Vilarinho Costa	F	30	3	8,7	
22	Marcelino Medeiros Fernandes	28	5	8,1	
23	Marcellus Rodolpho Lemos Junior	31	2	8,0	
24	Margarida de Fatima Ferreira da Silva	22	11	8,0	
25	Maria Aparecida Cabral	30	3	8,0	
26	Maria Aparecida da Silva	29	4	8,0	
27	Maurício de Oliveira Dias	24	4	8,8	
28	Matheus Ferreira de Freitas	24	5	8,0	
29	Mayara Prado	30	3	8,7	
30	Michèle de Fátima do Prado Cardoso	30	3	8,7	

[Handwritten signature]

Ass. do Professor(a): Sabio Roberto de Sousa

Data 28/04/2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI

N-1

Turma: B

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

DATA	CONTEÚDO
03-03/02	A administração e suas perspectivas
10-10/02	Habitantes da Administração
14/02	Ênfase e objto do estudo da administração
17-17/02	O estudo atual da Teoria Geral da Administração
21/02	A administração na sociedade moderna
24-24/02	Perspectivas futuras da Administração
22/02	A atual estrutura da Administração
08-03/03	Principais diferenças da Administração
07/03	Diferenças históricas da Administração
30-10/03	A influência da filosofia
14/03	A influência da fé na administração
17-17/03	A influência da organização militar
21/03	A influência da administração pública
28/03	A influência da administração nos organismos civis e militares
31-3/03	A influência da administração na revolução industrial
04/04	A influência da revolução industrial
07-07/04	A influência da administração na revolução industrial
11/04	A influência da administração na revolução industrial
14-15/04	Como a administração evoluiu no tempo
18/04	Como surgiram as primeiras empresas industriais
25/04	A influência da administração na revolução industrial
22-22/04	Como a T.G.A. foi influenciada pelas mudanças empresariais da época

[Handwritten signature]

DATA: 28/10/2005

Assinatura do Professor: *Sabio Barbosa de Oliveira*

DIÁRIO ACADÊMICO

N.º 2

Presença - 21.5.2005 a 30.6.2005

Disciplina: Teoria Geral de Administração I Turma: B Aulas Previstas: 27 Aulas Dadas: 27

DIAS

N.º	Norma	DIAS																											Presença	N.º Faltas	Média					
		02/05	03/05	04/05	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	13/05	14/05	15/05	16/05	17/05	18/05	19/05	20/05	21/05	22/05	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05				29/05	30/05			
1	Alta Prada da Silva Reisende	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4	
2	André Alcântara de Souza	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
3	Artur de Castro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
4	Artur de Castro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
5	Ilseu Moreira Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
6	Carolina Theodoro Cabral	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
7	Cassiano Lemos de Souza	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
8	Dennis Romay da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
9	Eduardo Henrique de Oliveira Gonçalves	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
10	Everson Martins de Oliveira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
11	Orlando Nicolson	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
12	Cláudia Fernandes Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
13	Herman Oliveira Zaccarella	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
14	Idalina de Freitas Ramos	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
15	Ilseu Moreira Borges	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
16	Juliana da Ferruca Duarte	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
17	Juliana Esther Silva Martins	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
18	Leidiane Ribeiro Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
19	Luciana Gonçalves da Silva Saligni	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
20	Luís António Ribeiro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
21	Luís Filipe Vitorino Costa	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
22	Luís Filipe Vitorino Costa	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
23	Marcelino Medeiros Fernandes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
24	Marcelino Medeiros Fernandes	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
25	Margarida de Fátima Ferreira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
26	Maria Aparecida da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
27	Margarida de Fátima Ferreira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
28	Margarida de Fátima Ferreira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
29	Margarida de Fátima Ferreira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4
30	Margarida de Fátima Ferreira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	27	0	8,4

(Handwritten signature/initials)

Ass. do Professor(a): Isabel Barboza de Almeida

Data 30-106-12005

DIÁRIO ACADÊMICO

N-2

Presença - 31.5.2005 a 30.6.2005

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: B Aulas Previstas: 27

Aulas Dadas: 27

DIAS

Nº	Nome	02/05	03/05	04/05	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	13/05	14/05	15/05	16/05	17/05	18/05	19/05	20/05	21/05	22/05	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05	Nº Faltas	Nº	Nº Faltas	Nº
31	Michele Maria Rossi Colombo	1	8,7
32	Milton José Ferreira	3	7,2
33	Mirone de Sá Pereira Telles	3	7,4
34	Marcelo Ferreira de Silva	5	5,3
35	Natalia Rodrigues Ribeiro	1	9,5
36	Nathallya Fernandes Ferreira de Rocha	3	8,7
37	Omar Duarte Silva Neto	2	8,7
38	Renanato Leites Martins	3	7,4
39	Rodrigo Dias Chaves	2	8,7
40	Rosembergia Maria Pereira Masciel	2	8,7
41	Roseliandia de Souza	2	8,7
42	Silvia de Silva Pinho	0	10,0
43	Taijsson Ferreira Quintiliano	0	10,0
44	Valcione Mendes Neves Vieira	1	8,6
45	Wander Montalvão Cerequeira	1	8,7
46	Washington Barbosa Pereira	3	4,0
47	Wesley Andrade Dias	0	10,0
48		0	10,0
49		0	10,0
50		0	10,0
51		1	8,6
52		1	8,7
53		3	4,0
54		0	10,0
55		0	10,0
56		0	10,0
57		0	10,0
58		0	10,0
59		0	10,0
60		0	10,0

[Handwritten signature]

Ass. do Professor(a): Sébio Barbosa de Oliveira

Data 30/106/2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI

N-2
Turma: B

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

DATA	CONTEÚDO
02/05	Para onde vai a TGA
05-08/05	A era da informação: mudança e incerteza
09/05	Influência da informação na vida da organização
16-18/05	Informação como agente da mudança
18/05	A influência da Tecnologia da Informação
19-19/05	O abt da cultura da ind. da informação
23/05	Soluções emergentes
30/05	Qualidade Total
02-02/06	Qualidade Total
06/06	Brainstorming
09-09/06	Brainstorming
13/06	Brainstorming
16-16/06	Brainstorming
20/06	Teoria Z
22/06	Teoria Z
23-23/06	A nova lei da organização
24/06	A administração como ciência
27/06	Teoria da complexidade
30-30/06	Teoria da complexidade e do capital intelectual

DATA: 30/06/2005

Assinatura do Professor: Fábio Barbosa de Oliveira

Relatório de Notas

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: B Aulas Previstas: 00 Aulas Dadas: 00 Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Nº Ordem	Avaliações de N-1				Média N-1	Avaliações de N-2				Média N-2	Média N-3	Total de Falhas	Média Final	Resultado Final
	1ª	2ª	3ª	4ª		1ª	2ª	3ª	4ª					
1	2,0	3,0	4,0		3,0	3,0	5,4			3,4	-	7	3,0	Aprovado
2	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,3			3,3	-	16	3,1	Aprovado
3	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,2			3,3	1,0	13	3,0	Aprovado
4	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,3			3,3	-	5	3,6	Aprovado
5	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,7			3,2	-	5	3,7	Aprovado
6	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,7			3,2	-	5	3,7	Aprovado
7	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,7			3,2	-	5	3,7	Aprovado
8	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,7			3,2	-	6	3,4	Aprovado
9	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,2			3,2	-	6	3,9	Aprovado
10	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,6			3,6	-	6	3,5	Aprovado
11	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,6			3,5	-	2	3,0	Aprovado
12	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,7			3,7	-	16	3,8	Aprovado
13	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,2			3,0	0,0	6	2,6	Aprovado
14	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,2			3,3	-	6	3,0	Aprovado
15	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,4			-	-	16	3,7	Reprovado
16	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,3			3,9	-	4	3,4	Aprovado
17	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,3			3,3	-	4	3,1	Aprovado
18	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,3			3,3	-	2	3,6	Aprovado
19	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,3			3,3	-	2	3,6	Aprovado
20	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,0			3,2	1,0	11	3,0	Aprovado
21	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,3			3,4	-	5	3,9	Aprovado
22	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,3			3,2	-	5	3,9	Aprovado
23	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	4,3			3,2	-	5	3,9	Aprovado
24	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,3			3,3	-	5	3,7	Aprovado
25	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,3			3,3	-	5	3,7	Aprovado
26	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,3			3,3	-	38	3,1	Reprovado
27	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	6,3			3,3	-	10	3,5	Aprovado
28	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,0			3,0	-	4	3,5	Aprovado
29	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,1			3,2	1,0	10	3,5	Aprovado
30	2,0	3,0	3,0		2,7	2,5	5,6			3,6	1,5	18	3,6	Aprovado

Ass. do Professor(a): Fabio Barbosa de Oliveira

Maria da Penha Alves Urzato
Coord. Pedagógica

DATA: 20/07/2005

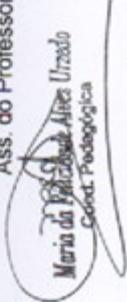
Relatório de Notas

Disciplina: Teoria Geral da Administração | Turma: B Aulas Previstas: 60 Aulas Dadas: 60 Professor(a): Fábio Barbosa de Oliveira

Nº Ordem	Avaliações de N-1				Média N-1	Avaliações de N-2				Média N-2	Média N-3	Total de Faltas	Média Final	Resultado Final
	1ª	2ª	3ª	4ª		1ª	2ª	3ª	4ª					
31	2,0	2,5	4,0	4ª	2,5	2,0	5,7			2,7	-	8	2,6	Aprovada
32	2,0	2,0	0,0		0,0					2,7	-	3	2,7	Aprovada
33	2,0	3,0	3,5		2,5	5,2			2,7	-	1	2,7	2,7	Aprovada
34	2,0	2,2	3,2		2,4	3,3			2,3	-	1	2,3	2,3	Aprovada
35	2,0	2,5	2,5		2,0	3,0			2,5	-	7	2,5	2,5	Aprovada
36	2,0	2,5	2,5		2,0	5,7			2,7	-	6	2,7	2,7	Aprovada
37	2,0	2,7	3,5		2,2	6,2			2,7	-	1	2,7	2,7	Aprovada
38	2,0	2,5	3,0		2,5	5,0			2,7	-	6	2,7	2,7	Aprovada
39	2,0	2,5	2,5		2,0	4,5			2,7	-	4	2,7	2,7	Aprovada
40	2,0	2,5	2,5		2,0	4,5			2,7	-	3,6	2,7	2,7	Aprovada
41	2,0	2,1	2,5		2,0				2,5	-	-	3,6	2,5	Aprovada
42	2,0	3,1	2,0		2,3	5,2			2,7	-	-	3	2,7	Aprovada
43	2,0	3,0	4,0		2,0	5,2			2,7	-	-	3	2,7	Aprovada
44	2,0	3,3	3,5		2,8	5,2			2,7	-	-	3	2,7	Aprovada
45	2,0	3,0	3,3		2,3	6,2			2,7	-	-	3	2,7	Aprovada
46	2,0	2,5	2,5		2,0	2,5			2,5	-	0,8	5	2,5	Aprovada
47	2,0	3,0	2,0		2,0	4,2			2,7	-	0,8	5	2,7	Aprovada
48														
49														
50														
51														
52														
53														
54														
55														
56														
57														
58														
59														
60														

Ass. do Professor(a): Fábio Barbosa de Oliveira

DATA: 20/07/2005



Maria da Conceição Alves Urzobó
Coord. Pedagógica

ANEXO 3 - Diário Primeira Turma Administração (Turma C – 2005/1)

Faculdade Quirinópolis - FAQU/

Curso de Administração, autorizado pela Portaria Ministerial nº 4.311 de 2004
Av. Quirino Cândido Moraes, nº 38 - D - Centro - Telefax: (64) 651 - 2214
Quirinópolis - GO

DIÁRIO ACADÊMICO

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

Professor(a): Jean Marc Nacife

Turma: C

Curso: Administração

Semestre: 1º Ano: 2005

FACULDADE QUIRINÓPOLIS
CALENDÁRIO ACADÊMICO 1.º SEMESTRE/2005

JANEIRO						
S	T	Q	Q	S	S	
						1
3	4	5	6	7	8	
10	11	12	13	14	15	
17	18	19	20	21	22	
24	25	26	27	28	29	
31						

FEVEREIRO						
S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	
7	8	9	10	11	12	
14	15	16	17	18	19	
21	22	23	24	25	26	
28						

MARÇO						
S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	
7	8	9	10	11	12	
14	15	16	17	18	19	
21	22	23	24	25	26	
28	29	30	31			

ABRIL						
S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	
4	5	6	7	8	9	
11	12	13	14	15	16	
18	19	20	21	22	23	
25	26	27	28	29	30	

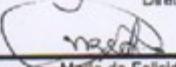
MAIO						
S	T	Q	Q	S	S	
2	3	4	5	6	7	
9	10	11	12	13	14	
16	17	18	19	20	21	
23	24	25	26	27	28	
30	31					

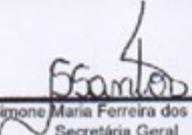
JUNHO						
S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	
6	7	8	9	10	11	
13	14	15	16	17	18	
20	21	22	23	24	25	
27	28	29	30			

JULHO						
S	T	Q	Q	S	S	
						2
4	5	6	7	8	9	
11	12	13	14	15	16	
18	19	20	21	22	23	
25	26	27	28	29	30	

JANEIRO	DIA
Feriado ano novo e aniversário da cidade	01 e 22
Processo Seletivo P/2005/1	18
Divulgação do Resultado Processo Seletivo/2005/1	18
Matriculas de Portadores de Diploma de 3º Grau e transferidos	19 a 27
Matriculas dos classificados no Processo Seletivo 2005/1	19 a 27
Planejamento Pedagógico	26 a 31
Processo Seletivo P/2005/2ª etapa	30
DIAS LETIVOS ----->	0
FEVEREIRO	DIA
Divulgação do Resultado Processo Seletivo 2005/2	01
Início das aulas	02
Matricula dos Classificados no Processo Seletivo 2005/2	02
Requerimento para aproveitamento de disciplina	01 a 12
Requerimento para exclusão e inclusão de disciplinas	01 a 12
Feriado de Carnaval	07 a 09
DIAS LETIVOS ----->	16
MARÇO	DIA
Dia Internacional da mulher	08
Avaliações e Trabalhos Intermediários	11 a 16
Visitas Técnicas	21 a 26
Paixão de Cristo	24 a 25
DIAS LETIVOS ----->	21
ABRIL	DIA
Avaliação N - 1	11 a 16
Feriado Inconfidência Mineira	21
Data final de entrega de notas de N - 1 na secretaria	22
Divulgação de N - 1	25
Requerimento de 2ª - chamada de N - 1	25 a 27
Prova de 2ª chamada de N - 1	26 a 04/05
Reunião Geral	14
DIAS LETIVOS ----->	20
MAIO	DIA
Feriado do dia do Trabalhador	01
Data final de entrega de notas de 2ª chamada de N - 1 na secretaria	06
Divulgação 2ª chamada de N - 1	11
Seminário de Administração	a definir data
Avaliações e Trabalhos Intermediários	16 a 20
DIAS LETIVOS ----->	21
JUNHO	DIA
Feriado Corpus Christi	26
Semana de Avaliação de N - 2	27 a 30
Requerimento 2ª chamada de N - 2	30
DIAS LETIVOS ----->	22
JULHO	DIA
Data final de entrega de notas de N - 2 na secretaria	04
Divulgação de resultado de N - 2	06
Avaliação 2ª chamada de N - 2	08
Data final de entrega 2ª chamada N - 2 na secretaria	11
Divulgação de 2ª chamada de N - 2	12
Avaliação de N - 3	13 a 16
Data final de entrega de notas de N - 3 na secretaria	20
Divulgação do resultado final	22
Semana de Planejamento	25 a 29
Processo Seletivo P/2005/2	a definir data
Matriculas alunos veteranos	25 a 27
DIAS LETIVOS ----->	0
TOTAL DE DIAS LETIVOS DO SEMESTRE ----->	100


Anésia Ferreira dos Santos
Diretora


Maria da Felicidade A. Urzedo
Coordenadora Pedagógica


Simone Maria Ferreira dos Santos
Secretária Geral

DIÁRIO ACADÊMICO

Presença - 10/2/2005 à 28/2/2005

Professor(a): Jean Marc Nacife

Nº	Nome	Matricula	Aut. Secretaria	OBS
1	Almir José da Silva			
2	Ana Paula Alves Silva			
3	Andréia Alcântara Magalhães			
4	Camilla Porfírio da Silva			
5	Carlos Eduardo Ferreira			
6	Cássia Mendes Carvalho			
7	Deuzimar Claudina de Assis			
8	Dosvaldo Alcântara Magalhães			
9	Elifus Nascimento Cernegoi			
10	Fabiana Lira Rodrigues			
11	Fabiana Martins de Cutilho			
12	Fábio Cruz da Silva			
13	Heitor Danilo Passato			
14	Juarez Santos Freitas			
15	Karla Martins Barroso			
16	Kathene Mendes Carvalho			
17	Lilian Aparecida de Souza			
18	Liliane Claudia da Silva Cintra			
19	Lorena Fagundes Ocimarikos			
20	Luciana Nacamura			
21	Luciana Pereira da Silva			
22	Luzley Nilla Macedo Lacerda Cabral			
23	Márcio Cunha Santos			
24	Michelle Bastião de Carvalho			
25	Nilmar Nunes Campos			
26	Oscione Alves Cardoso			
27	Paulo Sérgio Cabral			
28	Poliana Tomaz da Silva			
29	Priscila de Moraes Mendonça			
30	Regiane Ferreira da Silva Correia			

Ass. do Professor(a): *Jean Marc Nacife*

Data 10/02/2005

DIÁRIO ACADÊMICO

Presença - 10/02/2005 a 29/06/2005

Professor(a): Jean Marc Nacife

Nº	Nome	Matricula	Aut. Secretaria	OBS
31	Kami Faleiros de Souza			
32	Roberto Laro dos Santos			
33	Robson da Silva Ferreira			
34	Rogéria Santos			
35	Ronaldo Batista dos Santos			
36	Rosângela Ferreira Martins Oliveira			
37	Rosilaine França da Silva			
38	Sandra Alves Pereira Melfas			
39	Sandra Gonçalves Cândida			
40	Sandra Marcia Batista Luz Jorge			
41	Sandra Marcia Soares de Freitas Borges			
42	Sandra Maria Barbosa Barros			
43	Silvia do Oliveira Gordim			
44	Simone Andrade dos Santos Lima			
45	Simone Rezende dos Santos			
46	Suely Aparecida dos Reis Ferreira			
47	Suzano Vilela da Silva			
48	Vagner Fernandes Ribeiro			
49	Valéria Cristina Damascio Resendo			
50	Vancassa Carla de Souza Pereira			
51	Vera Nilda de Oliveira Luth Falcões			
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				

Data 10/02/2005

Ass. do Professor(a):



DIÁRIO ACADÊMICO

N-1

Presença - 10/10/2005 a 27/10/2005

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: C Aulas Previstas: 33 Aulas Dadas: 33

DIAS

Nº	Nome	10/10	11/10	12/10	13/10	14/10	15/10	16/10	17/10	18/10	19/10	20/10	21/10	22/10	23/10	24/10	25/10	26/10	27/10	Presença N1	Nº Faltas	Média N1
31	Rami Falcões de Souza																			28	4	4,6
32	Roberto Lima dos Santos																			32	5	3,5
33	Robson da Silva Ferreira																			32	4	3,9
34	Rogéria Santos																			8	25	-
35	Ronaldo Bastião dos Santos																			30	3	3,4
36	Rosângela Ferreira Martins Oliveira																			33	0	7,1
37	Rosilaine França da Silva																			33	0	7,0
38	Sandra Alvim Pereira Mattias																			33	0	5,9
39	Sandra Gonçalves Chioda																			33	0	6,7
40	Sandra Marcia Barata Luz Jorge																			30	3	5,2
41	Sandra Marcia Soares de Freitas Borges																			32	6	3,0
42	Sandra Maria Barbosa Barros																			32	4	3,2
43	Silvia de Oliveira Gondim																			30	3	5,7
44	Simone Andrade dos Santos Lima																			32	4	3,9
45	Simone Rezende dos Santos																			0	33	-
46	Sueli Aparecida dos Reis Ferreira																			29	4	6,9
47	Suzane Vilela da Silva																			29	6	3,1
48	Vagner Fernando Ribeiro																			25	18	-
49	Valéria Cristina Damasceno Resende																			28	5	5,0
50	Vivian Carla de Souza Pereira																			30	3	7,9
51	Vera Nilda de Oliveira Lobo Falcões																					
52																						
53																						
54																						
55																						
56																						
57																						
58																						
59																						
60																						

Ass. do Professor(a): João Junqueira

Data 27/10/105

FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI

N-1

Turma: C

Disciplina: Teoria Geral da Administração I

DATA	CONTEÚDO
25/01/05	Relatório de Gestão da Faculdade Quirinópolis em 2004
27/01/05	Relatório de Gestão da Faculdade Quirinópolis em 2004

DATA: 27/01/2005

Assinatura do Professor: *Luana Moura Faria*

DIÁRIO ACADÊMICO

N-2

Presença - 02/10/2005 a 29/10/2005

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: C Aulas Previstas: 37 Aulas Dadas: 37

DIAS

Nº	Nome	02/10	03/10	04/10	05/10	06/10	07/10	08/10	09/10	10/10	11/10	12/10	13/10	14/10	15/10	16/10	17/10	18/10	19/10	20/10	21/10	22/10	23/10	24/10	25/10	26/10	27/10	28/10	29/10	Presença	Nº Faltas	Média
1	Almir José da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,8	
2	Ana Paula Alves Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
3	Andréia Alcantara Magalhães	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	6,8
4	Carla Porfírio da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	35	2	5,6
5	Carlos Eduardo Ferreira	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,8
6	Cláudia Mendes Carvalho	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	6,9
7	Denizomar Claudina de Azeis	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,7
8	Dorivaldo Alcides Magalhães	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
9	Elizete Nascimento Coutinho	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,7
10	Fabiana Lima Rodrigues	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
11	Fabiana Martins de Carvalho	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
12	Fábio Cruz da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
13	Helena Denise Prossato	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
14	Jaques Santos Freitas	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
15	Karla Mariana Barros	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
16	Katiane Mendes Carvalho	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
17	Liliani Aparecida de Sousa	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,2
18	Liliani Claudio da Silva Castro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,2
19	Letícia Fagundes Guimarães	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
20	Luciana Nacarara	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
21	Luciana Pereira da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
22	Lúdy Milly Menezes Lacerda Cabral	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
23	Marlene Cunha Santos	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
24	Michelle Bastião de Carvalho	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
25	Nílmar Nunes Campos	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
26	Orcione Alves Cardoso	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
27	Paulo Sérgio Cabral	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
28	Poliana Tormaz da Silva	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
29	Priscila de Moraes Mendonça	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6
30	Regiane Ferreira da Silva Cordeiro	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	37	0	7,6

Ass. do Professor(a): *João Paulo Garde*

Data 29/10/2005

DIÁRIO ACADÊMICO

N-2

Presença - 02/05/2005 à 29/06/2005

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: C Aulas Previstas: 27 Aulas Dadas: 27

DUAS

Nº	Nome	Presença	Nº Faltas	Média	Nº
31	Ramli Faldreus de Souza		05	0,2	
32	Ruberto Lino dos Santos		02	0,0	
33	Robson da Silva Ferreira		02	0,0	
34	Rogéria Santos		02	0,0	
35	Rosângela Ferreira Martins Oliveira		04	0,0	
36	Rosângela Ferreira Martins Oliveira		06	0,0	
37	Rosilaine Franca da Silva		07	0,0	
38	Sandra Alves Pereira Martins		07	0,0	
39	Sandra Gonçalves Claudilda		07	0,0	
40	Sandra Márcia Bastina Luz Jorge		07	0,0	
41	Sandra Maria Soares de Freitas Borges		07	0,0	
42	Sandra Maria Barbosa Barros		07	0,0	
43	Silma de Oliveira Dondim		07	0,0	
44	Simone Andrade dos Santos Lima		07	0,0	
45	Simone Rosendo dos Santos		07	0,0	
46	Sueli Aparecida dos Reis Ferreira		07	0,0	
47	Suzene Vilela de Silva		07	0,0	
48	Vagner Fernandes Ribeiro		07	0,0	
49	Valéria Cristina Damasceno Rosendo		07	0,0	
50	Vanessa Carla de Souza Pereira		07	0,0	
51	Vera Nilda de Oliveira Luis Falcões		07	0,0	
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					

Data 29/06/05 Ass. do Professor(a): Desm Jure Klaupe

Relatório de Notas

Disciplina: Teoria Geral da Administração | Turma: C Aulas Previstas: 60 Aulas Dadas: 60 Professor(a): Jean Marc Nacife

Nº Ordem	Avaliações de N-1				Média N-1	Avaliações de N-2				Média N-2	Média N-3	Total de Faltas	Média Final	Resultado Final	
	1ª	2ª	3ª	4ª		1ª	2ª	3ª	4ª						
1	0,7	1,2	1,9	3,5	1,3	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	-	-	8,5	Aprovado	
2	0,4	0,5	1,7	4,9	1,3	3,0	3,0	0	2,6	1,8	1,0	1,2	8,5	Aprovado	
3	0,4	1,0	3,0	3,6	1,3	2,0	3,0	2,0	3,8	1,8	-	-	8,5	Aprovado	
4	0,6	1,0	1,6	2,2	1,4	2,0	3,0	1,0	2,6	1,6	-	-	7,0	Aprovado	
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	0,8	0,0	1,6	0,5	1,0	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	1,5	6,0	5,9	Aprovado	
7	0,6	0,6	0,8	1,6	1,6	2,0	3,0	0,7	2,7	1,4	1,5	8	6,9	Aprovado	
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,8	-	Reprovado	
9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Reprovado	
10	1,0	0,2	1,8	1,8	1,8	2,0	3,0	0,1	2,5	1,6	1,0	3	8,1	Aprovado	
11	0,6	0,9	1,8	2,2	1,3	2,0	3,0	1,7	2,8	1,5	-	1,3	11,5	Aprovado	
12	0,6	1,4	1,9	1,0	1,4	2,0	3,0	1,0	1,9	1,4	-	-	11,1	Aprovado	
13	0,6	1,8	1,8	1,3	1,0	-	-	-	-	-	-	3,2	-	Reprovado	
14	1,0	0,2	1,8	0	1,0	2,0	3,0	0	0	1,0	-	1,0	8,7	Aprovado	
15	0,8	1,0	1,3	4,5	1,6	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	-	-	7,8	Aprovado	
16	0,8	1,1	1,9	2,1	1,4	2,0	3,0	1,2	3,0	1,2	-	-	7,8	Aprovado	
17	0,6	1,0	2,0	1,4	1,0	2,0	3,0	1,2	3,0	1,2	-	-	7,8	Aprovado	
18	0,5	0,9	1,5	0,1	1,0	2,0	3,0	1,7	2,6	1,3	5,5	2	5,8	Aprovado	
19	0,6	1,3	1,1	0	1,0	2,0	3,0	0,8	1,8	1,3	5,0	1	6,1	Aprovado	
20	0,5	0,5	1,4	2,6	1,0	2,0	3,0	1,0	1,0	1,0	-	-	7,0	Aprovado	
21	1,0	1,6	1,6	2,8	1,0	2,0	3,0	1,0	3,8	1,8	-	-	7,9	Aprovado	
22	0,6	1,0	1,8	3,0	1,5	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	-	-	8,1	Aprovado	
23	0,7	1,4	1,8	4,5	1,9	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	-	-	8,3	Aprovado	
24	0,6	0,8	1,5	1,8	1,4	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	-	-	7,2	Aprovado	
25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26	0,5	1,1	1,6	1,3	1,5	2,0	3,0	1,0	2,6	1,6	10,0	3,8	8,2	Aprovado	
27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28	0,5	1,7	0	0,8	1,0	2,0	3,0	1,5	2,4	1,1	8,0	3,6	6,9	Aprovado	
29	0,4	1,5	2,0	4,2	1,4	2,0	3,0	1,8	3,0	1,8	-	-	6,1	Aprovado	
30	0,8	0,9	1,9	2,2	1,6	2,0	3,0	1,7	3,0	1,7	-	-	7,6	Aprovado	

DATA: 22/07/2005 Ass. do Professor(a): Jean Marc Nacife

Relatório de Notas

Disciplina: Teoria Geral da Administração I Turma: C Aulas Previstas: 60 Aulas Dadas: 60 Professor(a): Jean Marc Naselle

Nº Ordem	Avaliações de N-1				Média N-1	Avaliações de N-2				Média N-2	Média N-3	Total de Faltas	Média Final	Resultado Final
	1ª	2ª	3ª	4ª		1ª	2ª	3ª	4ª					
31	0,7	0,4	1,7	3,2	2,6	2,0	3,0	4,8	2,9	9,7	-	3	8,1	Aprovado
32	0,5	0,3	1,9	0,8	3,5	3,0	3,0	1,0	3,9	9,9	7,5	14	6,8	Aprovado
33	0,3	0,4	2,0	2,3	5,9	3,0	3,0	4,0	3,9	8,9	-	6	7,4	Aprovado
34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,5	5,2	7,9	Aprovado
35	0,1	0,7	1,5	1,1	3,4	2,0	1,7	2,7	9,4	9,4	-	3	8,3	Aprovado
36	0,6	0,8	2,0	3,5	4,1	2,0	1,6	3,0	9,6	8,6	-	1	6,5	Aprovado
37	0,4	1,1	1,1	1,4	4,0	3,0	0,5	2,5	8,0	9,0	7,0	1	7,8	Aprovado
38	0,5	0,8	1,7	2,8	5,9	2,0	1,8	3,0	9,8	9,8	-	1	7,8	Aprovado
39	0,8	0,8	1,7	1,8	5,1	2,0	1,6	3,0	9,6	9,6	-	1	7,8	Aprovado
40	1,0	0,8	1,6	1,8	5,3	2,0	1,8	3,0	9,8	9,8	-	1	7,5	Aprovado
41	0,5	0,5	1,6	0,4	3,0	-	-	-	-	-	-	3,1	-	Reprovado
42	0,5	0,7	1,5	1,1	3,3	2,0	1,5	3,0	9,5	9,5	6,0	3	8,2	Aprovado
43	0,8	1,1	1,9	3,4	5,4	2,0	1,9	3,0	9,5	9,5	-	3	7,6	Aprovado
44	0,6	0,9	1,9	1,6	5,0	2,0	1,4	3,0	9,8	9,8	-	5	7,8	Aprovado
45	1,0	2,0	2,0	4,9	9,9	2,0	3,0	3,8	9,8	9,8	-	1	7,8	Aprovado
46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,0	-	Reprovado
47	1,0	1,4	2,0	2,5	6,9	2,0	1,8	2,8	9,6	9,6	-	6	8,2	Aprovado
48	1,2	1,1	1,1	0,6	3,6	2,0	1,5	3,0	9,5	9,5	7,5	4,2	7,2	Aprovado
49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,5	-	Reprovado
50	0,4	1,2	1,4	1,5	5,0	3,0	0	1,8	6,8	6,8	1,0	1,8	7,9	Aprovado
51	0,7	0,9	1,9	3,9	7,9	3,0	1,6	2,8	9,9	9,9	-	1,8	8,4	Aprovado
52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Reprovado
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DATA: 22/07/2005 Ass. do Professor(a): Jean Marc Naselle

